Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Larissa Lira Tollstadius

Preservação do Centro de Teresina:
A construção de um objeto

Rio de Janeiro
2013

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Larissa Lira Tollstadius

Preservação do Centro de Teresina: A construção de um objeto

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profª. Dr. Ana Carmen Jara Casco
Supervisor: Raglan Gondim

Rio de Janeiro
2013

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Piauí.

T651p Tollstadius, Larissa Lira.
Preservação do Centro de Teresina: a construção de um objeto / Larissa Lira Tollstadius – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

135 f.: il.

Orientadora: Ana Carmen Jara Casco

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

1. Processos Sociais. 2. Patrimônio Cultural. 3. Teresina – História. I. Casco, Ana Carmen Jara. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 303

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Larissa Lira Tollstadius

Preservação do Centro de Teresina: a construção de um objeto

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2013.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Ana Carmem Jara Casco (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Rogério Proença de Sousa Leite – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Cristovão Fernandes Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Agradeço ao Thiago, meu namorado, por sua paciência diante das minhas dificuldades e compreensão diante da minha reclusão.

Ao Alejandro e a Ana por terem sido meu porto-seguro em Teresina e me encorajado a seguir em frente.

À equipe da SR/Iphan/PI pela boa convivência e camaradagem que extrapolou o espaço de trabalho. Em especial, ao meu estimado supervisor Raglan, por sua solidariedade e ensinamentos.

Aos vários cidadãos teresinenses que me acolheram e tornaram mais agradável minha estadia.

Aos caros amigos da turma 2010, companheiros nas angústias e comemorações. Espero que nossas amizades perdurem.

A todos aqueles que serenamente ouviram meus murmúrios sobre essa dissertação.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e malpagos:

Que não são, em embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm cultura, e sim folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.
(GALEANO, 2012, p.71)

Resumo

Este trabalho, elaborado na Divisão Técnica da SR/Iphan/PI, tem como objetivo *analisar a construção do discurso do Iphan durante o desenvolvimento do Tombamento do Centro de Teresina*. O objetivo principal se desdobra em 4 objetivos específicos: *1. Levantar o Histórico de Teresina, 2. Apresentar uma descrição do estado atual do Centro de Teresina, 3. Investigar o uso da categoria "patrimônio urbano" dado pelo Iphan na preservação do patrimônio cultura*l, *4. Analisar os documentos produzidos pelo Iphan e seus terceirizados em prol da preservação do Centro de Teresina*. O primeiro capítulo caracteriza o Centro de Teresina. Para tanto, aborda a história do Piauí e da implantação de Teresina como nova capital do estado, bem como apresenta breve diagnóstico das condições atuais desse território urbano O segundo capítulo apresenta a história da relação do Iphan com a preservação do patrimônio urbano. O terceiro capítulo mostra a trajetória de atuação do Iphan no Piauí, com destaque para as ações referentes à preservação do Centro de Teresina. Ao fim do estudo, pude verificar que a construção do objeto patrimonial é um processo cíclico, no qual é impossível distinguir ou precisar seu início ou fim. Nesse processo tomam parte vários atores: os diferentes setores do Iphan, a instituição estadual e a municipal de preservação, os historiadores e os pesquisadores. Apesar de já reconhecida a necessidade da participação popular, o diálogo entre Estado e população ainda pode ser melhorado.

Palavras-chave: Patrimonialização, patrimônio urbano, Iphan, Teresina, participação comunitária.

Abstract

This work, elaborated at the Technical Division of the SR/Iphan/PI, aims to *analyze the construction of Iphan's discourse during the development of Teresina centre's "tombamento"*. The main objective unfolds in 4 specific objectives: *1. Raise Teresina's history, 2. Present a description about the current status of Teresina's centre. 3. Investigate the use of the "urban heritage" category given by Iphan on the cultural heritage preservation. 4. Analyze the documents produced by Iphan and its outsourceds in favor of the cultural heritage preservation of Teresina's centre.* The first chapter characterizes the Teresina's centre. For this, approaches the history of Piauí and of Teresina implantation as the new state's capital, as well as presents a short diagnosis on the current conditions of this urban territory. The second chapter shows the history of the relationship between Iphan and the preservation of urban heritage. The third chapter shows the trajectory of Iphan's actions on Piauí, with emphasis on the actions related to the preservation of Teresina's centre. At the end of the study, I could verify that the construction of the heritage object is a cyclical process, in which is impossible to distinguish or mark its beginning or ending. In this process several actors take part: the different Iphan's divisions, the state and municipal institutions, the historians and researchers. Although the need of popular participation is already recognized, the dialogue between the State and the population still can be improved.

Keywords: Patrimonialization, urban heritage, Iphan, Teresina, dialogue

Lista de Figuras

Figura 1: Banqueta com assento de couro de vaca curtido..... 20
Figura 2: “Banquetas e cadeiras de imburana com assentos de couro de vaca curtido”..... 20
Figura 3: Elevado do metrô de superfície em frente ao Rio Parnaíba..... 33
Figura 4: Trecho da rua Benjamim Constant..... 33
Figura 5: Edifício atualmente existente onde já esteve localizada a Santa Casa..... 38
Figura 6: Centro Proletário na rua Lisandro Nogueira..... 38
Figura 7: Edificação com telhado aparente 38
Figura 8: Residência com características *modernistas* 38

Lista de Mapas

Mapa 1: Rota do Gado no Nordeste.....22
Mapa 2: Missões e Cidades do Piauí instaladas entre os séculos XVII e XIX 25
Mapa 3: Croquis das primeiras nucleações do Piauí. 27
Mapa 4: Esboço do Mestre Isidoro.....32
Mapa 5: A direita, mapa figura-fundo do atual traçado urbano de Teresina. 34
Mapa 6: Mapa figura-fundo do traçado urbano de Teresina na época de sua fundação.....34
Mapa 7: A esquerda, bairro Centro e seus vizinhos. 35
Mapa 8: Localização do bairro Centro, na cidade de Teresina. 35
Mapa 9: Mapa esquemático do uso e ocupação do solo do Centro de Teresina. 36
Mapa 11: Primeiras Construções.....39
Mapa 10: Identificação das ruas e praças no Centro de Teresina.....40
Mapa 12: Eixos temáticos da Rede de Proteção do Patrimônio.....66
Mapa 13: Praças do Centro de Teresina.....78
Mapa 14: Perímetro de proteção proposto para a Praça Marechal Deodoro.....79
Mapa 15: Perímetro de proteção proposto para a Praça Rio Branco.....80

Mapa 16: Perímetro de proteção para a Praça Saraiva. 80
Mapa 17: Perímetro de proteção proposto para a praça Landri Sales 81
Mapa 18: Perímetro de proteção proposto para a praça João Luiz Ferreira.....81
Mapa 19: Perímetro de proteção proposto para a praça da Costa e Silva 82
Mapa 20: Área de Interesse do Iphan, proposta 1. 87
Mapa 21: Área de Interesse do Iphan, proposta 2.....87
Mapa 22: Área de Interesse do Iphan, proposta 3. 88
Mapa 23: Área de Interesse do Iphan, proposta 4. 88
Mapa 24: Área de Interesse do Iphan, proposta 5. 88
Mapa 25: Área de Interesse do Iphan, proposta 7. 89
Mapa 26: Área de Interesse do Iphan, proposta 6. 89
Mapa 27: Área de Interesse do Iphan, proposta 6. 90
Mapa 28: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico das Praças da Liberdade 91
Mapa 29: Áreas de Interesse de Preservação no Centro de Teresina 92
Mapa 30: Área de interesse de preservação do Centro de Teresina. 93

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cronologia.....31
Tabela 2: Primeiras construções.....37
Tabela 3: Cartas Patrimoniais e Marcos Brasileiros para a preservação de Sítios Históricos 68
Tabela 4: Bens tombados pelo Iphan no Piauí. *Fonte: TOLLSTADIUS, 2012* 74
Tabela 5: Bens em processo de tombamento no Piauí.....75
Tabela 6: Nomes dados ao objeto de estudo em Teresina 76

Lista de Siglas

2ª DR do Sphan	Segunda Diretoria do Sphan
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CPC	Centro Popular de Cultura
C.R.	Carta Régia
Depam	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan
DIVADM	Divisão Administrativa da Superintendência do Iphan no Piauí
DIVTEC	Divisão Técnica da Superintendência do Iphan no Piauí
Divtec/SR/Iphan/PI	Divisão Técnica da SR/Iphan/PI
DL 25	Decreto-Lei 25 de 1935 (Brasil)
DOU	Diário Oficial da União
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
Fundac	Fundação Cultural do Piauí
INBISU	Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos do Iphan
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAC Cidades Históricas	Plano de Ação das Cidades Históricas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
PEP	Programa de Especialização em Patrimônio Cultural
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Brasil
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SR/Iphan/PI	Superintendência do Iphan no Piauí
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Resumo **7**
Abstract **8**

Lista de Figuras **9**
Lista de Mapas **9**
Lista de Tabelas **9**
Lista de Siglas **11**

Introdução **14**

Relato: experiência na SR/Iphan/PI 16
Estrutura da dissertação 18

1. Caracterização do Centro de Teresina **20**

1.1 Contexto Histórico 20

1.1.1 A Pecuária e o Brasil no século XVIII 20

1.1.2 A urbanização do Piauí 23

1.1.3 A nova capital 31

1.2 Transformações e permanências 33
1.3 Uma primeira aproximação dos teresinenses 41

2. O uso da Categoria *Patrimônio Urbano* na prática preservacionista do Iphan **45**

2.1 Definição da categoria Patrimônio Urbano 45

2.1.1 A invenção do patrimônio urbano segundo Choay 45

2.1.2 Cartas Patrimoniais 50

2.2 Trajetória do Iphan e a preservação do Patrimônio Urbano no Brasil 54

2.2.1 A institucionalização da preservação no Brasil 54

2.2.2 Inventários 62

2.2.3 Estratégias para a gestão de Cidades Históricas: 64

2.2.4 Monumenta e PAC Cidades Históricas 64

3. Tombamento de Teresina: A construção de um discurso.....69
3.1 Tombamento.....69
3.1.1 Um ato burocrático.....69
3.1.2 Para além do ato burocrático.....71
3.1.3 Outras possibilidades.....72
3.1 A Superintendência do Iphan no Piauí.....73
3.2 O processo de patrimonialização em curso.....76

Considerações Finais.....94

Referências Bibliográficas.....98

Apêndice.....104

Anexos.....132

Introdução

Tradições inventadas[1], narrativas construídas. Tais expressões talvez não provoquem estranheza a determinado grupo de estudiosos da cultura, porém, a ideia de que os objetos patrimoniais são construídos não é uma unanimidade[2]. Ao longo da história o homem tentou definir o *belo* como um conjunto de características, cores, formas e proporções que seriam sinônimo de beleza. Hoje, vemos a beleza de modo relativo*: a beleza está nos olhos de quem vê*, diz um dito popular. E o patrimônio cultural? Seria um conjunto de objetos que possuem características intrínsecas comuns e que os definem como tal?[3] Ou também seria algo a ser construído?

Este trabalho parte da hipótese de que o patrimônio cultural é uma construção política e social e que esta noção (de patrimônio cultural) não corresponde a um conceito fechado[4]. Tão pouco é um conceito cuja *existência remete a tempos imemoriais*, ao contrário, é uma *construção*

[1] "Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWN, 1984, p.09).

[2] "Consequentemente, o valor cultural que se atribui a esses bens tende a ser naturalizado, sendo considerada sua propriedade intrínseca, acessível apenas a um olhar qualificado. Essa costuma ser a visão do técnico, do restaurador, dos responsáveis, enfim, pela conservação da integridade material dos bens, mas termina por predominar entre os formuladores daquelas políticas" (FONSECA, 2005, p.36).

[3] "Nele, Podem ser observados os objetivos expressos no decreto-lei sintetizados na ação de proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Esse objetivo exclusivo e abrangente partia da concepção de **patrimônio como algo preexistente** que corria risco de perda, abrangendo, assim, as ações de organizar, conservar e defender, expressas no anteprojeto" (CHUVA, 2009, p.166) [grifo meu].

[4] "Um conceito é aberto se as suas condições de aplicação são reajustáveis e corrigíveis; isto é, se uma situação ou um caso pode ser imaginado ou obtido, o qual requeresse algum tipo de *decisão* da nossa parte de modo ou a alargar o uso do conceito para abranger o novo caso ou a fechar o conceito inventando um novo para abranger o novo caso e a sua nova propriedade. Se podemos estabelecer condições necessárias e suficientes para a aplicação de um conceito, o conceito é fechado. Mas isto é algo que apenas pode acontecer na lógica e na matemática onde os conceitos são construídos e completamente definidos. Isto não pode acontecer com conceitos empiricamente descritivos e normativos, a não ser que os fechemos arbitrariamente estipulando o alcance dos seus usos" (WEITZ, 2004).

"O patrimônio cultural de uma nação pode ser interpretado como um interminável conjunto de traços ou fragmentos que sempre escampa de uma classificação fechada" (GONÇALVES, 1996, p.84).

histórica, *social*, *política* e (ao menos a princípio) *geograficamente delimitada*[5]. O *patrimônio cultural* está em constante processo de modificação, expansão e até mesmo de *inflação* [6].

Definir uma *noção* de patrimônio cultural permitirá delimitar o espaço transitável no mundo dos conceitos a fim de desenvolver uma discussão produtiva. De modo amplo, atribui-se a qualificação de patrimônio cultural aos objetos representativos da cultura e identidade de um determinado grupo social. É importante destacar que o patrimônio cultural é uma representação da cultura, e não a cultura em si:

> Os objetos que integram o patrimônio - como os objetos de qualquer coleção - são resgatados, restaurados e preservados basicamente para serem exibidos. **Sua exibição autentica não somente o quê eles representam, mas, também, o como eles representam** (GONÇALVES, 1996, p.84) [grifo meu].

As explicações etimológicas frequentemente relacionam a noção de patrimônio à ideia de herança. Assim o faz Gonçalves (1996): "Etimologicamente, 'patrimônio' vem do latim *patrimonium* e está associado à idéia de uma propriedade herdada do pai ou de outro ancestral" (p.84). Já Choay (2001), abre seu livro com o seguinte parágrafo:

> Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço

[5] A ideia de que a prática de preservação do patrimônio cultural (ou histórico) não pode ser vista como naturalmente universal, é apontada tanto por Choay, que caracteriza o "patrimônio histórico" como "invenção europeia":

> Meus exemplos frequentemente referem-se à França. Nem por isso eles são menos exemplares: como invenção européia, o patrimônio histórico deriva de uma mesma mentalidade em todos os países da Europa na medida em que se tornou uma instituição planetária, ele termina por fazer todos os países se defrontarem com as mesmas interrogações e urgências (CHOAY, 2001, p.29).

como por Gonçalves, ao afirmar que as "práticas culturais de preservação histórica" começaram com as "sociedades ocidentais modernas": "Desde o seu começo enquanto um gênero cultural nas sociedades ocidentais modernas, desde fins do século XVIII e inícios do século XIX, as chamadas práticas culturais de 'preservação histórica' têm estado voltadas para a identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais no sentido desse termo" (GONÇALVES, 1996, p.22).

[6] "A **inflação** do patrimônio histórico arquitetônico iniciada na década de 1960 deriva, porém, de outra lógica. Nem o jogo dos valores tradicionais, nem a lógica econômica trazida pela cultura de massa esgotam seus excessos e tampouco explicam um culto que se transforma em **fetichismo**" (CHOAY, 2001, p.240) [grifo meu].

> e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante" (p.11).

Em uma nota de rodapé Choay (2001) complementa sua explicação sobre o patrimônio com uma definição retirada de um dicionário da língua francesa: "Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos".

Desse modo, frequentemente o discurso da *preservação* nos alerta sobre a necessidade de criar condições para que essa *herança* permaneça ao longo do tempo, resista às forças de destruição e seja conhecida e reconhecida pelas gerações futuras. O impasse que se põe ante ao desejo de permanência é a impossibilidade de preservar todos os objetos representativos das culturas e identidades. De modo que outra prática associada à preservação do patrimônio cultural, consiste na *escolha* ou *discriminação* do que vem a ser patrimônio.

Ao se definir o que é e o que não é patrimônio nacional, são construídas histórias e narrativas sobre a nação, sobre seus fatos históricos, seu processo de ocupação, a evolução da sua arquitetura, suas expressões artísticas e seus modos de fazer. *Que histórias são narradas a partir da preservação*? *Quem narra e para quem*? Diante disso, deduzi que mais importante do que atribuir um conceito fechado para expressão patrimônio cultural, seria pensar como ele é utilizado pela sociedade e investigar o processo de construção dos objetos patrimoniais. Para tentar responder essa questão me envolvi com o processo, em curso, de patrimonialização do *centro da cidade de Teresina, capital do Piauí*.

Relato: experiência na SR/Iphan/PI

Apesar da abrangência do edital[7] e da minha experiência na prática institucional, desde o princípio ao pensar os temas de pesquisa me detive a temas relacionados à Teresina, tendo em vista

[7] Refiro-me ao **5º Edital de Seleção do PEP** (IPHAN, 2010), no qual são definidas as "principais atividades do bolsista". No meu caso me candidatei a vaga para graduado em arquitetura e urbanismo em Teresina, cuja descrição era: "Participação na conclusão dos estudos pra tombamento dos sítios históricos de Amarante, Pedro II, Campo Maior e, em especial, Teresina, envolvendo pesquisa relacionadas à temática da paisagem cultural que podem subsidiar a proposta de tombamento do conjunto de praças que integram a

a solicitação da superintendente, que no início do trabalho era minha supervisora. A justificativa para me dedicar ao estudo de Teresina era de que os demais processos de tombamento de outras cidades no Estado já estavam adiantados, sendo este o que carecia de melhor embasamento para ser concluído.

A partir daí abriu-se um grande leque de possibilidades de estudo e questionamentos. A ideia inicial era propor o tombamento em conjunto das praças do Centro de Teresina. Não há na cidade um *conjunto arquitetônico histórico homogêneo*, portanto não se enxergava uma justificativa de tombamento tendo como referência a arquitetura. Por sua vez *o traçado do núcleo original da cidade se mantém tal qual concebido inicialmente*: ortogonal. Enxergou-se então uma possibilidade de *justificar o tombamento* por meio do argumento urbanístico.

Outra linha de estudo inicialmente pensada por mim estava relacionada ao conceito de *Paisagem Cultural*[8], tendo em vista o tema proposto no **5º Edital de Seleção do PEP** (IPHAN, 2010). Então me dediquei preliminarmente a levantar os usos das praças. Como eu estava no primeiro ano do curso, não tinha conhecimento de uma metodologia que permitisse fazer este levantamento. Resolvi acompanhar os eventos nas praças através do registro fotográfico.

Ao estudar os possíveis caminhos para ajudar a construir uma justificativa para o tombamento do sítio histórico de Teresina, tive a sensação de que esse talvez fosse um processo artificial. O desejo de preservar Teresina, por parte da Superintendência do Iphan no Piauí (SR/Iphan/PI), parecia ser bem forte. Então pensei na possibilidade de a atribuição do valor patrimonial anteceder o rito de tombamento. No caso de Teresina, por exemplo, ao invés de se constatar um valor (ou vários) que motivasse o tombamento da cidade e a partir dessa motivação se iniciar o processo tombamento, abriu-se o processo de estudo de tombamento para então se identificar uma motivação. Justo essa motivação que pretendiam desenvolver com a participação de um bolsista pesquisador. A partir dessa experiência tracei os objetivos dessa dissertação:

Objetivo Geral: Analisar a construção do discurso do Iphan durante o desenvolvimento do Tombamento do Centro de Teresina.

área central da cidade de Teresina. Outras pesquisas podem ser desenvolvidas para a valorização e preservação do patrimônio ferroviário no Estado do Piauí" (IPHAN, 2010).

[8] "Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009-e, p.13).

Objetivos específicos:

1. Levantar o Histórico de Teresina.
2. Apresentar uma descrição do estado atual do Centro de Teresina.
3. Investigar o uso da categoria "patrimônio urbano" dado pelo Iphan na preservação do patrimônio cultural.
4. Analisar os documentos produzidos pelo Iphan e seus terceirizados em prol da preservação do Centro de Teresina.

Estrutura da dissertação

No *capítulo 1. Caracterização do Centro de Teresina*, trato sobre a cidade de Teresina, enquanto objeto histórico e urbano. Para tanto resgato a história da ocupação do Piauí, a fim de que possamos entender um pouco sobre o surgimento e morfologia da capital piauiense. A história de Teresina é em geral narrada diante de um enfoque *econômico*, além do mais, Teresina é vista pelo Iphan (2008) como uma cidade do "Ciclo do Gado". Por isso contextualizo a ocupação do Piauí na história do Brasil a partir da Pecuária. Em seguida apresento uma narrativa sobre a criação de Teresina, uma nova capital criada na busca pelo desenvolvimento econômico. Por fim busco retratar o estado atual da cidade, identificando alguns de seus remanescente históricos. Esse texto é complementado por um levantamento fotográfico, elaborado por mim e apresentado no apêndice.

Como o objetivo principal dessa dissertação é analisar o discurso do Iphan no processo de tombamento do Centro de Teresina, antes é preciso localizar o leitor sobre as práticas preservacionistas desenvolvidas pelo Iphan até então. Porém esse é um tema amplo e pode ser discutido sob vários pontos de vista, por isso nessa dissertação optei por focar na preservação do *patrimônio urbano.* Assim introduzo o leitor a uma história da preservação patrimonial brasileira através do *capítulo 2. O uso da Categoria Patrimônio Urbano na prática preservacionista do Iphan*. Antes de abordar especificamente a prática preservacionista do Iphan, apresento o processo histórico que transformou a cidade em objeto patrimonial. Esse processo é abordado mediante o

texto de Françoise Choay (2001) "A Invenção do patrimônio urbano"[9] e a leitura e interpretação das Cartas Patrimoniais que tratam sobre o patrimônio urbano[10]. A partir daí introduzo o leitor ao processo de institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil, tendo como referência principal o trabalho da cientista social Maria Cecília Londres Fonseca (2005), intitulado **Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil.

Em seguida, no *capítulo 3. Tombamento de Teresina: a construção de um discurso*, as considerações sobre o processo de construção do objeto patrimonial se mantêm no âmbito institucional, porém nessa seção me detenho a atuação do Iphan no território do estado do Piauí. O capítulo começa com uma seção dedicada ao tombamento, na qual eu trato o instrumento tanto do ponto de vista metodológico, por isso apresento a sistemática do processo, quanto proponho uma reflexão sobre o tombamento cujo significado ultrapassa o ato burocrático. Para me ajudar a argumentar sobre esse instrumento utilizei como referência o livro **O Estado na Preservação dos Bens Culturais,** da professora e advogada Sônia Rabello (2009) e a dissertação **O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**, da historiadora Júlia Pereira Wagner (2009). Na seção seguinte, resgato a relação do Iphan com o estado do Piauí, citando desde os primeiros tombamentos da *fase heroica* até os problemas postos para superintendência durante meu período de pesquisa. Há aí um novo recorte, pois não tratarei sobre a atuação da SR/Iphan/PI de modo abrangente, apenas me deterei ao processo de patrimonialização do Centro de Teresina. A análise desse processo foi feita mediante a leitura dos documentos elaborados pelo Iphan que visavam de algum modo a proteção desse sítio histórico.

Por fim, apresento as *Considerações Finais* onde disserto sobre a diferença entre um processo linear e cíclico de atribuição de valor, teço algumas sugestões para superintendência e faço considerações sobre a participação popular durante o processo de patrimonialização.

[9] Disponível no livro: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade: EdUNESP, 2001.

[10] Dentre as várias Cartas Patrimoniais, selecionei a: **Carta de Atenas** de 1931 e 1933, **Carta de Veneza** (1964) e **Recomendações de Nairóbi** (1973).

1. Caracterização do Centro de Teresina

1.1 Contexto Histórico

1.1.1 A Pecuária e o Brasil no século XVIII



Figura 2: "Banquetas e cadeiras de imburana com assentos de couro de vaca curtido"
Fonte: BARRETO in IPHAN, 1938, p. 211.

Figura 1: Banqueta com assento de couro de vaca curtido disponível para a venda no Mercado Público.
Fonte: TOLLSTADIUS, 2012

Entender a constituição do Piauí, e por conseguinte a construção de Teresina, torna-se mais fácil por intermédio do entendimento do desenvolvimento da pecuária no Brasil, devido a ocupação do território piauiense ter sido motivada pela instalação de fazendas de gado Tendo em vista que a pecuária teve seu desenvolvimento concentrado no fim do século XVII e durante o século XVIII, buscou-se referências sobre a história do Brasil desse período nos textos: **Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)** de Maria Yedda Leite Linhares (1995), **O trabalho na Colônia** de Ciro Flamarion Santana Cardoso (2010) e Francisco Carlos Teixeira da Silva (2010).

A hipótese central apresentada por Maria Yedda Linhares (1995) em seu artigo versa sobre a economia dos primeiros séculos de colonização, que baseada na agricultura extensiva, dependia da presença de três elementos cuja oferta deveria ser elástica: terras, homens e alimentos. Assim,

além da "cultura-rei" dominante em cada ciclo, era constante a produção de alimentos para subsistência, na fronteira agrícola aberta, o conflito entre colonizadores e índios e a manutenção do tráfico atlântico supridor de escravos africanos. De tal combinação de fatores resultava que "a economia colonial se reiterasse mediante um baixo custo monetário" e se recriassem seus sistemas agrário-escravistas na fronteira em expansão.

A política colonial era bem definida, e cada "eixo" dessa economia rural era desenvolvido em áreas próprias, de modo que era possível distinguir três paisagens: a da grande lavoura, a da lavoura de abastecimento (ou subsistência) e a da pecuária extensiva na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macro-modelo agrário. Houve certa diversidade de tipos de fazendas, as quais variavam de acordo com a localização: entre aquelas próximas ao litoral e as mais distantes do mercado, e quanto ao clima e vegetação. Porém, o mais recorrente era a criação extensiva de animais. Admite-se a hipótese da irradiação da marcha para o interior de São Vicente tanto em direção ao Norte quanto ao Sul (ver *mapa 1*, p.22). A partir da Bahia, tomando como eixo o Rio São Francisco, partiu-se para o Ceará, Tocantins. De Pernambuco, partiu-se para o Piauí[11]. No século XVIII a pecuária começa a "exercer uma posição social e cultural no Brasil", contribuindo para a obra de colonização.

Cardoso (2010), por sua vez dá destaque ao *Período Pombalino*, caracterizado pelo surgimento de uma *rede urbana promovida pelos jesuítas*, o posterior desmantelamento das missões e pela criação de Companhias de Comércio[12]. Como poderá ser observado a seguir, a ocupação inicial do Piauí é dada por missões jesuíticas. Já Francisco Carlos Teixeira da Silva (2010) fala da necessidade da Coroa proteger seu território, ocupando-o e utilizando o gado como instrumento.

[11] "Retomamos, aqui, os pontos de irradiação daquela grande marcha para o interior: de São Vicente, em direção aos campos de Curitiba; da Bahia, em dois momentos, sendo o primeiro ainda no século XVI, em direção ao Ceará, e o segundo, pelo Rio São Francisco, em direção ao Centro (Tocantins e Araguaia); e, finalmente, Pernambuco, de onde partiu a ocupação do Agreste e do Piauí" (LINHARES, 1995).

[12] Empresas criadas pelo Marques de Pombal.



Mapa 1: Rota do Gado no Nordeste
Fonte: IBGE, S.d. Editado pela autora

Para abordar o processo de ocupação do Piauí usarei como referência o livro **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy** do autor Olavo Pereira da Silva Filho (2007) e a tese **Rio Parnaíba... Cidades Beira** de Genacir Gandara (2009). Apresentarei a sequência de instalação das vilas – através do *mapa 2* na p.25 e de uma cronologia (*tabela 1*, p.30) – bem como a importância do Rio Parnaíba como condutor dessa ocupação.

De acordo com as rotas do gado, pode-se supor, como apresenta Silva (2007), que a ocupação do Piauí surgiu pelo assentamento de fazendas, num processo de ocupação de leste para oeste e do sul para o norte (*mapa 1*). Pode-se concordar que a ocupação desse território, durante o processo de colonização, foi consolidada a partir do desenvolvimento da pecuária. Todavia, de acordo com a cronologia apresentada pelo próprio autor (SILVA, 2007) e com a informação complementada a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (*mapa 2*, p.25), nota-se que a presença dos Jesuítas também deve ser considerada como fator importante na formação do Piauí.

As ocupações mais antigas, ainda da primeira metade do século XVII, correspondem a duas missões jesuíticas, instaladas no sopé da Serra da Ibiapaba, a nordeste do Piauí (*mapa 2*, p.25).

Foram essas: *I Missão da Ibiapaba*, instalada em 1607 e *Missão São Francisco Xavier* de 1656. No século XVIII, a *Missão São Gonçalo*, localizada às margens do Rio Parnaíba, teria dado origem a duas cidades: Amarante e Regeneração. No mesmo período outra missão, a dos *Aroazes*, no limiar da Serra Grande, teria determinado o surgimento de Valença do Piauí (*mapa 2*, p.25).

1.1.2 A urbanização do Piauí

Descreverei, de acordo com Silva (2007), o que levou a sedentarização e o papel da igreja no processo de formação das cidades, com enfoque para Teresina. Também serão abordados: a localização, o desenho urbano, as técnicas construtivas e os primeiros equipamentos implantados. Por último será abordada a questão "Teresina é uma cidade representativa do Ciclo do Gado?".

A princípio Silva (2007) parece estar de acordo com a ideia de que a Igreja atuou como "impulsionadora", mas não como "causadora" da urbanização no Piauí: "Lembra Miridan que a criação de capelas ou igrejas numa região rural *foi impulsionadora de aglomeração urbana, mas elas não foram, no Piauí, sua causadora*" (p.14). A causa da urbanização, de acordo com Silva (2007), tão pouco teria sido a economia do gado: "Como a economia latifundiária da cana-de-açúcar, *a pecuária extensiva não gerava cidades*" (p.14). Todavia, parece prevalecer o papel do gado como elemento que determinou as primeira aglomerações humanas: "Se nas alterosas o ouro das encostas e aluviões subjugou a localização das cidades, no semi-árido piauiense *foram as pastagens e os veios d'água que condicionaram as fixações do vaqueiro*" (SILVA, 2007, p.14).

Os primeiros agrupamentos datam da segunda metade do século XVII, assinalando a presença do europeu nesse território. Ainda não se tratava de uma ocupação territorial, antes de incursões de reconhecimento. "Maior expressão tiveram as missões estabelecidas na serra da Ibiapaba, nos primeiros anos do século seguinte, irradiando ações catequéticas ao Vale do Longá" (SILVA, 2007, p.9) (ver *mapa 2*, p.25). As entradas cruzaram o rio São Francisco (ver *mapa 1*, p.22) e a Serra Grande (ver *mapa 2*, p.25),

> (...) desceram das cabeceiras dos principais rios em direção ao [rio] Parnaíba, estabelecendo arraiais militares, como o dos Ávila no [rio] Gurguéia, o do Capitão-mor dos paulistas Francisco Dias de Siqueira na Caantinguinha, o do capitão Bernardo Carvalho de Aguiar na Bitorocara, o do capitão Domingos

> Afonso Certão no Buriti que corre para o [rio] Canindé, ou ainda do mestre-de-campo de Domingos Jorge Velho segundo uns em Paulistana, segundo outros em Valença, destinados a garantir a conquista da terra, domesticar índios para o trabalho nos currais e afugentar nações hostis (SILVA, 2007, p.10) [ver *mapa 2*, p.25].

A urbanização no Piauí surge ainda, de acordo com Silva (2007), a partir de uma rede de nucleações lineares, decorrentes do caminho do gado. O rebanho bovino expandira da Bahia para abastecer de carne e derivados as populações litorâneas e auríferas, a partir daí os currais "se desenvolveram em pólos de criação de gado, com uma pequena população organizada em torno das fazendas, dando origem a fogos rarefeitos em sulcos de tropeiros, que lentamente se transformavam em ruas de casas rurais" (SILVA, 2007, p.12). Segundo o mesmo autor esses pousos evoluíram para aglomerados, vilas e cidades. Silva (2007) também afirma que os arraiais pré-pombalinos não teriam ordenação espacial e eram "privados de sentimento estético" (SILVA, 2007, p.12). No entanto, de acordo com Silva (2007), o gregarismo impunha regras de convívio determinando um modo de habitar e um jeito de construir. A noção de organização do solo se resumia às relações casuais ou instintivas, as casas eram postas juntas por um propósito de solidariedade, sem quadras determinadas, sem alinhamentos pré-concebidos.

A população atraída para trabalhar nas fazendas de gado, fixou moradia em seus entornos. Essa população demandava cumprir o dever religioso, o que de acordo com Silva (2007) teria justificado a instalação de paróquias junto a esses povoados. A inserção do edifício religioso nesse ambiente teria obedecido ao simbolismo cristão, pelo qual a igreja deve ser alocada em posição de destaque: na parte mais elevada do relevo com uma grande praça a sua frente. Ao redor dessa praça, principiava-se uma organização urbana, aonde se encontrava a casa do padre, o cemitério, a escola e as oficinas. Além da posição de destaque, o edifício religioso se distinguia das habitações pelo sistema construtivo, enquanto o primeiro era construído em alvenaria as demais eram construídas de barro com coberta de palha. A falta de recursos para a ornamentação interna das igrejas era compensada pela cenografia arquitetônica, o volume da igreja destaca-se do casario circundante e dos prédios do governo.



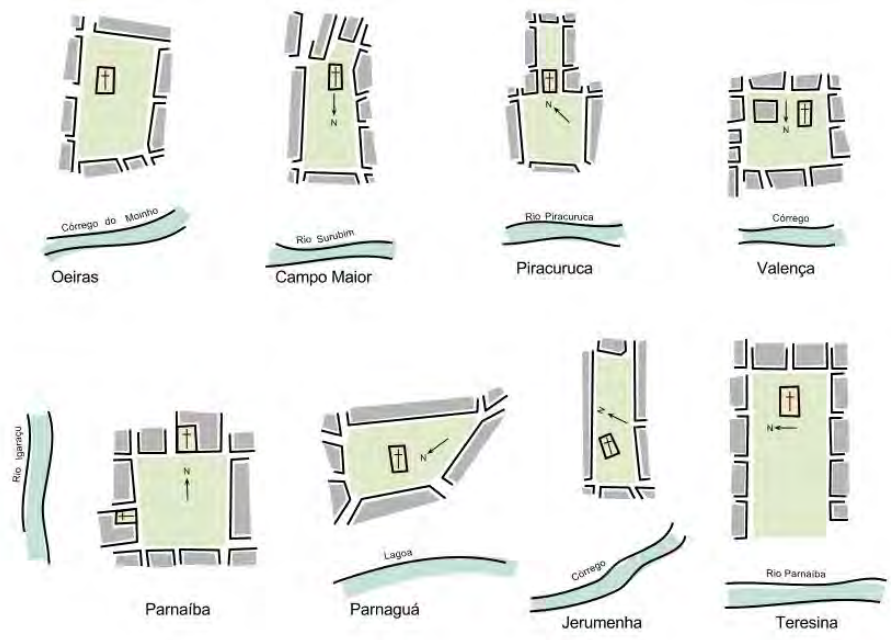
Mapa 2: Missões e Cidades do Piauí instaladas entre os séculos XVII e XIX
Fonte: IBGE (sd.), INFOESCOLA (sd.) e SILVA (2007). Editado pela autora.

> ... as aldeias sacralizadas no mínimo teriam perseguido o simbolismo cristão, imprimindo uma organização militar que Cortesão identifica como *o caráter mais original* para o êxito dos jesuítas nos domínios ultramar. **Para isso, uma composição de ordenação ortogonal, com a praça fronteira à morada de Deus, supostamente ladeada pela casa do padre, cemitério, escola, oficinas e um renque de taperas cercando o entorno.** Como se vê no fim da aldeia de São Gonçalo, **uma configuração espacial hierarquizada com habitações individualizadas e perfiladas** no lugar da maloca coletiva, permissiva aos princípios cristãos. As **choupanas de palha** mantinham uma relação material e simbólica com o aldeamento indígena, ao tempo que expressavam uma configuração formal em atender certos preceitos de ordem e disciplina, em não se misturar com a destacada **capela de alvenaria**. Para essa acomodação espacial, em que a própria língua tupi também foi cultivada, preservou-se a **centralização do terreiro** - circular na taba -, convertido na redução cristã em **praça retangular**. Expurgada a maloca, principal símbolo da solidariedade familiar, sua função social era transferida para a igreja. Separa-se ainda o espaço de trabalho da unidade de moradia. Pautavam, assim, uma cultura disciplinatória, de natureza urbana, seguidamente reproduzida nas povoações paroquiais (SILVA, 2007, p.14) [grifo itálico do autor, grifo em negrito meu].

Silva enxerga uma relação mútua entre a população rural e a igreja: "Porquanto a população rural justificava a freguesia, o edifício cristão afiançava a ocorrência da vila" (2007, p.15). Apesar de parecer concordar que a igreja não era um fato causador de cidades no Piauí, Silva (2007) cita uma cidade no Ceará causada por uma igreja: Viçosa do Ceará. Propõe então que sejam melhor investigadas as reduções e residências dos jesuítas, principalmente em Santo Inácio e Aroazes, além de São Gonçalo dos Índios (Regeneração) (ver *mapa 2*, p.25). Nesse sentido, a cidade de Piracuruca (*mapa 2*, p.25) seria outra exceção e também teria sua origem relacionada com a Igreja: "**Piracuruca**, segundo a tradição popular e registro de Pereira da Costa, **tem suas raízes cravadas na igreja** votiva dos irmãos Dantas. (...) Por esse propósito, ainda que afeta ao meio rural, a Igreja dos Dantas não resultaria da população dos currais" (SILVA, 2007, p.16). A escolha desse sítio teria sido justificada por ali ser um "ponto de escala entre o litoral e o sertão, o Maranhã e o Ceará" (SILVA, 2007, p.16).

Para Silva (2007) a religião atrelada à economia do gado teria consolidado o crescimento urbano no século XVIII. Na ausência da Câmara, a Igreja controlava a organização do espaço físico. Embora ainda não se fosse possível identificar uma distinção estrutural entre o espaço rural e o espaço urbano, o complexo praça-igreja foi um importante sinal de urbanização. Silva (2007) apresenta um croqui (*mapa* 3, p.27) das primeira nucleações piauineses demonstrando a relação das casas com a Igreja. Na maior parte dos exemplos as igrejas se inseriam em grandes praças – exceto em Parnaíba, onde a igreja foi implantada dentro de uma quadra. Outra característica comum

às primeiras nucleações piauienses é a implantação próximo às fontes de água, sejam rios, córregos ou lagoa.



Mapa 3: Croquis das primeiras nucleações do Piauí.
Fonte: SILVA, 2007. Editado pela autora.

Após a inserção do complexo praça-igreja, um novo marco no desenvolvimento urbano dos assentamentos piauienses se dá no contexto da desanexação do Piauí da província do Maranhão. Apesar de ter sido elevada a capitania autônoma por alvará de Dom João VI em 1718, o ato só foi executado em 1758 por Dom José I (*tabela 1*, p.30). Os latifundiários locais resistiram a essa mudança, pois a independência da província "significava maior controle da terra por parte da coroa" (SILVA, 2007, p.24)". Diante do interesse da Coroa de regulamentar as transações comerciais das boiadas e impedir a evasão de divisas, a estratégia de ocupação do Piauí foi construída mediante um projeto de urbanização, amparado pelas estratégias prescritas pelo Marques de Pombal. Buscou-se então transformar essas nucleações primordiais em Vilas. Em decorrência disso, iniciou-se uma busca por uma organização ortogonal do espaço. Diante da intervenção da Coroa no processo de urbanização do Piauí, a regulamentação da ocupação do território piauiense passou a ser definida por Cartas Régias (C.R.s).

Segundo Silva (2007) havia um "código de planejamento de D. José I" (SILVA, 2007, p.36), cujos princípios se assemelhavam na "racionalidade e na ordem da cidade romana" (SILVA,

2007, p.36). As normativas de D. José I versavam inclusive sobre a nomenclatura das vilas. Determinava a substituição dos nomes "bárbaros" por nomes de cidades portuguesas. Assim "a vila da Mouxa tornou-se cidade de Oeiras" (SILVA, 2007, p.46). "Um século depois da instalação de Oeiras, *Therezina* reascendia a tradição, descartando a designação da Vila Nova do Poti e homenageando a Imperatriz do Brasil, Dona **Theres**a Crist**ina**..." (SILVA, 2007, p.47)

A implantação dessas normas teve maior expressão em Parnaíba, "primeira vila da Capitania que teve um plano regulador previamente implementado, não obstante implantada junto a uma pré-fixação" (SILVA, 2007, p.38). Parnaíba obedeceu a um traçado urbano cartesiano, tal como na lógica do "cardus e o decumanus romanos" (SILVA, 2007, p.38). No entanto a orientação Norte-Sul, típica dos romanos, não foi usada. Afinal "a orientação cardeal não era cogitada na C.R" (SILVA, 2007, p.83). Assim, a orientação do traçado urbano é mais facilmente explicada por uma intenção de alinhar a cidade ao rio Igaraçú (*mapa 3*, p.27).

A primeira Vila do Piauí foi Oeiras. Fundada em 1717, a princípio todas suas casas eram de terra. Dentre os edifícios públicos contava com: cadeia, quartel, a casa da assembleia da província, a câmara municipal e um hospital, todos eram edifícios térreos, exceto a cadeia com dois andares. Havia também o colégio dos jesuítas, grande e belo, porém esse já se encontrava em ruínas. Como dito antes, a vila desenvolveu-se em torno da praça paroquial. Por ter surgido de uma aglomeração rural, sem haver necessariamente pretensões de se criar uma paisagem urbana "organizada", Oeiras tinha um desenho urbano bastante irregular.

Silva (2007) descreve Oeiras de acordo com a técnica construtiva por porcentagem de casas: **"**Dessas casas, 86 (31,8%) estavam nos arredores das quais 45 são descritas como de **palha.** Apenas nos subúrbios há referências a casas de palhas, concluindo-se que as demais seriam **telhadas**, como representadas na vista Oeyras do Piauhi" (SILVA, 2007, p.55). A cidade é descrita como predominantemente térrea: "Dez anos depois dizia Durão: *As casas da Cid. todas são terreas até o próprio Palácio do Governo*" (SILVA, 2007, p.56)**.** Segundo Silva (2007), Machado diz que Oeiras era "uma pequena aldeia, **sem fôrma, sem ordem**" (2007, p.56) e Martius, em 1819, fala em "**casas de barro caiadas de branco**" (SILVA, 2007, p.56).

> Em 1839, Gardner assim a descreve: (...) É de construção muito irregular e formada principalmente de uma grande praça, e umas poucas ruas que partem dos lados de oeste e sul. (...) A cidade tem três igrejas, duas das quais, embora já bem velhas, estão inacabadas. Há ainda vários públicos, como cadeia, quartel, a casa da assembléia da província, a câmara municipal e um hospital, mas nenhum deles merece menção, exceto a cadeia, que acabara de ser construída... o prédio é de

> dois andares, havendo apenas dois outros edifícios na cidade que lhe são iguais neste particular; (...) Na extremidade norte da cidade há um grande e belo edifício, ora em ruínas, que foi o colégio dos jesuítas antes de sua expulsão do Brasil (SILVA, 2007, p.57).

Depois de Oeiras, Silva (2007) aborda Parnaguá. Instalada em março de 1762 "foi a primeira das 6 instituídas por João Pereira Caldas" (SILVA, 2007, p.61). Sobre a Vila Parnaguá diz que possuiu um quartel, que logo foi arruinado, e uma excelente cadeia e casa da câmara, "construída em 1849 pelo coronel José da Cunha Lustosa [...] Em 1857 a vila constava de 67 **casas de telhas** e 15 de **palhas**, 355 habitantes [...] A povoação e colonização das terras do Parnaguá [...] são sem dúvida as mais antigas do Estado" (SILVA, 2007, p.62) [grifo meu]. Interessante essa dualidade entre as casas de telhas e as casas de palha, parece-me que como as construções mais altas são mais valoradas, as construções em telha são mais valoradas que as de palha. O que condiz com um estado que buscava o "progresso".

Silva valida sua teoria sobre o modelo urbano adotado no Piauí com o exemplo de Jerumenha, composta inicialmente pelo complexo praça-igreja e posteriormente alinhada a um traçado ortogonal:

> Tem a mesma feição das demais cidades do interior do Piauí: uma praça quadrada, igreja no centro, e ruas mais ou menos regulares, que, partindo dos quatro cantos da praça, perdem-se ou confundem-se, a cem ou duzentos metros, com os caminhos que dão acesso ao povoado. As casas melhores, das famílias mais importantes, geralmente estão localizadas na praça da Matriz, assim como, numa das esquinas, fica o empório principal da propriedade quase sempre do chefe político [...] nos quintais as árvores que predominam são frondosas mangueiras e cajueiros. (IGLÉSIAS apud SILVA FILHO, 2007, p.64)

Até aqui Silva (2007) sempre vincula as vilas piauienses ao ambiente rural, todavia quando vai tratar de Teresina, a nova Capital, destaca que essa última teve uma origem diferente: "Em que se pese a vinculação formal e religiosa com as vilas setecentistas, a nova Capital vai se distanciar dos fundamentos rurais que fizeram eclodir aquelas nucleações campestres, a começar pela fazenda de gado que a crônica registra ter havido nesse local e que, já extinta, nenhuma relação teve com a nova povoação" (SILVA, 2007, p.39). Mas mesmo Teresina não tendo sua origem vinculada ao mesmo contexto das vilas setecentistas, teve o mesmo princípio morfológico, o do complexo praça-igreja. As primeiras vilas piauienses eram caracterizadas por casas dotadas de quintais, como uma extensão do meio rural, as pequenas plantações e criações serviam para suprir o consumo

doméstico. Havia também as áreas de cultivo no entorno das vilas, “percursoras das chácaras e dos modernos cinturões verdes” (SILVA, 2007, p.31).

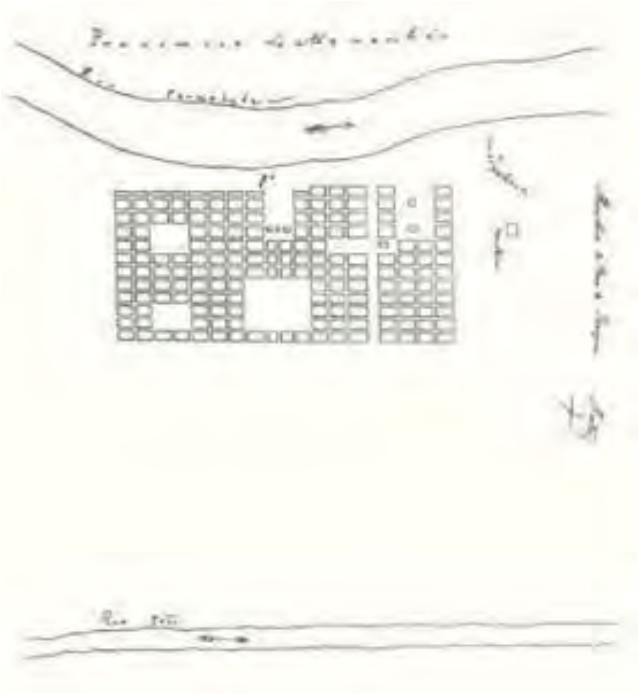
Ano	Fato Histórico		
		Brasil	Piauí
1500	Colônia		
1715			A capitania do Piauí foi do Estado do Maranhão
1718			O Piauí foi elevado à capitania autônoma
1742			Marvão do Piauí (atual Castelo) foi elevada à freguesia
1750		**Início da Era Pombal**	
1758			A capitania do Piauí tornou-se administrativamente independente
1759		Fim do sistema de capitanias hereditárias	
1761			Instalação da cidade Oeiras
1762			Instalação da vila de N. Sra. do Livramento do Parnaguá
			A povoação de Santo Antônio do Surubim foi elevado à vila de Campo Maior
			Instalação da vila de São João de Parnaíba
			O povoado Caatinguinha foi elevado à vila de Valença
			O Maranhão e o Piauí foram desmembrados do Grão-Pará
1777		**Fim da Era Pombal**	
1793			Pela primeira vez a ideia de mudança da capital foi cogitada
1808		**Chegada da Família Real ao Brasil**	
1812			Junta Provisória
1825	Império	**D. João - Imperador do Brasil**	
1826		**D. Pedro I - Imperador do Brasil**	
1831			
1834		**D. Pedro II - Imperador do Brasil**	
1844			Sancionada a lei nº 174 de 03 agosto de 1844, mandando mudar a capital
			Instalação da cidade Parnaíba

1845			A lei nº 191 de 30 de agosto autorizou o Presidente empregar os meios adequados para a mudança imediata da capital
1848			O Presidente, Francisco Xavier Cerqueira, defende a construção de edifícios na vila nova: igreja, cadeia e quartel para a tropa paga.
1851			Povoação de Matões foi desmembrada de Piracuruca
			Projeto de lei mudando a capital foi rejeitado na Assembleia Provincial.
			Elaborou-se um "borrão" indicando o tamanho que deveriam ter os quarteirões da praça em que ficava a igreja matriz
1852			Instalação da cidade Teresina
1854			Povoação de Matões foi elevada à vila de Pedro II
1866			Vila de Valença foi elevada à comarca
1888			
1889	**República**	**Proclamação da República**	Comarca de Valença foi elevada à cidade

Tabela 1: Cronologia

1.1.3 A nova capital

No fim do período colonial, segundo Gandara (2009), os presidentes da Província do Piauí se alternavam entre aqueles que desejavam implantar a navegação a vapor no Rio Parnaíba e aqueles que queriam transferir a capital para um lugar mais propício ao comércio com as colônias vizinhas. Buscavam-se meios de alcançar a prosperidade da Província. A ideia da mudança da capital prevalecia mediante a inconveniência de sua permanência em Oeiras. Essa cidade estaria mal localizada – distante dos grandes rios, num local de difícil acesso –, "situada fora da zona ativa de comunicação não podia ser integrada como zona de exploração agrícola, nem servir de mercado ou de centro de redistribuição" (GANDARA, 2009, p.17). Portanto, Oeiras não poderia ser um polo de desenvolvimento.



Mapa 4: Esboço do Mestre Isidoro
Fonte: SILVA, 2007, p.10)

A ideia de mudança da capital foi pensada pela primeira vez em 1793 (ver *tabela 1*, p.30), quando se propôs ao rei, D. João VI, o deslocamento para as margens do rio Parnaíba. Dom João de Amorim Pereira, então presidente da província do Piauí, por sua vez propôs a transferência da capital para a Vila de Parnaíba, ao norte da Província, na desembocadura do rio Parnaíba (ver localização de Parnaíba no *mapa 2*, p.25). Posteriormente D. Rodrigo de Sousa Coutinho também argumentou em favor da transferência da capital para Vila de São João da Parnaíba, devido à má localização de Oeiras. A ideia da mudança da capital reaparece no governo da Junta Provisória (1812) (ver *tabela 1*, p.30) e na administração do governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos (1816). José Idelfonso de Sousa Ramos, "proclamando a impraticabilidade de continuar a capital da Província, em Oeiras, fez votar e sancionar a Lei nº 174 de 27.08.1844 que autorizava a mudança da capital para a margem do rio Parnaíba, escolhendo o local da confluência do riacho Mulato para recebê-la, ficando a nova cidade com o nome de Regeneração" (GANDARA, 2009, p.119).

No entanto Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente da província do Piauí entre 1845-1847, foi contra a execução dessa lei. Concordava com a transferência, porém discordava do local escolhido. Alegava que para trazer ao Piauí “imensas vantagens” bastava a implantação de estradas

de ferro e da navegação a vapor. Então promulgou outra lei que destinava recursos financeiros para a transferência imediata da capital para São Gonçalo (ver *mapa 2*, p.25). Essa lei também não foi aplicada. "Seu sucessor, o Presidente Marcos Antonio de Macedo (1847-1848), em documento dirigido ao primeiro ministro do Gabinete, defendia a implantação da navegação alegando inexequibilidade e/ou dispêndios em relação à transferência da capital" (GANDARA, 2009, p.120).

Por fim Anselmo Francisco Perete, presidente da província entre 1848 e 1849, sancionou em 1849 uma lei "autorizando que se fizesse a mudança da capital não mais para a foz do riacho Mulato, mas para o local destinado à nova sede do município do Poti" (GANDARA, 2009, p.120). Em 1850 o presidente da província Inácio Francisco Saraiva promulgou a Resolução Provincial nº 255 anulando todas as leis votadas até aquela data sobre a transferência da capital. Saraiva acreditava que a própria mudança da capital promoveria a navegação a vapor. Em 1852, a capital seria enfim transferida para cidade que veio se chamar de Teresina.

1.2 Transformações e permanências

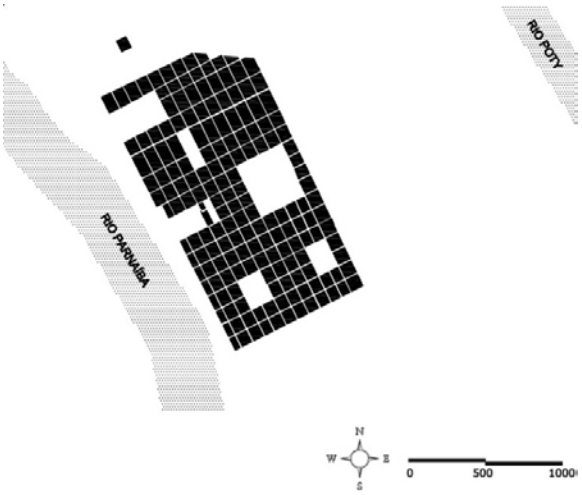


Figura 3: À esquerda, elevado do metrô de superfície em frente ao Rio Parnaíba, na Av. Maranhão, na altura da Praça Marechal Deodoro, próximo ao Mercado Público.
Fonte: TOLLSTADIUS, 2012

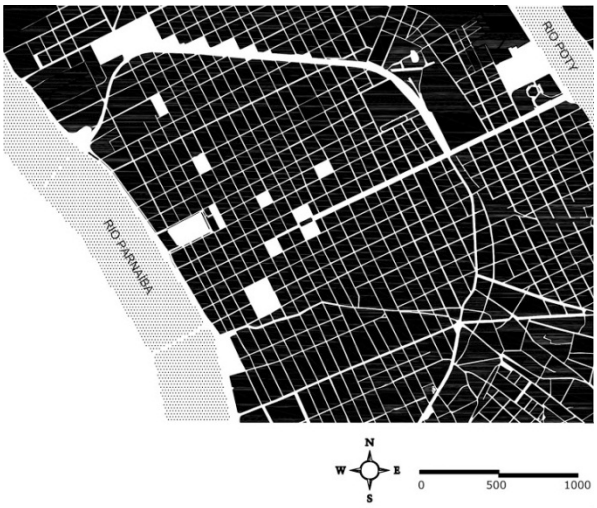
Figura 4: À direita, trecho da rua Benjamim Constant, logo após a praça Landri Sales. Em verde, uma casa de esquina, provavelmente do século XVIII, onde hoje funciona uma instituição pública, em rosa uma boate gay, entre as duas casas uma *banquinha*.
Fonte: TOLLSTADIUS, 2012

Cidades são vivas, são dinâmicas. Na constante transformação, o traçado urbano se expande a medida que pessoas são atraídas pela *cidade-imã*[13]. Há especulação imobiliária? Sim. A cidade se torna uma representação do que é cada sociedade. Vivemos sob a égide do capitalismo, do lucro sobre bens intangíveis, então nada mais provável do que a cidade se reafirmar como um espaço de trocas comerciais (*cidade-mercado*[14]) onde a ostentação publicitária muitas vezes define sua estética.

A *Vila Nova do Puty* (hoje Teresina) foi locada a uma distância pré-fixada da Vila do Puty. Um plano xadrez já estava traçado (ver *mapa 4*, p. 32), "ensaiaram-se novos conceitos de espaços públicos com praças dissociadas de igrejas, mais tarde mobiliadas, servidas de bancos, coretos e monumento comemorativos, além da arborização pública introduzida no mesmo ano da fundação" (SILVA, 2007, p.42). Quanto ao *estilo arquitetônico*, Silva classifica as primeiras construções teresinenses como ecléticas: "Com o ecletismo do princípio do século XX, a arquitetura se distancia definitivamente das vilas rurais" (SILVA, 2007, p.42).



Mapa 6: Mapa figura-fundo do traçado urbano de Teresina na época de sua fundação.
Fonte: TERESINA, 2006. Editado pela autora



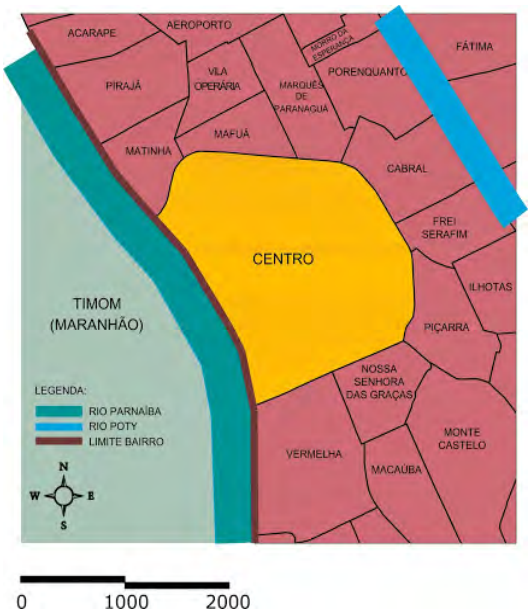
Mapa 5: A direita, mapa figura-fundo do atual traçado urbano de Teresina.
Fonte: TERESINA, 2006. Editado pela autora

[13] "Isto mesmo, a cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia" (ROLNIK, 2004, p.13).

[14] "Isolado, cada indivíduo deve produzir tudo aquilo que necessita para sobreviver; quando há a possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado. A cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado". (ROLNIK, 2004, p.26)



Mapa 8: Localização do bairro Centro, na cidade de Teresina.
Fonte: TERESINA, 2006. Editado pela autora.

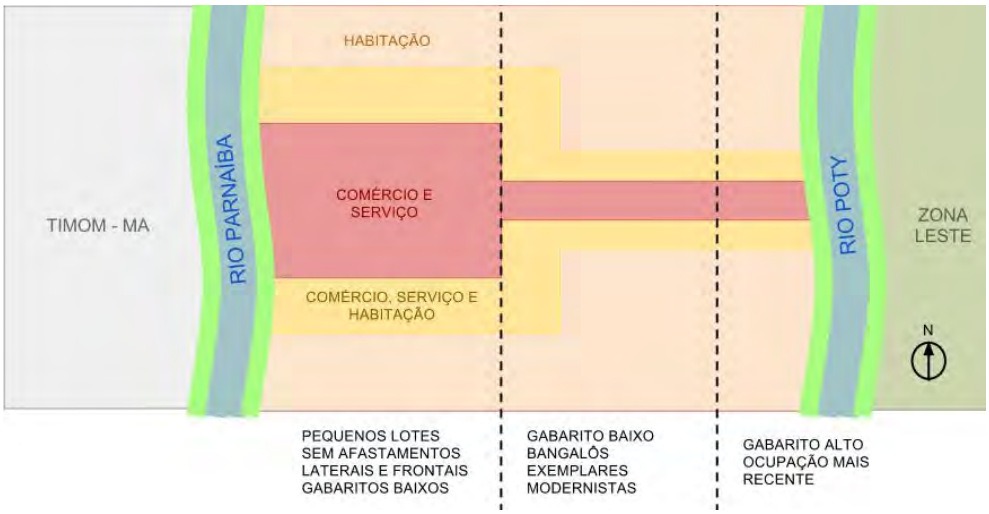


Mapa 7: A esquerda, bairro Centro e seus vizinhos.
Fonte: TERESINA, 2006. Editado pela autora

No *miolo central* e nas margens da Av. Frei Serafim, representado em vermelho no *mapa 9* (p.36), o uso predominante é o de comércio e serviços. Em seguida, representado de amarelo, tem-se uma zona mista de comércio, serviços e habitação e por fim representado de laranja a zona onde há o uso predominante da habitação. Outro zoneamento também pode ser identificado, quanto as tipologias arquitetônicas. Na faixa entre o Rio Parnaíba e o começo da Av. Frei Serafim (*mapa 9*, p.36), os lotes são menores, as construções são implantadas sem recuo lateral ou frontal e de modo geral o pé direito é baixo, a maior parte das exceções quanto ao gabarito se concentram na zona vermelha, na vizinhança da Praça Marechal Deodoro. Na maior parte da Av. Frei Serafim, o gabarito é médio e as edificações estão soltas no lote (ver *Apêndice: Levantamento Fotográfico*, p.104). Os prédios maiores e edifícios multifamiliares se concentram na margem do Rio Poti.

Para identificar quais foram os primeiros edifícios construídos em Teresina realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Clodoaldo Freitas (1988) foi um dos poucos historiadores piauienses que se dedicou a redigir a história de Teresina. Em seu livro **A História de Teresina**, Freitas (1988) narra o desenvolvimento da cidade por intermédio de suas construções, excetuando-se o primeiro capítulo intitulado *Mudança da Capital* e o último, *Navegação do Parnaíba*; os demais são: *Igreja do Amparo*, *Santa Casa*, *Cadeia*, *Igreja das Dores*, *Instrução Pública*, *Escola Normal*, *Biblioteca*,

Escola Noturna, *Educandos Artífices*, *Teatro*, *Mercado*, *Cemitério*, *Palácio*, *Tesouro Provincial*, *Quartel de Linha*, *Rampas* e *Taludes*. Notemos que novamente a mudança da capital e a navegação no Parnaíba são temas de destaque na historiografia do Piauí. Segundo a historiografia apresentada por Silva (2007) e Freitas (1988) sistematizei a *tabela 2*, disponível na página 37.



Mapa 9: Mapa esquemático do uso e ocupação do solo do Centro de Teresina.
Fonte: TOLLSTADIUS, 2012.

Alguns desses imóveis e praças permaneceram: a Igreja do Amparo, a Praça Tiradentes[15], a Igreja das Dores e a Praça Saraiva, o Mercado Público (ver *Apêndice: Levantamento Fotográfico*, p.104) e por fim a Estação Ferroviária, bem já protegido pelo Iphan. Freitas (1988) cita um Centro Proletário, porém não indica sua localização. Atualmente há em Teresina, na rua Lisandro Nogueira um edifício com características *art decó* que recebe em sua fachada o nome Centro Proletário (*figura 5*, p.38), que pode corresponder ao mesmo edifício citado por Freitas (1988). Outros desses imóveis listados já não existem mais. Como por exemplo, a Santa Casa, que em seu tempo ocupou a quadra formada pelas ruas Divisão, Glória, Paissandu e Barroso (essas duas últimas ruas permanecem com o mesmo nome), hoje ocupada por novos edifícios (*figura 6*, p.38). Constantemente a busca pelo desenvolvimento é apontada como um agente de destruição do patrimônio cultural. Porém, vale ressaltar que esse desejo pelo progresso muitas vezes é o que levou a construção dos objetos que hoje são considerados patrimoniais.

[15] Hoje Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Bandeira.

Construção	Endereço	Data
Igreja do Amparo		
Santa Casa	Rua Barroso, Rua Divisão, Rua Glória e Rua Paissandu	
Praça Tiradentes		
Igreja das Dores	Praça Saraiva	
Praça Saraiva		
Centro Proletário		
Casa de Câmara e Cadeia		
Teatro de S. Tereza		1867
Teatrinho Particular	Rua Desembargador Freitas	
Mercado Público		
Cemitério Público		1959
Rampas	Praça da Constituição Ruas Bela e Paissandu “rua Grande até 25 metros acima da rampa do porto da rua de S. José, denominada Barrinha” “rua Desembargador Freitas para baixo, com a extensão de 216 m, compreendendo uma rampa nessa rua e outra da orla da Constituição àquela rua, e mais uma rampa na rua da Glória”	1858
Porto da Carência		
Açougue público		
Casa de Dentenção		1866
Ferrovia Teresina-São Luís		1921
Estação ferroviária		1926

Tabela 2: Primeiras construções



Figura 5: Centro Proletário na rua Lisandro Nogueira.
Fonte: GOOGLE MAPS, 2013



Figura 6: Edifício atualmente existente na esquina das ruas Paissandu e Barroso, onde já estava localizada a Santa Casa.
Fonte:TOLLSTADIUS, 2012

Na busca por participar de um modelo desenvolvimentista adotado nacionalmente é que Teresina plasmou seu *centro histórico*. Conferiu-lhe uma arquitetura *moderna*, quando modernizar poderia ser entendido como esconder o telhado (típico das casas coloniais e *de fazenda*, ver *figura 8*) com platibandas ornamentadas - primeiro com adornos *ecléticos*, posteriormente com motivos *art decó*. O sentido de *moderno* mudou, o termo passou a ser grafado como nome próprio e virou sinônimo de um movimento artístico, engajado pela construção de uma cultura genuinamente brasileira[16]. Em Teresina chegarem os cobogós, as pastilhas, o vão livre, as venezianas de madeira, as linhas retas e precisas, os planos em composição geométrica (ver *figura 7*), típicos da arquitetura modernista.



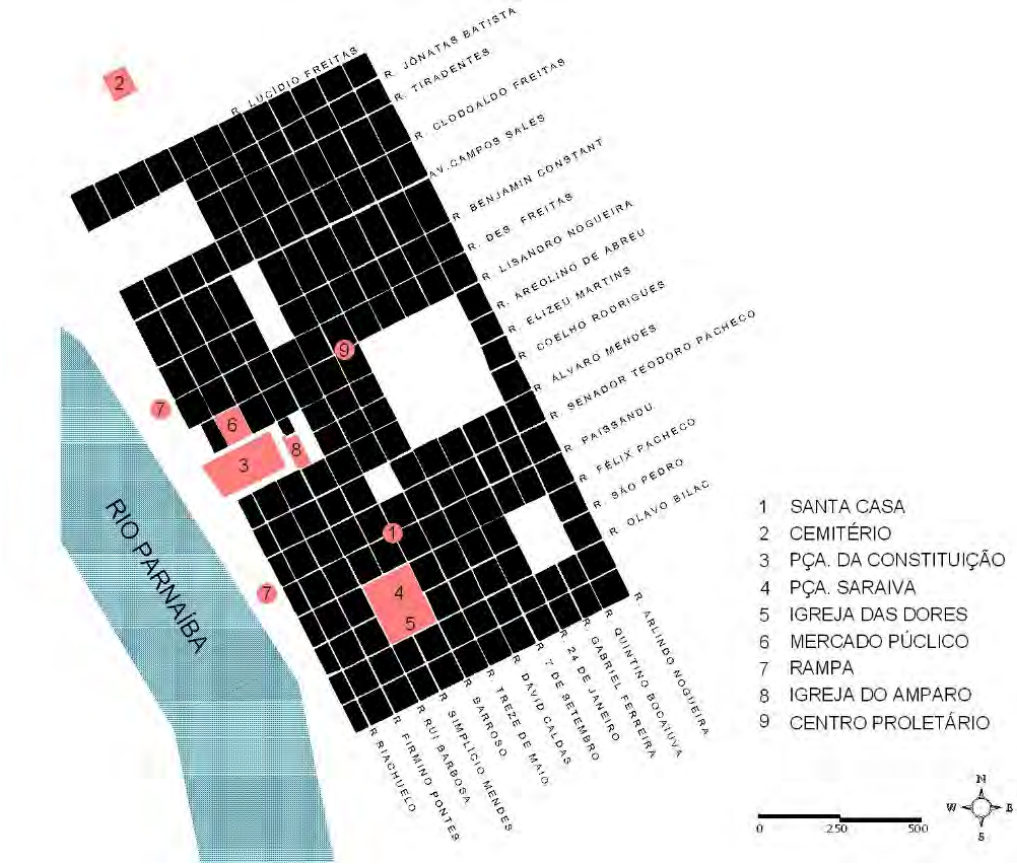
Figura 8: Edificação com telhado aparente na esquina da rua Desembargador Freitas com a rua Área Leão, nº 1827
Fonte: TOLLSTADIUS, 2012



Figura 7: Residência com características *modernistas* na esquina da rua Coelho Rodrigues com a rua Área Leão.
Fonte:TOLLSTADIUS, 2012

[16] Falo sobre a relação dos *modernos* com a construção de uma cultura nacional na seção *A institucionalização da proteção do patrimônio no Brasil*, a partir da p.54

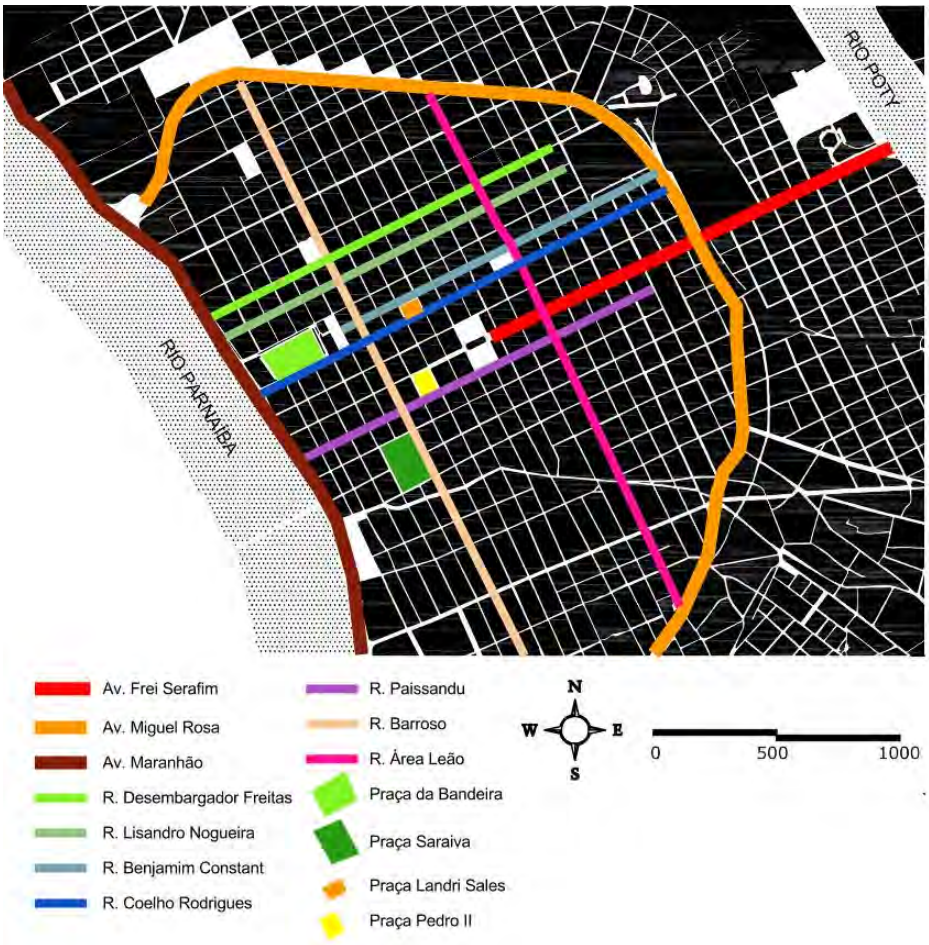
Ali, no centro histórico às margens do Rio Parnaíba (ver *mapa 8*, p.35), nasceu a cidade, construíram-se os primeiros prédios públicos e se instalou a população *melhor remediada*. O desejo de progresso e pelo novo permaneceu. O que não permaneceu foi a classe abastada, que a partir da década de 1970 migrou para a Zona Leste, a esquerda do rio Poti (ver *mapa 8*, p.35).



Mapa 10: Primeiras Construções

Com o abandono da área central pelos mais ricos o centro tornou-se uma área ocupada por usos marginais, muitas vezes usada como território da prostituição, que embora seja mais visível a noite, também pode ser identificado durante o dia. A depredação do patrimônio arquitetônico ocorre principalmente por meio da demolição de edifícios com a finalidade de implantar áreas de estacionamento privado, bem como adaptações realizadas para o uso comercial das edificações. Estas modificações podem incidir tanto nas fachadas (que as vezes são completamente reformuladas ou são descaracterizadas pela instalação de letreiros e pelo uso de cores consideradas inadequadas) quanto no reordenamento da icnografia. Além do mais, a descaracterização pode ser

vista também em algumas praças que sofreram reformas mais radicais, tal como a Praça Pedro II que foi cortada em diagonal por uma via destinada ao tráfego de veículos.



Mapa 11: Identificação das ruas e praças no Centro de Teresina.
Fonte: TERESINA, 2006. Editado pela autora.

1.3 Uma primeira aproximação dos teresinenses

No primeiro ano do Programa de Especialização Patrimônio Cultural (PEP), transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, antes de ter o projeto de pesquisa, o meu tema estava relacionado com as praças dos Centro de Teresina. A superintendente havia me pedido para estudar o conceito de *paisagem cultural* e verificar a pertinência de sua aplicação ao caso de Teresina. Achei as praças locais muito vivas e resolvi acompanhar os eventos nas diversas praças durante o tempo de definição do projeto de pesquisa. Como não havia nenhum método definido, meu comportamento foi: ao notar uma movimentação atípica, ia observar e fotografar. Dessas experiências, registrei algumas historietas. Optei por incluí-las no capítulo sobre a caracterização do Centro de Teresina por acreditar que um retrato urbano não pode ser feito sem que apareçam seus personagens.

Artista da Praça

31 de agosto de 2010

- Ahhhh éeeee do Corinthians. Ê! Vou dar um show de habilidade. A lei agora é seca, se for beber não dirija. Falô vermelho. Ôooo! Vou dar um salto agora. Pessoal, é tudo na hora certa. Ê! Pessoal! Tem pessoa que fica falando assim ele não pula não. Você acha que eu tenho cara de cabra safado, rapaz? Quem que acredita que eu pulo aqui na faca, levanta aí a mão... que confia no meu trabalho aê... Sou um **cara-homem**, rapaz. Bota-fé, meu irmão, que eu pulo nas faca. Aqui não é enrolador, enganador não. Aqui é **sujeito-homem**, meu irmão. Tem hora de eu pular. Eu não terminei meu show ainda pra eu pular. Se eu pular agora acaba a fé. Deixa eu mostrar meu trabalho. Que o meu intuito não é pedir dinheiro não, é mostrar arte. Tô trabalhando aqui de graça, praticamente. Eu tô pedindo alguma coisa? Eu tô pedindo dinheiro? Tô botando a mão no bolso de alguém? Tô agredindo vocês com palavras? Tô fazendo a arte pela arte, com amor. Só basta meia palavra para um monte de negócio, cidadão. Eu faço a arte pela arte, sem a intenção de ficar rico. Olha aqui o que é um trabalho bonito e bem feito, trabalho de **homem**, trabalho de **moleque-homem**, de **coroa-homem**.

Foi no aniversário da cidade, dia 31 de agosto, que vi o sujeito-homem se apresentando. Por conta da comemoração haviam montado uma feira de exposições na praça. O movimento ali era vívido. Porém, mais do que o evento oficial chamou-me a atenção um grupo de pessoas reunidas em roda. Assistiam a apresentação de um "show". Difícil dizer de que se tratava esse show, embora fosse possível identificar na fala do artista que sua performance não era puro improviso. Malabarismos permeados por um discurso sobre algo indefinível, arte circense e medicina

alternativa. O seu discurso não tinha um único objetivo e nem uma única linha de pensamento. O artista não se filiava a uma religião ou a um partido. Antes passeava por diversos temas, jogava expressões e entretinha a plateia, ali ávida por diversão, não se dispersou até que chegasse ao fim a apresentação.

Acho que não incorro em falso juízo ao afirmar que o artista não tinha consciência da sua condição pós-moderna. Mas o mundo fragmentado indicado pelos pensadores do pós-modernismo se concretizava na fala do "sujeito-homem" da praça: religiosidade sincrética, linguística nordestina e menção a floresta e aos índios. Ainda que inconsciente, o artista personificou brilhantemente o sujeito descentrado definido por Hall: "Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, **a produção de novos sujeitos** e o que ele chama de 'recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares desarticulação (HALL, 2005, p.) [grifo meu]. Ainda há outra peculiaridade: os neologismos presentes em sua fala, porque provavelmente sente que homem ou sujeito são termos insuficientes para definir sua personalidade. Destarte, associa os termos na tentativa de transmitir ao público suas características pessoais e assim surge: o cara-homem que é também sujeito-homem e simultaneamente moleque-homem e coroa-homem.

Ora, seria o "sujeito-homem" de Teresina uma alegoria dessa cidade, que nos aponta o quão rico de informações podem ser seus espaços se observados de perto? Se olharmos cautelosamente a delicadeza das estruturas que se impõe a esse reduzido trecho da cidade que é ao mesmo tempo centro histórico e centro comercial, como dito antes, poderemos captar ricas fontes de conhecimento. Conhecimento que servirá inclusive a elaboração da narrativa histórica, visto que as amarras que prendiam os historiadores aos documentos escritos foram cortadas:

> Numa lição pronunciada em 1862 na Universidade de Estrasburgo, declarara: "Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história. (LE GOFF, 1992, p.245)

Gari

29 de junho de 2011

- Você é jornalista?
- Não, eu sou pesquisadora.
- Mas você trabalha aqui?

- Sim, trabalho sim.
- Então eu quero que você tire uma foto para botar na internet?
- Tira uma foto daqueles lixo ali do lado do “Troca-troca”. E ali do outro lado também, tá tudo cheio de lixo. Tira uma foto e coloca na internet.

Achei interessante porque eu me peguei (como não raro acontece) pré julgando o desconhecido e me deparando com a mediocridade da minha atitude. Segundo, está claro que o gari não é indiferente aos problemas urbanos e talvez até mais importante que isso, o desrespeito que há com o trabalho dele. Depois, ele quer falar, ele quer se fazer notado. Mas não dispõe dos meios, embora conheça-os. Talvez, não tenha completamente compreensão de como se processaria essa atitude “colocar na internet”, mas advinha, imagina que poderá solucionar ou ajudar seu problema.

Feirante

29 de junho de 2011

- Boa tarde!
- Boa... (meio desconfiada)
- Posso tirar foto?
- Pode... (ainda desconfiada)

Liguei a máquina, mas ainda desconfortável, com medo de não estar sendo bem recebida.

- Eu não gosto é quando não pede. Tudo bem que é espaço público, tá todo mundo aqui, assim né, mas...mas... É espaço público mas tem dono!

- Menina!
- Má é lindo mesmo.
- Tava falando pra ele do seu olho.
- Cê num é daqui, num é?
- Não, mas eu trabalho aqui.
- Por que que todo mundo agora tira foto de fruta? Parece que tá na moda tirar foto de fruta, né? Purque é menina, que você tá tirando foto?
- Bem... porque eu sou pesquisadora... mas eu também acho bonito.
- E é, né? Cadê! Deixa eu vê?
- Ô... Você deveria vir aqui na quinta, ó.
- É! Fica tudo cheio de fruta, é um monte de banana assim, tudo

coberto.
- Venha, venha na quinta. Deixa ver... umas 9, não, venhas umas
10 horas. É venha, que fica lindo, você vai ver.

O que me fez registrar esse diálogo foi antes de mais nada a afirmação: “É espaço público mas tem dono!”. *Espaço público* é uma categoria discutida por nós, acadêmicos, urbanistas, geógrafos e outros mais. A feirante se apropriou de forma aparentemente contraditória, porém, sua fala parece refletir a chamada territorialidade presente nos espaços públicos. Embora sejam espaços de uso coletivo, determinados recortes são feitos e territórios são delimitados. Entendo como uma afirmação que simboliza a apropriação que os cidadãos fazem dos espaços urbanos. Além disso, chamou minha atenção a percepção da feirante por minha característica física como ser “exógeno” ao ambiente do Piauí. Não que não tenham pessoas com olhos claros lá, porém essa não é uma característica predominante. Também achei interessante sua curiosidade pela valorização da sua mercadoria enquanto objeto estético

Irmão Oliveira

30 de junho de 2011

- Moça! Eu sou o irmão Oliveira, da paróquia tal. Você é pesquisadora? Você pesquisa o quê? Você trabalha com artista? Qual é a sua instituição? Sim eu sou artista, eu sou animador de festa infantil. Você pode me ajudar? Eu gosto muito do que vocês fazem. Como eu posso te encontrar, me dá seu telefone? Tenho. Você mora onde? Me dá o seu endereço? Mas porque você não pode? Eu sou uma pessoa de Deus. Confia em Deus? Eu sou uma pessoa de bem. Você vai na outra cidade? É lá no Maranhão. Mas como eu vou te encontrar. Eu vou aqui nessa igreja, e na São Benedito também. A gente fica das 7:30 às 5 horas. Você já trabalhou como modelo? Então eu posso te dar o meu endereço? Você vai lá? Anota aí: Timom, Maranhão. Bairro Vila Monteiro. 234. Irmão Oliveira. Vai lá... tem muita coisa triste, é uma boa pesquisa.

Nesse caso a frase a que daria destaque é: “... tem muita coisas triste, é uma boa pesquisa”. Mas de uma vez as pessoas se direcionaram a mim como se eu tivesse algum poder de ajudá-las com suas angústias.

2. O uso da Categoria *Patrimônio Urbano* na prática preservacionista do Iphan

A ideia de patrimônio cultural, como construção histórica e social, está associada à institucionalização da preservação. Esta por sua vez estabeleceu categorias de bens como forma de classificação e proteção ao patrimônio cultural. Monumentos, conjuntos urbanos e paisagísticos, sítios arqueológicos, paisagens naturais e culturais, constituem categorias de patrimônio cultural. Assim, apresentarei ao leitor primeiro um panorama sobre a construção da categoria "patrimônio urbano", uma vez que o foco dessa pesquisa está relacionado a uma cidade. Em seguida apresentarei uma história do Iphan, com foco na preservação do patrimônio urbano.

2.1 Definição da categoria Patrimônio Urbano

Embora a noção de patrimônio histórico remonte à Revolução Francesa (1789), haveria segundo Choay (2001) um lapso temporal entre a construção do conceito de *monumento histórico* e do conceito de *cidade histórica*. A categoria específica *patrimônio urbano*, segundo Choay (2001) teria sido criada cerca de um século mais tarde, na Inglaterra por Ruskin. Entre o século XIX e os dias atuais, a abordagem do patrimônio urbano vem sendo modificada. Portanto, primeiro apresentaremos a invenção do conceito, de acordo com a narrativa apresentada por Choay (2001) no livro **A Alegoria do Patrimônio** e em seguida apresentaremos como o patrimônio urbano foi abordado em algumas "Cartas Patrimoniais".

2.1.1 A invenção do Patrimônio Urbano segundo Choay

De acordo com Choay (2001) o espaço urbano teria levado mais tempo para ser objetificado e inserido numa perspectiva histórica por um lado por conta da sua escala, complexidade, "a longa

duração de uma mentalidade que identificava a cidade (...) a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço" (CHOAY, 2001, p.178), por outro por conta da "ausência, antes do início do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo" (CHOAY, 2001, p.178). Entre a II Guerra e a década de 1980 poucos historiadores se dedicaram a história urbana. Todavia, desde a época da publicação do livro **A Alegoria do Patrimônio** os estudos sobre a morfologia das cidades pré-industriais e das aglomerações da era industrial tornaram-se recorrentes.

O interesse pela cidade antiga surgiu pelo contraste existente entre esses espaços e os resultantes das intervenções urbanas "modernizantes". Enquanto Haussmann[17] promovia uma drástica reforma em Paris (1853-1870) e Cerdà[18] intervinha em Barcelona (o Plano Cerdà é de 1860), Ruskin[19] na Grã-Bretanha desenvolveu a noção de patrimônio urbano, defendendo a preservação das cidades antigas. Assim para Choay a noção de patrimônio urbano histórico "é o resultado de uma dialética da **história** e da **historicidade** que se processa entre **três figuras** (ou abordagens) **sucessivas da cidade antiga**" (CHOAY, 2001, p. 177-178) [grifo meu]. Essas figuras são por ela chamadas de: *1. memorial*, *2. histórica* (papel propedêutico e museal) e 3. *historial*.

Figura Memorial

A fim de apresentar a *figura memorial*, Choay (2001) analisa os textos produzidos por Ruskin (1861, 1897, 1956). O escritor acreditava que a malha urbana é a essência de uma cidade, um objeto patrimonial intangível, "que deve ser protegido incondicionalmente" (CHOAY, 2001,

[17] Conhecido como "o artista demolidor", Hausmann, tornou-se conhecido na história do Urbanismo por seu projeto para Paris ter influenciado intervenções urbanas em várias cidades. Aqui no Brasil, diz-se que a reforma realizada no Rio de Janeiro por Pereira Passos, no início do século XX, foi inspirada no caso parisiense.

[18] Cerdà foi um engenheiro urbanista e político catalão, conhecido como um dos fundadores do "urbanismo moderno".

[19] Ruskin foi um escritor "romântico" britânico. Escreveu críticas sociais e de arte. É considerado um dos autores clássicos da "Restauração", famoso pelo seu livro "A Lâmpada da Memória".

p.180). Para ele a cidade antiga **parece** desempenhar o papel de *monumento histórico*. Porém isso seria uma ilusão. O *monumento histórico* e o *autêntico monumento intencional* são figuras semelhantes, porém não são idênticas. O *monumento histórico* desempenharia *função memorial* por ser imediatamente investido (no momento de sua criação) com o *valor de reverência*. Enquanto as cidades, durante séculos desempenharam o *papel memorial*, ainda que não fosse reverenciada, nem seus construtores ou cidadãos tivessem consciência desse processo. Assim, a cidade seria um *verdadeiro monumento*. Segundo Choay (2001), apesar dessa percepção, Ruskin não coloca a cidade numa perspectiva histórica. Ruskin acreditava que devemos continuar a habitar as cidades antigas "e habita-las como no passado" (CHOAY, 2001, p.181).

Figura Histórica: papel propedêutico

A segunda figura apresentada por Choay (2001) tem como referência Camilo Sitte (1889)[20]. Sitte considerava a cidade antiga como um figura *histórica* sobre a qual deveríamos refletir, seu pensamento se opunha ao de Ruskin. O argumento de Sitte surge de sua constatação sobre a "carência de qualidade estética" (CHOAY, p.183, 2001) da cidade industrial. No entanto, essa crítica não se trata de uma condenação geral e moral da sociedade de sua época[21]. De modo inverso, Sitte toma consciência das transformações econômicas, técnicas, sociais operadas pela *sociedade industrial*. Tais transformações implicam numa mudança espacial. Nesse novo cenário, "o prazer estético parece não ter mais lugar" (CHOAY, 2 001, p.118).

Sitte busca identificar nos vários estilos arquitetônicos passados (antigo, medieval, barroco) regras ou princípios constantes ao longo do tempo e "aplicáveis pelo urbanismo do fim do século XIX" (CHOAY, 2001, p.185)[22]. O racionalismo histórico traz dificuldades e coloca Sitte diante da antinomia: arte *versus* razão. A arte seria fruto do instinto, um instinto talvez perdido pela sociedade

[20] Camillo Sitte foi um arquiteto e historiador da arte austríaco.

[21] "Não se trata absolutamente de uma condenação geral e moral da civilização contemporânea, como no caso de Ruskin" (CHOAY, 2001, p.183).

[22] Isso remete ao que foi dito na introdução desse trabalho, sobre a busca de características intrínsecas aos objetos que lhes tornem belos.

técnica que tenta substituí-lo pela análise racional. Desse modo, Sitte considera artificiais as "estruturas urbanas construídas segundo as regras e os princípios depreendidos da análise racional das formas históricas" (CHOAY, 2001, p.188). Para Sitte o papel das cidades do passado acabou, restando-lhes somente a beleza plástica. Parece então que conservar os conjuntos urbanos antigos como se conservam objetos de um museu é uma atitude que estaria de acordo com a lógica de Sitte.

Figura Histórica: papel museal

A cidade antiga entendida como *figura museal* é colocada fora do circuito da vida. "Tornando-se *histórica*, ela perde sua *historicidade*" (CHOAY, 2001, p.191) [grifo meu]. A *cidade-museu*, contendo obras de arte, não deve ser confundida com a *cidade como obra de arte*. A noção de *cidade como obra de arte* pode ser aplicável a vários tipos de cidades: "capitais e de interior, gigantes e minúsculas, transbordantes de vida ou adormecidas" (CHOAY, 2001, p.192), desconsiderando-se a configuração do continente. Já a *cidade museal* impõe-se por si mesma como uma totalidade singular, independentemente do seu conteúdo.

Nas primeiras décadas do século XX a *conservação museal* adquiriu uma dimensão etnológica. Choay (2001) cita como exemplo Lyautey que ao empreender a urbanização do Marrocos conserva os antigos bairros mulçumanos. Havia o intuito de preservar os diferentes modos de vida e visões de mundo com seus suportes urbanos. A apreciação estética também faz parte dessa vontade de conservação. Essa experiência etnológica foi transportada para as cidades europeias.

> A estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deviam ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museu" (CHOAY, 2001, p.193).

Choay (2001) relaciona a *figura museal* com a criação em 1962, na França, de uma lei para áreas protegidas que busca fazer frente a ideologia da tábula rasa, representada pelo *Plano Voisin* que propunha-se destruir a malha dos velhos bairros de Paris.

Figura Historial

Essa figura pode ser entendida como a síntese e a superação das duas anteriores. Apareceu na obra de G. Giovannoni (1913) que atribuiu aos conjuntos urbanos antigos simultaneamente um valor de uso e um valor museal. “A teoria de Giovannoni antecipa, de forma simultaneamente mais simples e mais complexa, as diversas políticas das ‘áreas protegidas’ que foram desenvolvidas e aplicadas na Europa a partir de 1960. Contém, igualmente, em germe seus paradoxos e dificuldades” (CHOAY, 2001, p.203). O desenvolvimento da técnica mudou a escala do meio construído e impôs um novo modo de conservação dos conjuntos antigos. Giovannoni foi o primeiro a designar os conjuntos antigos como *patrimônio urbano* e trata-o não “como objeto autônomo de uma disciplina própria, mas como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização” (CHOAY, 2001, p.195). Em seu primeiro artigo, escrito em 1913, Giovannoni avalia “o papel inovador das novas técnicas de transporte e de comunicação e prevê seu crescente aperfeiçoamento” (CHOAY, 2001, p.195), direciona sua argumentação em torno de redes e de infraestruturas[23]. Na visão desse pensador o urbanismo havia deixado de ser aplicado às entidades urbanas circunscritas no espaço e torna-se territorial. “A cidade do presente e, mais ainda, a do futuro estarão em movimento” (CHOAY, 2001, p.195).

Giovannoni (apud CHOAY, 2001, p.195) baseava seu raciocínio na oposição pertinente ao comportamento humano: “O homem repousa, o homem se move”. As redes (ou circuitos) não fornecem ao homem um porto seguro, apesar da necessidade dos homens de “parar, de se reunir, de morar” (CHOAY, 2001, p.195). A proposta seria articular as grandes redes a núcleos de moradia. Assim o processo de *antiurbanização* se aproveitaria da dualidade movimento X repouso, contrapondo “a sala de máquinas, de movimento frenético, vertiginoso e barulhento” (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001, p.197) aos “salões e os espaços domésticos” (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001, p.197). A função de espaços domésticos seria destinada aos centros, bairros ou conjuntos de quarteirões antigos. Nessa concepção o *patrimônio urbano* teria simultaneamente os valores artísticos e históricos e o valor pedagógico, presentes isoladamente em

[23] Suponho que diga respeito às redes de transporte, comunicação, água, esgoto, eletricidade, os elementos comuns a uma cidade contemporânea.

cada uma das figuras anteriores (memorial e histórica). Choay (2001, p. 198) argumenta que Giovannoni foi capaz de elaborar essa "doutrina sofisticada da conservação do patrimônio urbano", por duas particularidades do contexto italiano. A primeira refere-se a uma tradição lombarda fundada por Cattaneo no século XVIII que "preconizava um equilíbrio das atividades urbanas e rurais, baseado numa estreita associação e no controle do crescimento urbano, numa concepção territorial da economia" (CHOAY, 2001, p.198). A segunda refere-se a sua formação profissional. Na Itália, os arquitetos ao mesmo tempo que são responsáveis pela construção de novos edifícios são também restauradores, conforme mencionou Viollet-le-Duc (apud CHOAY, 2001, p. 199): "Os italianos têm o bom senso de não separar seus arquitetos em duas classes: os restauradores de monumentos e os construtores de edifícios capazes de atender às novas necessidades". Giovannoni além da formação como restaurador e arquiteto, acumulava a formação como historiador da arte, engenheiro e urbanista.

Mediante essa tripla formação Giovannoni funda uma doutrina de *conservação* e *restauração* do *patrimônio urbano,* a qual pode ser resumida em três grandes princípios. O primeiro diz que "todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente" (CHOAY, 2001, p. 200). O segundo ponto remete ao que hoje se chama de *entorno*. Para Giovannoni "o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere" (CHOAY, 2001, p. 200). Assim isolar um monumento ou destacá-lo de seu contexto é o mesmo que mutilá-lo. Por fim, "os conjuntos antigos requerem procedimentos de restauração e preservação" (CHOAY, 2001, p. 201) que respeitem sua escala e morfologia e preservem "as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito" (CHOAY, 2001, p. 201).

2.1.2 As Cartas Patrimoniais e a proteção de Áreas Urbanas

Observamos na seção anterior que Choay (2001) afirma que a preservação do patrimônio cultural voltava-se primordialmente para a preservação de *monumentos* e que a construção do conceito de *patrimônio urbano* pode ser entendida através do estudo de três autores (Ruskin, Sitte

e Giovannoni). Todavia esse estudo não desvenda como a noção de patrimônio urbano foi apreendida pelos organismos de preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido optamos pela análise das Cartas Patrimoniais, que são os "principais documentos, recomendações e cartas conclusivas das reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural, ocorridas em diversas épocas e partes do mundo" (IPHAN, S.d.) e que refletem pactos estabelecidos entre diferentes países.

O tratamento dado ao espaço urbano a princípio se subordina a conservação do monumento histórico. Embora a noção de *entorno* pareça existir desde a **Carta de Atenas** (1931), quando a mesma diz: "Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança, ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história" (ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇOES, 1931, p.2). Indica-se a preservação do entorno visando-se uma melhor conservação dos monumentos.

O valor dos *conjuntos urbanos*, no entanto, não demora a ser reconhecido. A **Carta de Atenas de 1933** indica que os elementos que constituem a cidade – "obras materiais, traçados ou construções" (CIAM, 1933, p.25) – deverão ser respeitados devido a seus *valores históricos* e *sentimentais* e virtude plástica. No entanto, apesar da carta reconhecer a necessidade de preservação dos *conjuntos urbanos* e lhes atribuir o papel de "testemunha do passado" (CIAM, 1933, p.25), as orientações fornecidas parecem nos direcionar para uma preservação dos monumentos sem que necessariamente sejam mantidas as ambiências urbanas, como quando afirma:

> É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente (CIAM, 1933, p.26).

O valor patrimonial dos sítios urbanos também é reconhecido pela **Carta de Veneza** (1964), a qual ainda mantem a noção de *monumento histórico* como elemento central. O *sítio urbano* é um dos objetos passíveis de ser classificado como monumento histórico, desde que seja um "testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico" (CIAM & ICOMOS, 1964, p.2). Apesar de manter o uso do termo monumento, a carta esclarece que a classificação se estende "às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural" (CIAM & ICOMOS, 1964, p.2), dessa forma

expande um pouco o conceito de monumento, a princípio relacionado ao poder e a grandeza[24]. Ao tratar o sítio urbano como monumento e prescrever recomendações para sua conservação física, a Carta de Veneza parece entender os sítios urbanos como "um objeto de arte e cultura" (SANT'ANNA, 1995, p.55).

Com a **Recomendação de Nairóbi** (1976), a primeira das cartas analisadas que trata especificamente de "conjuntos históricos ou tradicionais" (UNESCO, 1976, p.1), o sítio urbano passa ser visto como um patrimônio autônomo, deixando de ser tratado apenas como ambiência do monumento arquitetônico, e como território dinâmico deve ser pensado articulado aos planos urbanos que regem a cidade como um todo. Os *conjunto históricos ou tradicionais* são entendidos como uma "presença viva do passado" (UNESCO, 1976, p.1) e por consubstanciarem a história, adquirem "valor e dimensão humana suplementares" (UNESCO, 1976, p.1). São também vistos como "testemunhos da riqueza e diversidade das criações culturais, religiosas e sociais" (UNESCO, 1976, p.1), devem ser protegidas diante do "perigo da uniformização e despersonalização" (UNESCO, 1976, p.1). Segundo a **Recomendação de Nairóbi**, o ser humano e as nações encontram nos *conjuntos históricos ou tradicionais* a "expressão de sua cultura" e "os fundamentos de sua identidade". Seria portanto necessário preserva-los da destruição que os assola no mundo inteiro, sob "pretexto de expansão ou de modernização".

A **Recomendação de Nairóbi** (1976) também é a primeira carta patrimonial na qual a preocupação com a definição dos termos está explicitada em um seção intitulada "Definições". Para a **Recomendação de Nairóbi**:

> Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural (UNESCO, 1976, p.3)

Outro conceito-chave definido é o de ambiência, que segundo a carta significa: "... o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (UNESCO, 1976, p.3).

[24] "Monumento (...) denota, a partir daí, o poder, a grandeza, a beleza: cabe-lhe, explicitamente, afirmar os grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética" (CHOAY, 2001, p.19).

O *conjunto histórico* é visto junto com sua *ambiência* como um todo coerente que articula as atividades humanas, construções, estrutura espacial e zonas circundantes. É preciso conservar a integridade do conjunto.

A carta recomenda que se associem as leis de preservação do patrimônio cultural às leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional. As recomendações para revisão e atualização da legislação se assemelham aos princípios que vem sendo adotados na elaboração de normativas pelo Iphan. As intervenções no patrimônio urbano devem estar associadas à medidas de planejamento urbano. Deveriam ser reabilitadas as construções antigas para serem ocupadas com habitações subsidiadas e os edifícios públicos. Sempre que possível deve-se trabalhar com equipes multidisciplinares que elaborem inventários dos espaços abertos, públicos e privados, bem como das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas.

Após a revisão bibliográfica, chegamos à conclusão que a noção de patrimônio urbano evoluiu de um acepção monumental, estática, para progressivamente se tornar dinâmica e orgânica. A princípio classificava-se como objetos patrimoniais urbanos, conjuntos de construções dissociados de suas ambiência, ressaltando suas características físicas. Aos poucos a ambiência adquire relevo e torna-se protagonista. O patrimônio urbano passa então designar o conjunto dos elementos físicos (abrangendo tanto as construções, quanto as ruas e calçadas), naturais (vegetação, rios, montanhas, etc.) e seus usos sociais (uso residencial, comercial, lazer).

A seguir há uma descrição do processo de institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil. O leitor poderá notar que de certa forma no Brasil há uma "evolução" da aplicação do conceito de patrimônio correlata a evolução apresentada por Choay (2011) e pelas cartas patrimoniais. De modo que na *fase heroica*[25] a ênfase dada aos monumentos isolados, enquanto que na *fase moderna*[26] o Iphan dedica-se a preservar as *cidades históricas*.

[25] Como ficou conhecida a primeira fase da atuação do Iphan no Brasil, sobre a qual falarei na seção posterior.

[26] Segundo período de atuação do Iphan e sobre o qual falarei na seção adiante.

2.2 Trajetória do Iphan e a preservação do Patrimônio Urbano no Brasil

2.2.1 A institucionalização da preservação no Brasil

Para falar sobre a atuação do Iphan na preservação do Centro de Teresina, antes é necessário ter em vista como, ao longo da sua trajetória, a instituição atuou nas cidades brasileiras. As circunstâncias que propiciaram a criação do Iphan é assunto recorrente nos trabalhos acadêmicos circunscritos ao campo do Patrimônio Cultural[27]. Portanto, não me aprofundarei sobre esse tema e darei prioridade para apresentar a relação do Iphan com os sítios urbanos.

A institucionalização da preservação do patrimônio cultural no Brasil ocorre num momento de ruptura. No Brasil, instaurava-se o Estado Novo (1937-1945); no cenário internacional, um movimento artístico propunha uma nova forma de pensar a sociedade, o Modernismo. O Estado Novo está na esteira da Revolução de 1930, um movimento de oposição ao domínio do aparelho estatal pelas oligarquias rurais ("República do Café com Leite"). Deslocou-se o poder da escala regional (ou estadual) para uma escala nacional: "Em uma direção, entretanto, sua [do Estado] atuação, inequivocamente, se definiria: na da centralização e nacionalização dos instrumentos de controle e decisão (sobretudo os econômico-financeiros), tentando sobrepor-se aos regionalismos" (LINHARES, S.d., p.324). Assim, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)[28] fez parte de um conjunto de atos políticos do presidente Getúlio Vargas[29] com

[27] O livro **Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil de Maria Cecília Londres Fonseca (2005), na dissertação **Patrimônio Urbano e Memória Social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural (1975 a 1990) de Lia Motta (2000), o tema é abordado no capítulo "A construção de uma Memória para o Patrimônio", na dissertação **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento** da professora Marcia Sant'Anna (1995) é abordado nos capítulos 4 e 5).

[28] Esse foi o primeiro nome dado ao instituto que hoje conhecemos por Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

[29] Ao ser criado no conjunto de atos políticos do Estado Novo de Getúlio Vargas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tornou-se um importante colaborador nos projetos políticos-ideológicos de construção da "nacionalidade" (PEREIRA, 2009, p.03).

vistas ao desenvolvimento da "nacionalidade" brasileira (PEREIRA, 2009). Segundo Fonseca (2005), embora os intelectuais modernistas não demonstrassem alinhamento político com o governo instaurado, compartilhavam do desejo de participar do projeto de construção da nação, no qual a ideia de "identidade nacional" brasileira[30] tem um peso especifico:

> A dialética da particularidade e da universalidade da criação artística é assim elaborada pelos modernistas no campo estrito da arte, indicando-lhes o que será um aspecto de sua **missão social: a construção de uma tradição brasileira autêntica** (FONSECA, 2005, p.91)

Ao "estado" interessava chamar a "vanguarda intelectual" representada pelos modernistas para construir sua ideia de nação. Apesar dessa dita desvinculação entre o Iphan e o governo autoritário[31], vale ressaltar que as relações pessoais e políticas pareciam bastante estreitas: enquanto Gustavo Capanema apoiou diretamente a Revolução de 1930, Carlos Drummond de Andrade foi seu chefe de gabinete de 1934 a 1945[32] e posteriormente foi relocado para o Iphan, onde trabalhou na seção de Arquivos.

---

[30] Talvez a ideia de "construção" não tenha sido assumida pelos intelectuais modernistas. Todavia, não me detive a estudar e analisar essa questão. Lia Motta em sua dissertação também utiliza a ideia de construção associada aos modernistas:

> Os modernistas, organizados em torno dos debates sobre a identidade nacional desde o final da Primeira Guerra Mundial, tinham a determinação de construir uma feição brasileira para marcar uma civilização nacional
>
> Segundo Márcia Chuva, não se importando com as diferenças políticas identificadas entre os diversos grupos que se engajaram no governo Vargas, os modernistas somavam-se para viabilizar o que tinham em comum diante do objetivo de construir uma identidade nacional, reconfigurando seus projetos nos aspectos que apontavam diferenças para incorporar-se ao aparato burocrático federal (2000, p.22).

[31] "Mantendo-se nessa mesma linha, a história oficial do órgão insiste, ainda hoje, em demarcar uma 'desindentificação' do Sphan com relação ao regime autoritário estadonovista, questão essa permanentemente reatualizada por 'intelectuais do patrimônio', num esforço aparentemente anacrônico" (CHUVA, 2009, p.143).

[32] "Uma outra parte, talvez mais importante, deve ser creditada a suas vinculações de origem com a intelectualidade mineira e, particularmente, com alguns dos expoentes principais do movimento modernista, vinculações mantidas e constantemente realimentadas por seu chefe-de-gabinete, Carlos Drummond de Andrade" (SCHWARTZMAN, 2000).

Para o Estado, a criação de um "patrimônio nacional" visava a criação de "elos sócio-afetivos na população, homogeneizando as diversidades e os contrastes nacionais em prol de uma imaginada unidade" (PEREIRA, p.03, 2009).

Gustavo Capanema[33], Ministro da Educação e Saúde durante o governo de Getúlio Vargas, solicitou a Mario de Andrade – intelectual modernista, escritor e folclorista – a elaboração de um projeto para a criação de um órgão capaz de lidar com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. No documento que ficou conhecido como o "Anteprojeto de Mario de Andrade" o escritor apresenta uma noção de cultura vanguardista, que muito se assemelha às abordagens antropológicas contemporâneas. Como instrumento de preservação, Mário de Andrade indicou o tombamento. O anteprojeto é composto por 3 (três) capítulos e um "Plano Quinquenal de Montagem e Funcionamento do S.P.AN." A saber: **Cap. I**, **Cap. II: Determinações preliminares**, **Cap. III: Organismo do S.P.A.N**. No capítulo I, Mario definiu qual seria a finalidade do S.P.A.N: "O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, tem por objetivo **determinar**, **organizar**, **conservar**, **defender**, e **propagar** o patrimônio artístico nacional" (ANDRADE in IPHAN, 2002).

Todavia o Anteprojeto de Mario de Andrade não chegou a ser implantado. Posteriormente, Rodrigo Melo Franco de Andrade – advogado, jornalista e escritor brasileiro que mantinha afinidade com os modernistas e primeiro dirigente do Iphan – , tendo como base o texto de Mário de Andrade, redigiu o Decreto-lei 25 (DL 25), promulgado em 30 de novembro de 1937, cuja finalidade é organizar "a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional" (BRASIL, 1937) e que regulou o "tombamento", principal instrumento de preservação do patrimônio cultural material até hoje utilizado pelo Iphan. Tamanha é a importância do DL 25 para o Iphan, que muitas vezes sua criação é citada como o marco inaugural da instituição[34]. Porém é importante destacar que o Iphan foi instituído pela **Lei nº 378 de janeiro de 1937** que deu "nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública" (BRASIL, 1937). No artigo 46 dessa lei (nº378 de 1937) pode-se ler: "Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *com a finalidade de* ***promover****, em todo o país e de modo permanente, o* ***tombamento****, a* ***conservação****, o* ***enriquecimento***

[33] "Gustavo Capanema, formado em direito, inicia sua carreira política em Minas Gerais, tendo como mentor político e intelectual Francisco Campos. É no lugar deste que assume o cargo de Secretário de Interior de Minas. Junto com Francisco Campos, apoia o movimento revolucionário em prol da deposição de Washington Luís e da condução de Getúlio Vargas ao poder. Tendo sido co-responsável pela criação da 'Legião de Outubro". (SCHWARTZMAN, 2000).

[34] Falarei mais sobre esse instrumento numa seção adiante: "Considerações sobre o tombamento".

*e o **conhecimento** do patrimônio histórico e artístico nacional*" (BRASIL, 1937). A criação do Conselho Consultivo também foi determinada por essa mesma lei: "O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o **Conselho Consultivo**" (BRASIL, 1937). O DL 25, instituído posteriormente, servirá justamente para regulamentar o instrumento de preservação do patrimônio material chamado de "tombamento".

Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do Iphan no período que vai de 1937 à 1967, denominado como *Fase Heroica* por ter sido caracterizado por um "esforço pessoal" dos técnicos da instituição na busca pela identificação de bens representativos da cultura nacional e instruir inúmeros processos tombamento. É preciso ressaltar que essa atuação se insere em um "projeto ideológico de construção simbólica da nação" (PEREIRA, p.34, 2009). Sendo assim, segundo Fonseca (2005), ao invés de uma atuação abrangente, o Iphan se restringiu à proteção de bens materiais – sendo a maioria bens arquitetônicos e mais especificamente religiosos[35], representativos de poucas parcelas da população, focados numa única narrativa histórica, concentrados em territórios restritos[36], salvas poucas exceções. Além de Fonseca (2005), a historiadora Marcia Chuva (2009, p.189) também fala sobre a restrita atuação do Iphan durante a fase heroica:

> Setenta e cinco por cento dos tombamentos do período foram feitos nos estados da **Bahia** (28%), **Rio de Janeiro** (22%), **Minas Gerais** (15%), cujas cidades contam unitariamente nesse percentual, isto é, seis tombamentos, mas na verdade, foram centenas de imóveis tombados em conjunto, e **Pernambuco** (10%). Todos os outros estados juntos somam apenas 25% do total, sendo que nenhum deles ultrapassa a taxa de 5% [grifo meu].

[35] "Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 da arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis (sic), seis bens arqueológicos e quinze bens naturais" (FONSECA, 2005. p.113)

[36] "Todos sabemos que foi no final da década de 1930, mais especificamente em 1938, que foi inscrito o número mais expressivo de bens (292), a maioria de arquitetura religiosa dos séculos XVI e XVII e, sobretudo XVIII. Salvo na cidade do **Rio de Janeiro**, que, por ser então capital da República, teve a maior parte dos bens tombada com dupla inscrição, a grande maioria dos bens arquitetura colonial, em **Minas**, na **Bahia** e em **Pernambuco**, foi inscrita apenas no LBA [Livro de Belas Artes]" (FONSECA, 2005. P.114) [grifo meu].

A prevalência de arquitetos no quadro da instituição justificaria a opção pela arquitetura colonial[37], enquanto que a opção pela arquitetura religiosa é justificada pela facilidade de a sociedade compreender as igrejas como patrimônio nacional. Os modernistas se opunham veementemente às cópias e misturas de estilos, nomeadamente o neocolonialismo e o ecletismo.[38]

O fim da fase heroica do Iphan foi marcado pela aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967. "Quando o Sphan ficou privado da figura carismática de Rodrigo M. F. de Andrade, evidenciou-se o caráter fraco da autonomia do órgão, na medida em que dependia de líderes para conduzi-lo e torná-lo visível, tanto no interior da burocracia quanto junto à sociedade" (FONSECA, 2005, p.141). Porém, o fim da ditadura varguista, um marco determinante na estrutura política brasileira, também correspondeu a mudanças no setor cultural e patrimonial, mesmo antes da saída de Rodrigo M. F. de Andrade da direção do Iphan. "Nos governos Dutra, Vargas e JK, o Estado não desenvolveu atuação marcante na área cultural, à exceção do apoio dado por JK à arquitetura modernista, desde a Prefeitura de Belo Horizonte, nos anos 1940, quando foi construído o conjunto da Pampulha" (FONSECA, 2005, p.132).

Com a saída de Rodrigo M. F. de Andrade, assumiu a presidência do Iphan, Renato Soeiro que ocupou o cargo no período de 1967 à 1979. Apesar de não ser a figura mais famosa da história do Iphan (muito mais destaque é dado aos míticos Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, sobre quem falaremos mais adiante), Renato Soeiro foi responsável por dar à instituição um Regimento Interno, aprovado pela **Portaria nº 230 de 1976**. Nessa nova estrutura, os distritos[39] foram convertidos em 9 Diretorias Regionais. É a partir da administração de Soeiro

[37] "O fato é que, em função do perfil profissional preponderantemente no corpo técnico do Sphan, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção dos bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil - leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista" (FONSECA, 2005, p.110).

[38] "A opção por uma estética referente a um estilo (a arquitetura colonial, principalmente de Minas Gerais no século XVIII), atribuindo-lhe um valor simbólico como referência das origens da nação, foi uma escolha – "construção" ou "invenção" – historicamente determinada e em acordo com o período inicial do IPHAN. Resultou no trabalho "heróico" dos tempos de Rodrigo M. F. de Andrade, conforme é conhecido, criando tradição e afirmando o direito coletivo sobre o direito individual da propriedade, ainda inédito no país. Legitimou e consagrou o trabalho de preservação cultural e, desse modo, abriu caminho para que se pense a preservação hoje, com base em concepções mais amplas. Foi, no entanto, um trabalho com um recorte específico que empregou conceitos e critérios adequados àquele tempo histórico" (MOTTA, 2000, p.20).

que a política de tombamentos volta-se com mais veemência para os conjuntos urbanos. Diante da política desenvolvimentista adotada pelos governos militares, o Brasil viveu um intenso processo de urbanização que levou a uma alta valorização dos terrenos urbanos. Outro movimento característico do período ditatorial foi a industrialização e a abertura de estradas em regiões antes isoladas, provocando demanda populacional e difusão do turismo (IPHAN, 1980)[40]. Se por um lado essa política poderia favorecer o incremento da economia nacional, por outro, expunha ao risco os sítios históricos.

De acordo com Fonseca (2005, p.132), nos anos 1960, os movimentos culturais haviam desenvolvido maior autonomia em relação ao Estado, tendo sido incorporados/usados por militantes políticos como instrumento revolucionário: "A primeira metade dos 60 foi marcada pela radicalização na política e pela politização da atividade cultural". Nesse sentido foram criados os Centros Populares de Cultura (CPCs), "oriundos da relação entre a União Nacional dos Estudantes (UNE) também com intelectuais, artistas e educadores (GOMES, 2011, p.01). A prática cultural passou a ser usada como militância política: "O objetivo era instrumentalizar a arte a serviço da revolução. *Conscientização* e *engajamento* eram as palavras de ordem das inúmeras atividades desenvolvidas pelos CPC's" (FONSECA, 2005, p.133). Destaca-se, como objetivo principal dos grupos envolvidos com a cultura na década de 1960, a luta anti-imperialista:

> Dadas as relações ambíguas dos movimentos político-culturais dos anos 60 com o Estado nacional, e com as ideologias nacionalistas, o que predominou nesse período foi a luta anti-imperialista. Por outro lado, o povo, entendido como as classes trabalhadoras, foi tema onipresente, mas raramente teve voz nessas manifestações, ou exerceu realmente papel de ator político (FONSECA, 2005, p.133).

Estes movimentos, entretanto, sofreram fortes repressões após o Golpe de 1964. Somente com o começo da "distensão" é que se voltou a falar em cultura, quando lançou-se a Política Nacional de Cultura (PNC).

Diante do modelo desenvolvimentista proposto pelo governo da ditadura militar, o Iphan busca ajuda da Unesco, em 1965, para criar estratégias de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação patrimonial. A preservação do patrimônio cultural não precisaria se

[39] Representações do Iphan em regiões ou estados brasileiros.

[40] "A industrialização de regiões até então abandonadas e a abertura de estradas, facilitando o acesso a áreas afastadas, provocaram demanda populacional e difusão do turismo" (IPHAN, 1980, p.19).

opor ao desenvolvimento, ao contrário, poderia estimular a geração de recursos, como no caso do turismo nas cidades históricas (FONSECA, 2005; SANT'ANNA, 1995).

Nesse contexto, Em 1970, realizou-se uma reunião com os governadores estaduais com o objetivo de "sensibilizar autoridades" (IPHAN, 1980, p.20), produziu-se então o documento conhecido por **Compromisso de Brasília**. Um novo encontro dos governadores é realizado em 1971, em Salvador e resultou em um novo documento, o **Compromisso de Salvador**. O principal ponto desse texto é a indicação da necessidade de se complementar a legislação de proteção (SANT'ANNA, 1995p.160).

Nesse contexto, em 1973 foi criado um Grupo Interministerial com a finalidade de realizar estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste. O grupo era constituído pelo MEC – representado pelo Iphan –, Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, Ministério do Interior – representado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – e Ministério da Indústria e Comércio – representado pela Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo. O Grupo Interministerial constatou que a preservação dos bens históricos está vinculada a utilização dos mesmos.

Assim, em 1973, foi criado *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste* (PCH), cujo financiamento provinha do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados (FDPI)[41]. Oficialmente o objetivo do programa era a geração de renda para o Nordeste através do desenvolvimento do turismo e da conservação do patrimônio histórico (SANT'ANNA, 1995, p.160). Dentre as cidades que o programa beneficiou em sua primeira fase, estiveram as piauienses Oeiras e Piracuruca. Sant' Anna (1995, p.166) aponta como uma conquista do PCH a inclusão de estados e municípios "nas tarefas e responsabilidades da preservação" e o deslocamento da questão patrimonial "da esfera exclusivamente cultural para a econômica".

Em 1975 o programa foi expandido para o Sudeste, especificamente para os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A expansão marcou também uma mudança de objetivos do programa. Ao invés de priorizar as atividades turísticas, o programa voltou-se para o desenvolvimento "de um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam

[41] "O FDPI era um dos fundos de que a SEPLAN dispunha para acelerar segmentos da economia sem depender do orçamento de outros ministérios. Criado para dar apoio financeiro a programas regionais integrados de desenvolvimento e programas urbanos, o fundo podia também ser utilizado para financiar projetos que tivessem na autorização do Presidente da República, como foi o caso do PCH – na realidade o primeiro programa financiado pelo FDPI" (SANT'ANNA, 1995, p.163-164).

identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e uso adequado desses bens" (EM nº 320/79 *apud* SANT'ANNA, 1995, p.170). Apesar desse novo discurso, ainda segundo Sant'Anna (1995, p.172) a maioria dos projetos ainda eram voltados para "intervenções em monumentos isolados".

Já o CNRC, era um programa de caráter multidisciplinar, focado nas atividades voltadas às "manifestações culturais vivas" (FONSECA, 2005, p.152), em contraposição a tradição do Iphan, cujo foco principal era o patrimônio material, em especial a arquitetura. Como base estrutural do CNRC está uma noção antropológica da cultura, que em alguns pontos, se assemelha a noção de cultura-proposta por Mario de Andrade em seu anteprojeto. O programa foi idealizado por Aloísio Magalhães, advogado e *designer*, com o objetivo de definir "o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira" (MAGALHÃES *apud* FONSECA, s.d.).

Na sequência, outro fato relevante para compreensão da história da institucionalização do patrimônio brasileiro, é a publicação da **Constituição Federal de 1988**. Durante as reuniões da Assembleia Constituinte identificou-se uma fraca presença da participação popular para as discussões culturais, predominando nesse assunto a voz do Estado (FONSECA, 2005). De toda forma, a última constituição avançou sobre as questões culturais ao abordar o assunto de modo mais amplo e abrangente. O artigo 216 da **Constituição Federal** cita os bens tanto de natureza material, como os de natureza imaterial, exemplificando-os:

> *Art. 216.* Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988) [grifo meu].

Para atender a esta nova visão a respeito do quadro do patrimônio cultural brasileiro desenvolvida entre os anos de 1970 e 1980, foram priorizadas/enfatizadas ações de sistematização

dos instrumentos de trabalho para realização da ação de identificação dos bens culturais, ou seja, a realização de inventários sobre os quais falarei a seguir.

2.2.2 Inventários

O *Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos* (Inbisu) foi uma metodologia desenvolvida pelo Iphan em conjunto com a Unesco, para a elaboração do registro sistemático dos bens imóveis localizados em sítios urbanos tombados pelo Iphan. Criado em 1994 e aplicado pela primeira vez em Tiradentes-MG, o Inbisu passou por uma reformulação tendo em vista a experiência piloto em Minas e foi relançando em 1997. Uma terceira versão, com formulários e o sistema de informática, foi lançada em 2000. Além de servir para a identificação dos imóveis, o ato de inventariar é em si um ato em prol da preservação, além de "permitir o acesso e a produção de conhecimento sobre bens imóveis e sítios urbanos tombados" (RIBEIRO & NOBREGA, S.d.). O inventário se desenvolve segundo três abordagens:

> a *pesquisa histórica*, coletando informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os *levantamentos físico-arquitetônicos*, registrando as características e condições físicas de cada edificação; e através das *entrevistas com os moradores e usuários*, abordando dados sócio-econômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem (LACED, S.d.) [grifo meu].

O *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG) é um outro instrumento criado pelo Iphan, em 2007, e voltado para os bens de natureza material, com o objetivo de reunir em uma única base informatizada informações sobre "cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil" (IPHAN, 2009-d, p.10). Este inventário é composto de fichas dispostas em três "módulos": Conhecimento, Gestão e Cadastro. O "módulo de Conhecimento" é preenchido de acordo com um recorte territorial e um recorte temático. O "módulo de Gestão" destina-se as áreas já protegidas pelo Iphan e/ou demais órgãos de preservação do patrimônio cultural. Já o "módulo Cadastro" destina-se tanto a imóveis "de interesse" para preservação ou bens já protegidos. Para cada bem inventariado é conferido um número de identificação. A implantação do SICG tem como

um dos seus objetivos a construção de uma Rede de Proteção ao Patrimônio (ver definição na seção posterior).

> As fichas do módulo de Gestão foram especialmente dimensionadas para a captura de dados e produção de informações que subsidiem a tomada de decisões, o desenvolvimento de planos estratégicos, a formulação de normas de preservação e a definição de ações de reabilitação urbana (IPHAN, 2009-d, p.12).

A "Rede de Patrimônio" é tema de um texto escrito por Dalmo Vieira Filho, ex-diretor do Depam, apresentado no manual do SICG editado em 2009. Vieira Filho (2009) apresenta a proposta de construir uma Rede de Patrimônio para cada estado brasileiro, "constituída através do estabelecimento de projetos afins e pactos com estados e municípios" (IPHAN, 2009-d, p.08). Para ele, a construção de Redes de Patrimônio tornaria lógica[42] a proteção no patrimônio no país, por relacioná-la "com a ocupação do território, com os principais processos econômicos, os eventos históricos, a produção artística e os acidentes culturais notáveis" (IPHAN, 2009-d, p. 08)[43]. Ainda segundo este texto, estados, municípios e Iphan devem criar juntos a base para formatação e desenvolvimento da rede. Nesse sentido, destaca a importância dos "estudos e inventários de conhecimento" como instrumentos os quais "possibilitarão a produção de um mapa do patrimônio do Brasil" (IPHAN, 2009-d, p.08). Por fim, apresenta um conceito do que seria a "rede de proteção" que no meu entender refere-se a "rede de patrimônio" – termo presente no título do texto. Assim a "rede de patrimônio" seria "uma estratégia de atuação, gestão e construção de políticas integradas de fomento e valorização do patrimônio" (IPHAN, 2009-d, p.08). Como exemplo da aplicação desse conceito cita o caso do Piauí:

> Na reunião do Conselho Consultivo do Iphan de 11 de setembro de 2008, foi aprovado por unanimidade o tombamento de três bens culturais no estado do Piauí. E nesse mesmo estado outros oito processos de tombamento estão em fase de conclusão - além de existirem diversos outros estudos para registrar bens, como a arte santeira e a cajuína, e inúmeros projetos de socialização dos excepcionais sítios arqueológicos existentes no Estado (sic) (IPHAN, 2009-d, p.08).

[42]"É para tornar lógica a proteção do patrimônio no país, relacionando-o com a ocupação do território, com os principais processos econômicos, os eventos históricos, a produção artística e os acidentes naturais notáveis, que se propõe, a partir de cada estado brasileiro, a construção de uma Rede de Patrimônio, constituída através do estabelecimento de projetos afins e pactos com estados e municípios" (IPHAN, 2009-d, p. 08).

[43] Ver mais sobre o tema na seção "O Ciclo do gado, o desejo de progresso e Teresina" na p.78.

O que seria enfim a "Rede de Patrimônio" não parece estar objetivamente delineado. Em um primeiro momento, quando Vieira Filho cita os "**pactos com estados e municípios**" (IPHAN, 2009-d, p.08), entendi a rede como o encadeamento dos gestores dos vários entes públicos responsáveis pela gestão (agentes municipais, estaduais e federais). Posteriormente, quando Vieira Filho escreveu sobre "tornar lógica a proteção do patrimônio cultural", a ideia de "Rede de Patrimônio" parece ser um argumento discursivo que encadeia as motivações para proteção numa narrativa com uma única temática. No caso do Piauí, os tombamentos das cidades piauienses participariam da narrativa "Ocupação do interior do país durante o Ciclo do Gado".

No Piauí, o SICG foi aplicado a cidade de Parnaíba, a primeira cidade piauiense a ter seu centro histórico tombado.

2.2.3 Estratégias para a gestão de Cidades Históricas: Monumenta e PAC Cidades Históricas

No âmbito da preservação de sítios históricos merecem destaque dois programas: *O Monumenta* e o *Programa de Ação Cidades Históricas*. Esses programas além de canalizarem investimentos para as cidades históricas trouxeram uma nova forma de pensar e gerir os sítios históricos. Assim, em 1997[44] foi lançado o *Programa Monumenta*, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), cujos objetivos propostos foram: "preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente", definir critérios de conservação, estimular projetos que "viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto" (MONUMENTA, S.d).

[44] Ou seja no mesmo ano que foi lançada a segunda versão do Inbisu. Apesar dos dois "instrumentos para a preservação do patrimônio urbano" terem sido lançados no mesmo ano, não identifiquei uma relação direta entre os mesmos. Não que essa relação não possa ter existido. Quando li sobre o Inbisu, não havia referência ao Monumenta e vice-versa.

O programa atuou de forma descentralizada, com foco nos municípios com núcleos históricos protegidos pelo Iphan, buscando desenvolver a autonomia dos sítios históricos e sensibilizar a população para a preservação[45]. Apesar de focar em municípios que já eram protegidos pelo Iphan, algumas cidades que não atendem essa condição foram beneficiadas, como é o caso de Oeiras, no Piauí. Nessa cidade o programa proporcionou a restauração do Café Oeiras, do Sobrado Major Selemérico, da Praça 24 de Janeiro e da Praça Mafrense.

Além da preservação patrimonial, o Monumenta tinha em seu escopo de trabalho a preocupação com a *sustentabilidade* e o *desenvolvimento econômico* (BONDUKI, 2010)[46]. A preocupação em aliar a preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico parece dar continuidade as ações empreendidas pelo Iphan no período que esteve envolvido com o PCH (1973-1979). Em 2010 o *Programa Monumenta* foi incorporado Iphan e "por se encontrar vinculado diretamente ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC-CH) recebeu um volume de recursos significativo" (BONDUKI, 2010).

Com base nas experiências do Programa Monumenta desenvolveu-se, agora no âmbito do governo federal, um novo programa voltado para a preservação de sítios históricos, o *Plano de Ação para Cidades Históricas* (PAC Cidades Históricas). Lançado em 2009 como "uma política transversal" "que envolve o Iphan, os Ministérios da Cultura, Cidades, Educação e do Turismo, além de agências como o BNDES e a Caixa Econômica Federal". O PAC Cidades Históricas, "entendido como um *instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural* com enfoque territorial" (IPHAN, 2009) [grifou meu], se direciona "a todas as cidades que possuam patrimônio protegido" e tenham "planos de ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas"[47]. Novamente há uma preocupação com o

[45] "Os fins propostos serão alcançados quando os sítios históricos conseguirem manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos aportes federais para sua conservação. E ainda quando a população estiver consciente sobre a importância de se preservar o patrimônio existente" (MONUMENTA, S.d.).

[46] Trata-se de citação do livro **Intervenções urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Em uma nota de divulgação da publicação, pode-se ler: "O Programa Monumenta apresenta a síntese do trabalho que desenvolveu ao longo de seus onze anos de atividades na recuperação de centros históricos. O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, autor deste registro, estuda em detalhe cada um dos eixos em que o Programa organizou sua atuação, conforme o tipo de intervenção urbana promovida".

[47] "O programa está aberto a todas as cidades que possuam patrimônio protegido e que formulem planos de ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas, para a promoção

desenvolvimento econômico local e nacional, além do estímulo para a atuação e planejamento integrados com a participação do setor público, privado e da sociedade. Os sítios históricos são entendidos como parte integrante da cidade, compreendida em sua complexidade, mediante uma perspectiva *urbana* no lugar de uma perspectiva *monumental*.

O desejo de incluir a sociedade no processo de planejamento pode ser identificado no programa através dos objetivos traçados. Assim, dentre os objetivos apresentados está a "participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos Planos de Ação" e a identificação dos agentes locais.

O PAC Cidades Históricas preconiza a criação de uma "rede de proteção do patrimônio"[48], cujo objetivo é interligar os bens históricos nacionais através de uma estrutura que permita uma leitura dos ciclos econômicos, eventos históricos e da ocupação territorial. Leva-se em consideração que os ciclos econômicos influenciaram os vetores de ocupação. Mediante a proposta de construir uma Rede de Proteção do Patrimônio e ampliar a atuação do Iphan no território nacional, foram definidos eixos temáticos, a partir dos quais seriam elaboradas estratégias de preservação. Os eixos temáticos baseiam-se na "Ocupação Territorial", nos "Eventos Históricos" e nos "Ciclos Econômicos".



Mapa 12: Eixos temáticos da Rede de Proteção do Patrimônio.
Fonte: IPHAN, Sd.-a

do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade, de forma a fortalecer a ação integrada de planejamento com os entes governamentais em prol da preservação" (IPHAN, 2012).

[48] Não sei afirmar com precisão se a rede referida na expressão "tombamento em rede" e aquela referida na expressão "rede de proteção ao patrimônio", significam a mesma coisa. Creio que não. Embora surjam em um mesmo espaço temporal e pareçam guardar semelhanças conceituais, o "tombamento em rede" no exemplo que cito, do Ciclo do Gado, refere-se a um conjunto de bens patrimoniais localizados no território piauiense, enquanto que a "rede de proteção ao patrimônio" versa sobre bens localizados no território nacional.

Os instrumentos brasileiros usados na preservação do patrimônio urbano refletem a evolução dos conceitos apresentada tanto pelo texto de Choay (2001) quanto pelas cartas patrimoniais. No entanto, o texto de Choay (2001) apresenta teorias desenvolvidas no fim do século XIX e começo do XX, enquanto que as Cartas Patrimoniais e o marcos brasileiros da preservação do patrimônio urbano são de meados do século XX em diante (*tabela 3*, p.68). De modo geral, a evolução conceitual se dá de uma concepção monumental, que recai sobre objetos isolados e prioriza os valores artísticos, até uma concepção urbana, mais abrangente e que trata de conjuntos orgânicos, dinâmicos e articulados a contextos mais amplos do território da cidade.

Ruskin (1861, 1897, 1956), o primeiro teórico apresentado por Choay (2001), entende que o patrimônio urbano presta-se ao "exercício da memória e da reverência" (CHOAY, 2001, p.182). Já Sitte (1889) compreende o patrimônio urbano como um conjunto de obras de arte dispersas na malha urbana, cuja função seria a de ensinar os arquitetos de seu tempo lições de composição estética (CHOAY, 2001). De modo correlato os primeiros documentos (Cartas de Atenas de 1931 e 1933 e Carta de Veneza), ao tratar do patrimônio histórico e artístico[49], voltam-se para recomendações visando a conservação dos monumentos através de intervenções físicas. O mesmo acontece com a prática do Iphan na *Fase Heroica*, a instituição na época apenas possuía um instrumento de preservação, o **Decreto-Lei 25**, de modo que sua atuação concentrava-se na seleção de bens a serem tombados e na restauração de monumentos. Nesse período predominaram as inscrições no Livro de Belas Artes (FONSECA, 2005).

Giovannoni desenvolveu em 1913 uma concepção de patrimônio urbano vanguardista. Sua teoria antecipa o pensamento formulado nas **Recomendações de Nairóbi**, ao pensar quais funções deveriam ser atribuídos aos sítios históricos e como esse sítio se articularia ao funcionamento da cidade. Para Giovannoni (1913) a cidade não deve ser um retrato da história que passou e sim estar integrado ao desenvolvimento histórico da cidade. Diante de uma concepção territorial do espaço, adota o princípio de que os sítios históricos devem estar integrados a um plano diretor. Tanto a concepção territorial de espaço, quanto a inclusão dos sítios históricos na concepção de planos diretores estão de acordo com o texto das **Recomendações de Nairóbi**, que sugere a construção de uma "política nacional, regional e local (...) para salvaguardar os conjuntos históricos ou

[49] A Carta de Atenas de 1933 é um documento extenso cujo foco maior não é a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Trata-se de um documento que orienta a atuação do arquiteto-urbanista de modo amplo, fazendo considerações sobre o modo de projetar construções e planejar as cidades.

tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea" (UNESCO, 1976, p.4). As **Recomendações de Nairóbi** acrescentam ainda que essa política deverá "orientar a ordenação urbana e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis" (UNESCO, 1976, p.4).

No Brasil, a preocupação em articular os sítios históricos surge no contexto do PCH (1973-1979). Na segunda fase do PCH, constatou-se "a necessidade de elaboração de planos diretores e de política urbana" (SANT'ANNA, 1995, p. 172). Todavia, apesar do programa ter financiado a elaboração dos "planos diretores para as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe", do Pelourinho em Salvador, na Bahia e de cidades em Alagoas e Minas Gerais, a maioria dos projetos desenvolvidos pelo PCH foram de intervenções em monumentos (SANT'ANNA, 1995, p.172).

Como vimos anteriormente, após o PCH, outro programa brasileiro voltado para a conservação de sítios históricos foi o Monumenta. A essa altura, a concepção de um patrimônio urbano integrado a dinâmica da cidade está bem consolidada. Avança-se na busca pela autonomia das cidades históricas e pela inclusão dos cidadãos como agentes de preservação. Dando continuidade ao Monumenta e aproveitando-se de suas experiências é que se desenvolveu o PAC Cidades Históricas, programa ainda vigente.

Ano	Cartas Patrimoniais Internacionais	Marcos brasileiros
1931	Carta de Atenas de 1931	
1933	Carta de Atenas de 1933	
1937		Decreto-Lei 25
1964	Carta de Veneza	
1970		Compromisso de Brasília
1971		Compromisso de Salvador
1973		PCH
1976	Recomendações de Nairóbi	
1994		Inbisu
1997		Monumenta
2001		Estatuto da Cidade
2007		SICG
2009		PAC Cidades Históricas

Tabela 3: Cartas Patrimoniais e Marcos Brasileiros para a preservação de Sítios Históricos

3. Tombamento de Teresina: A construção de um discurso

3.1 Tombamento

3.1.1 O ato burocrático

O rito do tombamento foi regulado pela **Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986**, ou seja 49 anos depois da instituição do instrumento. O texto normativo é composto pelas seções: 1. *Da instauração do processo de tombamento*, 2. *Da avaliação técnica da proposta*, 3. *Da apreciação pelos órgãos da SPHAN*, 4. *Do Julgamento do Conselho Consultivo e pelo Ministro de Estado de Cultura*, 5. *Das Providências Legais*, 6. *Das Disposições Gerais*. Técnicos do Iphan criaram um "Programa de Gestão Documental da Coordenação de Documentação" e levantaram o fluxograma do processo de tombamento. Diante desse fluxograma é possível identificar quais são os departamentos existentes que corresponde aos citados na portaria em questão. Assim, participam do processo de tombamento: o proprietário do bem, a superintendência do Iphan no estado onde o bem está alocado, o Depam, a Copedoc, a GPROT, a PROFER (Procuradoria Federal) e o Conselho Consultivo.

O processo para tombamento se inicia com "um pedido de abertura do processo" (IPHAN, S.d-d) que pode partir tanto de uma pessoa jurídica quanto de uma pessoa física. Após a instauração da **Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986** a solicitação de abertura do processo de tombamento deve vir acompanhada de um estudo contendo a descrição do bem e das suas áreas de entorno (no caso de bens imóveis), "apreciação do mérito de seu valor cultural", informações referentes a localização e indicação de a quem o bem pertence. A "solicitação de tombamento" (IPHAN, 2009) poderá ser dirigida tanto para a Superintendência, quanto para o presidente do Iphan ou para o ministro da cultura. Se entregue para o ministro da cultura a solicitação deverá tramitar por vários departamentos do Iphan até ser encaminhada para a Copedoc, setor responsável pela abertura do Processo de Tombamento. Caso o pedido seja feito para a Superintendência, a mesma deverá

realizar uma "avaliação para definir o valor do bem", depois o pedido será avaliado pelo Depam e só então será encaminhado para a Copedoc para a abertura do processo.

O processo, em ambos os casos, receberá uma numeração contendo: um número sequencial, a letra "T" posta entre dois hifens e o ano de abertura do processo[50]. Por exemplo, o processo de tombamento da Igreja São Benedito em Teresina[51] recebeu o código *224-T-40*, o que significa que esse foi o ducentésimo vigésimo quarto processo de tombamento (com ênfase para o T) aberto pelo Iphan, além disso, o processo data de 1940. Então o processo será encaminhado para a Gerência de Proteção do Departamento de Patrimônio Material, caso seja um bem desta categoria[52]. A Gerência de Proteção do Departamento de Patrimônio Material deverá realizar estudo técnico com base histórica, paisagística e artística e a partir daí emitir um parecer. Caso o parecer seja o favorável o processo deverá ser encaminhado para a PROFER. Após elaborar um parecer jurídico, caso o processo esteja de acordo com os ditames legais, a PROFER emite uma *notificação de tombamento provisório* para o proprietário do bem. Nesse momento o proprietário tem o direito de pedir a impugnação do processo.

Se não houver impugnação o processo é encaminhado para o *Conselho Consultivo* que direciona o pedido para um *conselheiro*. O conselheiro elabora um parecer que será analisado durante reunião do Conselho Consultivo. O processo retorna para a PROFER, se a decisão do conselho foi favorável ao tombamento será elaborada a *portaria de homologação do tombamento* a ser encaminhada para assinatura do Ministro da Cultura. Uma vez homologado a PROFER providenciará a publicação do tombamento em meio oficial[53] e encaminhará o processo para a Copedoc para que o bem possa finalmente ser inscrito no *Livro do Tombo* devido.

---

[50] "Primeiramente, usava-se um número seqüencial que ainda hoje é usado, para manter a tradição. A partir de 2005, com a implantação de um sistema automatizado de protocolo, os processos de tombamento são cadastrados neste sistema como qualquer processo administrativo, mas continuam a receber o número tradicional de processo de tombamento" (IPHAN, 2009-f, S.p.).

[51] Ver *Tabela 4: Bens tombados pelo Iphan no Piauí* na página 74.

[52] No caso do patrimônio imaterial e seu registro, o trâmite é outro e fica a cargo do Departamento de Patrimônio Imaterial.

[53] Atualmente o meio oficial de comunicação é o Diário Oficial da União (DOU).

3.1.2 Para além do ato burocrático

A princípio, poderíamos dizer que o tombamento é tão somente "um instrumento jurídico de preservação, revestido de objetivos, procedimentos e efeitos definidos" (PEREIRA, 2009, p.6). Porém essa visão restringe a nossa compreensão e não nos permite enxergá-lo como um "processo político cultural e dinâmico" (PEREIRA, 2009, p.06). É preciso compreender o tombamento "para além de um ato burocrático do Estado" (PEREIRA, 2009, p.06). O caráter jurídico no tombamento é explicito: o instrumento foi regulamentado pelo DL 25. A favor do seu caráter técnico, aponta-se o fato do processo ser conduzido por profissionais especializados, dotados de cabedal de conhecimentos específicos. Tal como no discurso científico, apregoa-se uma neutralidade, como se não houvesse margem para decisões distintas daquelas apontadas por um *conhecimento institucionalizado*. O servidor público, ao escrever seus pareceres e estudos, narraria decisões impessoais.

Até hoje, apesar da criação de novos instrumentos[54], o tombamento ainda é o principal instrumento utilizado pelo Iphan para proteger os bens materiais portadores de valor cultural. Como Rabello (2009) alerta, o tombamento é tão utilizado pelo Iphan que muitas vezes é visto como sinônimo de preservação: "Comumente, costuma-se entender e usar como se fossem sinônimos os conceitos de preservação e de tombamento. É importante, porém, distingui-los, já que diferem quanto aos seus efeitos no mundo jurídico, mormente para apreensão rigorosa do que seja o ato do tombamento" (RABELLO, 2009, p.19). Porém, segundo esta mesma autora a preservação é um conceito genérico, sobre o qual pode-se referir "toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação" (RABELLO, 2009, p.19).

Não há limitação legal quanto às formas de proteção do bem cultural: "O poder público poderá preservar o patrimônio cultural, seja através de formas diversas de limitações a direitos, seja através de fomento e incentivos" (RABELLO, 2009, p.20). A afirmação de Rabello (2009) é coerente com o texto constitucional (de 1988) que diz em seu artigo 216, §1º: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de

[54] Como o registro para a preservação de bens imateriais (no ano 2000) e a chancela de paisagem cultural (em 2009) que pretende criar uma gestão do patrimônio integrada com outros órgãos públicos e com a sociedade civil.

acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988). Notemos portanto, que a função do poder público não está restrita à ações que visem diretamente a proteção, muito menos à ações que limitem direitos. O poder público poderá também *promover*, *fomentar* e *incentivar* a proteção, ou seja, atuar em prol da proteção de forma indireta, levando a comunidade a proteger por si só o patrimônio cultural.

Tombar é, além do mais, atribuir valor. Fonseca (2005) afirma que apesar das diferentes possibilidades de atribuição de valor, "**no caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais**, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico etc. **é o valor nacional**, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação" (p.36) [grifo meu]. Pereira (2009, p.42) concorda que o valor nacional prevalece:

> Ainda que a seleção dos bens culturais possa parecer diversificada, amparada em uma variedade de critérios, tais como histórico, artístico, afetivo, identitário, étnico, turístico, dentre outros, o tombamento realiza uma homogeneização simbólica sob a retórica do nacional. Ele unifica "o sentido fragmentado dos patrimônios" e os converte em testemunhos de "nossas virtudes ancestrais".

Desse modo, para que um bem seja colocado sob a tutela do Estado, é preciso que exista um "interesse público" ou remeta a "fatos memoráveis da história do Brasil" (FONSECA, 2005).

3.1.3 Outras possibilidades

O agente encarregado de representar o Estado no processo de patrimonialização, é "a autoridade estatal competente" (FONSECA, 2005, p.39), ou seja, o Iphan, com o apoio intelectual e especializado do Conselho Consultivo (FONSECA, 2005). Embora o ato final do tombamento seja deferido pelo Iphan (através do Conselho Consultivo) e posteriormente aprovado pelo Ministro da Cultura, a solicitação de tombamento não necessariamente parte do Iphan. Sobre a solicitação do tombamento o DL 25 diz:

> Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessôa natural ou à pessôa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsóriamente.

> Art. 7º Proceder-se-à ao tombamento voluntário **sempre que o proprietário o pedir** e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo (BRASIL, 1937).

No site do Iphan, a possibilidade do pedido de tombamento partir de qualquer cidadão está mais evidente: "Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública" (IPHAN, S.d). Ainda sobre o mesmo tema, a **Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986** diz: "Toda pessoa física ou jurídica será parte legítima para provocar, mediante proposta, a instauração do processo de tombamento".

Apesar da possibilidade do tombamento ser provocado por qualquer cidadão, historicamente os processos de tombamento finalizados com a inscrição no livro do tombo foram em sua maioria iniciados pelo próprio Iphan. Foi verificado que após a fase heroica, o número de solicitações de estudos de tombamento provenientes da sociedade civil superou o número de solicitações provenientes da própria instituição. Entretanto, a maior parte dos processos concluídos e com parecer final favorável corresponde às solicitações internas (FONSECA, 2005).

3.1 A Superintendência do Iphan no Piauí

Desde a chamada "Fase Heroica" o Iphan atua no Piauí, seguindo o mesmo modelo aplicado no restante do território nacional. Entre os anos de 1938 e 1939 (ver *tabela 4*, p.74), no Piauí, foram tombados: 3 igrejas católicas, a residência de um Capitão-Mor (o Sobrado João Nepumoceno), um monumento relacionado a luta pela Independência do Brasil (o Cemitério do Batalhão, batalhão este que lutou na Guerra do Jenipapo) e um símbolo do desenvolvimento técnico brasileiro, a Ponte Grande. Durante a atuação da 2ª Diretoria Regional do Iphan (2ª DR do Iphan)[55], cuja área de

[55] Há uma notícia que divulga a instalação da 2ª Diretoria Regional do Iphan no **Boletim do Patrimônio Cultural, nº4, janeiro, 1980**. O fac-símile está disponível no *Anexo* 2. Portanto, a atuação da diretoria provavelmente começa em 1980.

jurisdição correspondia ao Ceará, Piauí e Maranhão, o Museu do Piauí (em Teresina) foi restaurado com recursos do PCH[56]. Na mesma época receberam recursos do Programa Cidades Históricas, três edifícios em Oeiras: o sobrado do Major Selemério, a igreja católica Nossa Senhora da Vitória e o Palácio Episcopal. Conforme informado em notícia veiculada no **Boletim do Patrimônio Cultural, nº6, maio, 1980** (ver *Anexo 02*) o diretor da 2ª Diretoria do Iphan visitou Teresina com o intuito de identificar edificações, isoladas ou em conjunto, que fossem de interesse para a preservação. Visitou também Amarante para fazer um levantamento preliminar arquitetônico do acervo da cidade.

	Bem tombado	Cidade	Processo	Livro	Ano
01	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	Piracuruca	224-T-40	Belas Artes/Histórico	1940
02	Igreja São Benedito	Teresina	184-T-38	Belas Artes	1938
03	Cemitério do Batalhão	Campo Maior	185-T-38	Belas Artes/Histórico	1938
04	Sobrado do João Nepomuceno	Oeiras	186-T-38	Belas Artes	1939
05	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória	Oeiras	186-T-38	Não identificado	1939
06	Ponte Grande	Oeiras	186-T-38	Belas Artes/Histórico	1939
07	Parque Nacional da Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	1322-T-92	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	1993
08	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	Parnaíba	1554-T-08	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	2008
09	Ponte Metálica João Luiz Ferreira	Teresina	1300-T-89	Histórico	2008
10	Floresta Fóssil do Rio Poti	Teresina	1510-T-03	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	2008
11	Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca	Piracuruca	1562-T-08	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	2010

Tabela 4: Bens tombados pelo Iphan no Piauí. *Fonte: TOLLSTADIUS, 2012*

[56] Ver seção *2.2.1 A institucionalização da preservação no Brasil*

Em 2004 o Iphan passou por uma reestruturação com o intuito de aumentar a sua atuação capilar no território nacional. Assim, o estado do Piauí foi administrativamente separado do Ceará, constituindo uma nova superintendência regional (IPHAN, S.d-b).

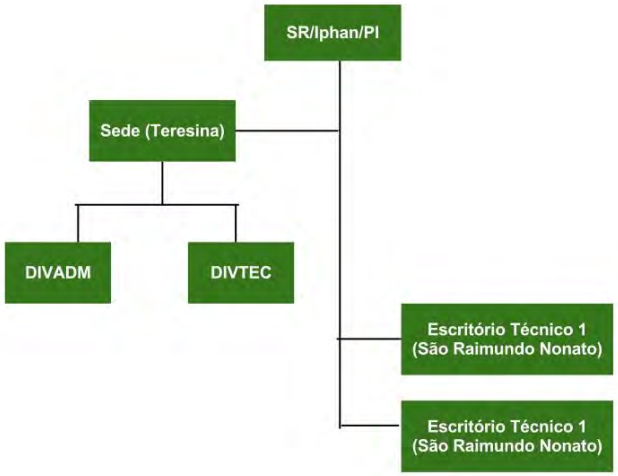


Figura 9: Estrutura da SR/Iphan/PI
Fonte: TOLLSTADIUS, 2011

A Superintendência do Iphan no Piauí (nomenclatura usada desde 2009) é constituída por uma *Unidade Central*, localizada na capital do estado (Teresina) e dois *Escritórios Técnicos*, um em São Raimundo Nonato e outro na Parnaíba. Na unidade central o corpo técnico está repartido entre a *Divisão Administrativa* (DIVADM) e a *Divisão Técnica* (DIVTEC).

	Bem	Cidade	Processo
01	Igreja Nossa Senhora de Lourdes e bens móveis e integrados	Teresina	1560-T-08
02	Fazendas Nacionais do Piauí (Fábrica de Laticínios e Escola Rural de São Pedro de Alcântara)	Campinas do Piauí e Floriano	1561-T-08
03	Conjunto histórico e paisagístico de Oeiras	Oeiras	1602-T-10

Tabela 5: Bens em processo de tombamento no Piauí

3.2 O processo de patrimonialização em curso

Esta pesquisa inseriu-se num processo[57] já iniciado que visa à proteção do centro de Teresina. Assim, realizou-se um levantamento documental nos arquivos da SR/Iphan/PI com o intuito de identificar informações relativas a esse processo. Para que a leitura desse texto seja mais fluída, segue abaixo a *tabela 6* listando os documentos estudados e os nomes atribuídos ao objeto de estudo dessa pesquisa.

Data	Documento	Instituição	Nomes dados ao objeto de estudo
Mar/2012	Informação Técnica nº 009/12	Iphan/Divtec/PI	Centro Histórico de Teresina
Fev/11	Informação Técnica 015/11 Divtec/Iphan/PI	Iphan/DIVTEC/PI	Centro Antigo de Teresina
Mar/11	Memorando 044/2011 CGPN (Processo 01402.000301/2009-10)	Iphan/CGPN	Centro Histórico de Teresina, PI
Mai/11	Memorando 06/11 fm-Depam	Iphan/Depam	
Mai/11	Memorando 038/11 Gab/Iphan/PI	Iphan/Divtec/PI	
Mai/11	Informação Técnica 015/11 Divtec/Iphan/PI	Iphan/Divtec/PI	
Set/09	Ofício 1455/2009		Sítio Histórico Praça da Bandeira
Ago/07	Processo 01402.000062/2007-36 - Projeto Básico	Iphan	Conjunto histórico e paisagístico do centro de Teresina
Ago/07	Processo 01402.000062/2007-36 – Termo de Referência		Conjunto histórico e paisagístico de interesse patrimonial localizado no centro histórico de Teresina
Ago/07	Processo 01402.000062/2007-36 - Projeto Básico		Conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico localizado no centro histórico de Teresina

[57] Tendo em vista que termo processo pode levar a uma interpretação dúbia, vale ressaltar que aqui o termo não se refere ao processo enquanto peça da burocracia, e sim a uma "Série de ações sistemáticas visando a certo resultado" (MICHAELIS, S.d). Quando for o caso de o termo ser decorrente de uma ação da administração pública, a palavra processo virá acompanhada no número que o identifica, como por exemplo: processo nº 1402.000301/2009-10. No caso desse Projeto de Pesquisa, os processos (enquanto peça da burocracia) citados sempre se referirão a documentos do Iphan.

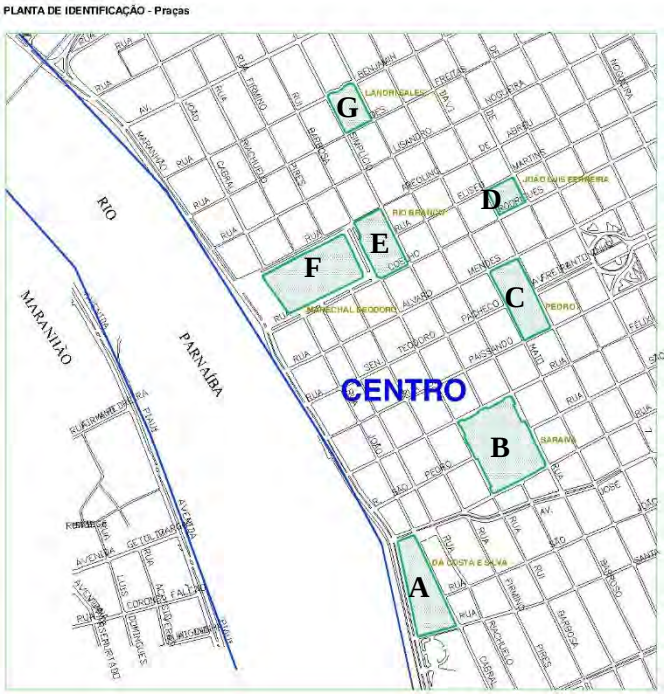
Ago/07			Conjunto paisagístico das (seguintes) Praças do centro histórico de Teresina: Saraiva, Rio Branco, Marechal Deodoro, Landri Sales, João Luís Ferreira, Pedro II e Costa e Silva
Ago/07	Processo 01402.000062/2007-36 - Projeto Básico/ Termo de Referência/Minuta de Contrato		Sítio histórico do Centro de Teresina
Ago/07	Processo 01402.000062/2007-36 Minuta de Contrato		Sítio histórico de Teresina

Tabela 6: Nomes dados ao objeto de estudo em Teresina

Embora, como visto na seção anterior desde o período quando o Piauí estava sob a tutela da 2ª DR do Iphan procurava-se em Teresina edificações isoladas ou em conjunto de interesse para a preservação, o primeiro documento oficial no qual aparece explicita a intenção de tombar o *sítio histórico do centro de Teresina* data de 2007. Trata-se do **Processo 1402.000062/2007-36**, aberto para viabilizar a "contratação do Estudo sobre o sítio histórico do centro de Teresina e os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Estação Ferroviária, Igreja São Benedito e Palácio de Karnak" (IPHAN, 2007):

> Contratação de serviços técnicos relativos à temática do patrimônio cultural para o levantamento cadastral, levantamento fotográfico, pesquisa histórica e diagnóstico sobre o **sítio histórico do centro de Teresina**, definido pela 19ªSR/IPHAN, e sobre os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Estação Ferroviária, da Igreja São Benedito e Palácio de Karnak, todos em Teresina, tudo conforme especificações, seus anexos, **objetivando subsidiar e auxiliar os estudos relativos ao tombamento dos referidos bens (**IPHAN, 2007) [grifo da autora].

Essa contratação fornecia ao contratado áreas de estudo delimitadas: praças Marechal Deodoro, Rio Branco, Saraiva, João Luís Ferreira, Landri Sales e da Costa e Silva (ver *mapa 13*, p.78), complexo da Igreja São Benedito e Palácio de Karnak (além dessas edificações o complexo é composto pelas praças São Benedito, da Liberdade e Pedro II) e por fim o complexo da Estação Ferroviária.



A: Praça da Costa e Silva
B: Saraiva
C: D. Pedro II
D: João Luís Ferreira
E: Rio Branco
F: Marechal Deodoro
G: Landri Sales

Mapa 13: Praças do Centro de Teresina.
Fonte: IPHAN, 2007. Editado pela autora.

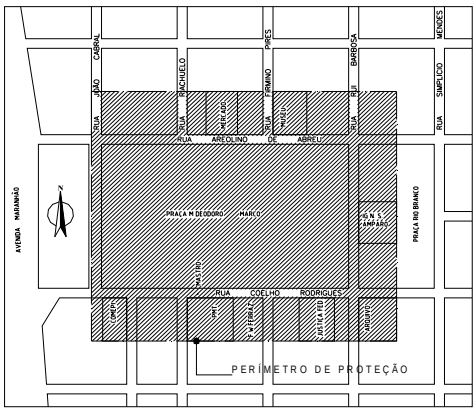
Porém tanto nos documentos que geram a contratação (projeto básico e edital) quanto no dossiê entregue pela empresa contratada, a OP Arquitetura, não são apresentados *valores nacionais*. Cita-se apenas a *identidade local* e a *produção arquitetônica local*, como pode ser observado nos extratos a seguir:

> ...praças, cujo paisagismo é apontado como um dos **elementos definidores da identidade local**, e pelos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Estação Ferroviária, Palácio de Karnak e Igreja São Benedito.
> (...)
> A Igreja São Benedito, **terceiro templo católico construído em Teresina**, está inscrita no livro do Tombo de Belas Artes, vol. 01, proteção motivada especialmente pelo trabalho em talha das suas portas. Com o conhecimento produzido através do estudo ora contratado pretende-se estender sua proteção ao conjunto formado pelo seu adro, pelas praças em volta e pelo Palácio de Karnak. **Este conjunto é revelador do urbanismo e da arquitetura da capital piauiense do final do XIX**, com predominância do neoclássico e com um desenho urbano que privilegia a arquitetura através dos espaços amplos e de um paisagismo composto por espécies características da região.
> (...)
> **como expressão cultural de grande parte dos habitantes desta região** e formadores da nação brasileira (IPHAN, 2007)

> Nesse conjunto, único documento legítimo de caracterização dessa zona urbana, de notáveis intenções plásticas e ambientais, ainda em bom estado de conservação, embora com moradias esvaziadas, **o sentido estético e social desse ambiente expressa a qualidade de vida local**.
> (...)
> Por isso entendemos ser necessário preservar o acervo que persiste em sobreviver e que se traduz como uma das maiores provas de **nossa identidade**.
> (...)
> Com isso, justifica-se o ato de proteção desse conjunto frente às **características excepcionais no contexto urbano local**, buscando assim, garantir o caráter paisagístico peculiar às gerações futuras, do que de melhor se produziu de arquitetura e urbanismo na Teresina dos séculos XIX e XX (OP Arquitetura, 2008) [grifos da autora].

Na seção *3.1.2 Para além do ato burocrático*, falo sobre os valores vinculados aos tombamentos nacionais. Embora a cada bem tombado como patrimônio cultural nacional possam ser atribuídos valores que variam de acordo com os livros do tombo, sendo esses: artístico, histórico, etnográfico, paisagístico; todos esses bens estariam submetidos a um único valor: o nacional. Como aponta Fonseca (2005) a discussão sobre o entendimento do valor nacional é necessária. Porém submeter uma proposta de tombamento federal de um bem sem que seja construído um valor nacional seria incoerente, visto que para a preservação dos patrimônios estaduais e municipais existem leis locais.

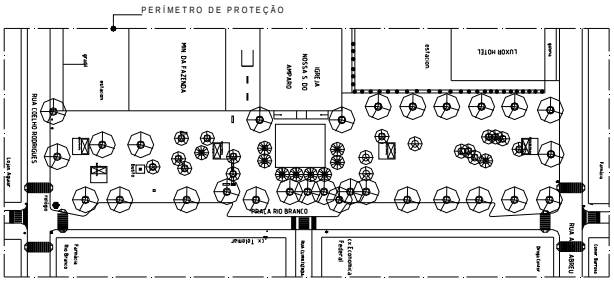
Quanto à delimitação do objeto de estudo o contratado manteve-se fiel ao solicitado no edital, tendo como foco principal os elementos arquitetônicos. No produto entregue, a OP Arquitetura apresenta um mapa onde identifica o "perímetro de estudo" e algumas "edificações de interesse de preservação" (*mapa 28*, p.91). Depois, a OP Arquitetura apresenta perímetros de proteção para cada praça (*mapas 14* a *19*), especificando para cada uma o "objeto de proteção" e a "área a ser protegida".



Objeto de proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos; trechos das Ruas Rui Barbosa, Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu e passeio da lateral oeste; Matriz de Nossa Senhora do Amparo, Tribunal de Justiça, Museu Histórico, Delegacia Fiscal, Fundação Wall Ferraz (antiga Intendência Municipal), Prefeitura Municipal, COMEPI, Mercado Público e Arquivo Público-Casa Anísio Brito.

Área a ser protegida: Praça, terrenos e edificações com testadas voltadas para a praça."

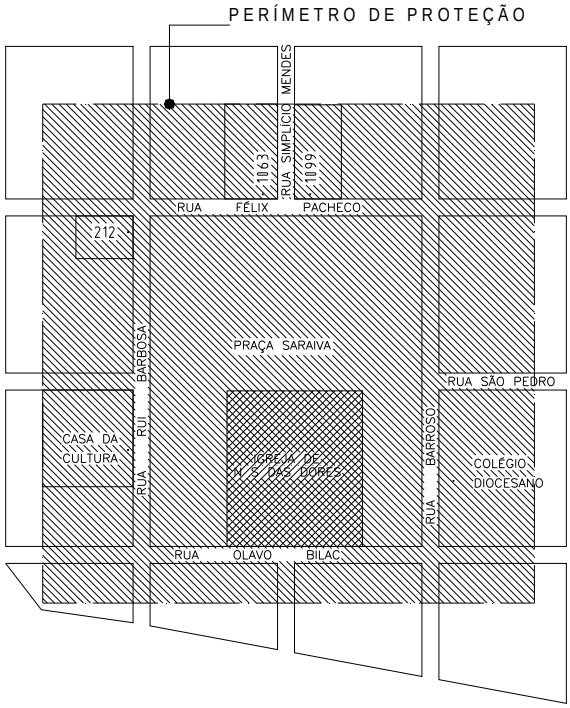
Mapa 14: Perímetro de proteção proposto para a Praça Marechal Deodoro
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora



Objeto de proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos; Matriz de Nossa Senhora do Amparo e edificação da Farmácia Rio Branco; e trechos das Ruas Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu e Simplício Mendes.

Área a ser protegida: Praça, terrenos e edificações com testadas voltadas para a praça, exceto o prédio do mercado de ambulantes

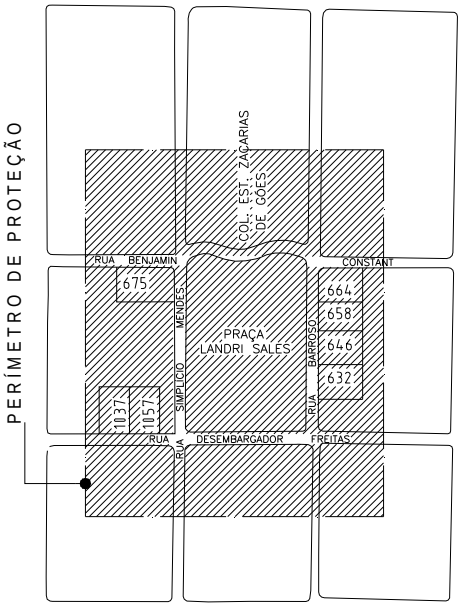
Mapa 15: Perímetro de proteção proposto para a Praça Rio Branco.
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora



Objeto de proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos, trechos das Ruas Félix Pacheco, Barroso, Rui Barbosa, Olavo Bilac; Casa de Barão de Gurguéia, Casa Dota, casa de n. 1089 da Rua Félix Pacheco, casa n 212 da Rua Rui Barbosa e Colégio Arquidiocesano.

Área a ser protegida: Praça, terrenos e edificações com testadas voltadas para a praça."

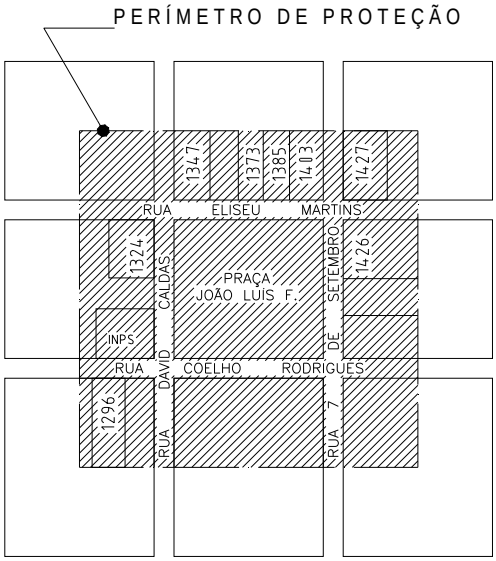
Mapa 16: Perímetro de proteção para a Praça Saraiva.
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora



Objeto de proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos e trechos das Ruas

Área a ser protegida: Praça e trechos das Ruas"

Mapa 18: Perímetro de proteção proposto para a praça João Luiz Ferreira.
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora



Objeto de proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos e trechos das Ruas Eliseu Martins, David Caldas, 7 de Setembro e Coelho Rodrigues; prédios dos antigo INPS e sobrado n. 1324 da Rua David Caldas; edificações de n. 1347, 1373, 1385, 1403 e 1427 da Rua Eliseu Martins; casa n. 1426 da Rua 7 de Setembro (FCMC); e casa 1296 da Rua Coelho Rodrigues.

Área a ser protegida: Praça, terrenos e edificações com testadas voltadas para a praça e para a Rua Coelho Rodrigues."

Mapa 17: Perímetro de proteção proposto para a praça Landri Sales
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora



Objeto de Proteção: Praça, elementos vegetais, equipamentos e trechos da Avenida Maranhão e das Ruas José dos Santos, João Cabral e Santa Luzia

Área a ser protegida: Praça e trechos da Avenida Maranhão e das Ruas José dos Santos, João Cabral e Santa Luzia."

Mapa 19: Perímetro de proteção proposto para a praça da Costa e Silva
Fonte: OP Arquitetura, 2008. Editado pela autora

Sobre a motivação de proteção, há duas frases: "O interesse de preservação dessas praças encontra maior respaldo na fundamentação urbanística, enquanto elementos do tecido urbano original" e "Escala, estética e história definem assim o valor cultural do conjunto em causa". Apesar de argumentar que o interesse de preservação está relacionado a uma fundamentação urbanística, o conceito de entorno utilizado parece estar relacionado ao conceito usado no princípio da proteção dos sítios históricos, pois o entorno definido é o da vizinhança imediata, dos lotes que circundam e emolduram as praças. Embora os objetos de proteção estejam próximos, foram criadas poligonais desarticuladas entres si.

Em 2008, a SR/Iphan/PI em parceria com o Depam (Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, do Iphan)[58] finalizou o *Dossiê de Tombamento Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba*. Esse dossiê é introduzido pelo documento *A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX*, texto esse que apresenta uma nova concepção de preservação do patrimônio histórico no Piauí: propõe-se o encadeamento dos tombamentos das cidades piauienses numa *Rede de Patrimônio*.

> Junto com Parnaíba e os dois empreendimentos Fazendas Nacionais (a Fábrica de Manteiga e Queijo e Escola Rural São Pedro de Alcântara, que deram origem respectivamente às cidades de Campinas e Floriano), estão previstos os tombamentos de conjuntos urbanos em Oeiras, Piracuruca, Campo Maior, Pedro II, Amarante e Teresina, assim como da Ponte Ferroviária João Luis Ferreira, da Estação Ferroviária, da Igreja N.S. de Lourdes e da Floresta Fóssil (todos em Teresina). A este conjunto soma-se o Parque da Serra da Capivara e Sete Cidades,

[58] Ver organograma na página 24.

> o registro da Arte Santeira e da Cajuína (ambos em fase de elaboração), e as ações complementares efetivadas pelo governo do estado e pelos municípios, que formarão a base física da **rede - ou do sistema de patrimônio cultural no estado do Piauí**. (IPHAN, 2008) [grifo da autora].

A constituição dessa rede consolida uma narrativa em favor do tombamento dessas cidades, vinculando ao discurso patrimonial, um discurso histórico que versa sobre o momento da ocupação do território nacional (séculos XVIII e XIX) e o momento econômico então vigente, o *Ciclo do Gado no Nordeste*.

> Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois incorpora-se a eles novos significados. A valorização sistêmica do território pode ser tomada como a chance de se **reviver o desenvolvimento da história do Brasil** a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas. **Teresina é incluída nessa rede como a cidade que coroa esse processo de ocupação**. (IPHAN, 2008)

Na seção *2.2.2 Inventários*, abordei o SICG e nesse contexto apresentei a noção de Rede de Patrimônio proposta pelo Iphan. Vejo no caso de Teresina uma aplicação desse discurso, onde um ciclo econômico, o Ciclo do Gado, foi usado como fio condutor para construir a motivação de tombamento dos sítios históricos do Piauí.

Posteriormente à publicação do volume supracitado, há a abertura do **Processo de estudo de tombamento do centro de Teresina (Processo nº 1402.000301/2009-10)**[59]. A abertura desse processo teve como justificativa principal viabilizar a atuação da SR/Iphan/PI na preservação do patrimônio de Teresina, mesmo antes da efetivação de um tombamento[60]. Nos documentos

[59] Vale ressaltar que aqui não se trata de um processo da série T, como preconizado pela Portaria nº11 de 11 de setembro de 1986 do Iphan. Para ver o texto de abertura desse processo consultar o *Anexo 03*.

[60] "Em razão da necessidade de garantir a integridade do sítio até a efetivação do tombamento, amparada pelo Decreto Lei 25/37, capítulo III, pela Portaria nº 11/86 do IPHAN e ainda pelo entendimento jurídico de que a eficácia e os efeitos do tombamento se iniciam quando começa o processo administrativo, a partir do qual passam a surtir os efeitos acautelatórios imediatos para a preservação do bem a ser tombado, autorizamos a abertura de processo para acompanhamento da instrução do tombamento federal do sítio histórico de Teresina composto pelas Praças: Saraiva, Rio Branco, Marechal Deodoro, Landri Sales, João Luís Ferreira, Pedro II e Costa e Silva incluindo os imóveis e lotes com testadas voltadas para as respectivas praças, e conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Igreja São Benedito e Palácio de Karnak" (Memorando

anexados a esse processo as motivações e o objeto não diferem daqueles apresentados no **Processo 1402.000062/2007-36**, acima citado.

Todavia, uma nova argumentação começou a ser construída, voltada para a preservação do traçado urbano e da paisagem. Essa mudança na argumentação é marcada pelo **Parecer Técnico 015/11 DIVTEC/Iphan/PI**[61]. O texto do parecer inicia referindo-se à ocupação do território brasileiro como elemento estruturante da política de preservação da SR/Iphan/PI:

> Em primeira via, faz-se necessário entender como o IPHAN-PI vem atuando no delineamento de suas ações de preservação nos sítios urbanos balizadores da formação da territorialidade do Piauí, e por sua vez do processo de ocupação dos sertões do Nordeste do Brasil por meio da implantação e desenvolvimento da pecuária e do extrativismo. Tais manifestações são basilares para a estruturação da cultura brasileira. (GONDIM, 2011)

Retoma a ideia da construção de uma *Rede de Patrimônio*: "Substância plural, a metodologia da **Rede do Patrimônio**, estabelecida pelo Iphan como eixo norteador dos processos de tombamento no Piauí, busca articular em uma cadeia sistêmica, e até mesmo ecossistêmica, as diversas manifestações culturais que estruturam essa unidade federativa" (GONDIM, 2011) [grifo da autora]. Para então apresentar algumas das características da ocupação urbana no Piauí e, tomando esse mote, inserir no discurso Teresina e os fatores que impulsionaram a criação dessa cidade.

Gondim (2011) ampara sua argumentação, no declarado interesse da SR/Iphan/PI em preservar a área, e na parceria estabelecida entre a SR/Iphan/PI e a Prefeitura:

> A atualização do inventário de bens imóveis com valor cultural para preservação em andamento por parte da Prefeitura Municipal, atrelados aos estudos de identificação, delimitação e reconhecimento do Centro Antigo por parte do IPHAN, além de demonstrarem uma valoração já assumida por esses órgãos, revela que os mesmos desde 2008 vêm trabalhando em conjunto para a sua preservação. (GONDIM, 2011)

nº 095/09 Gab/IPHAN/PI com o assunto: "Solicita abertura de processo referente ao estudo de tombamento do sítio histórico de Teresina").

[61] Trata de consulta sobre a inserção do imóvel situado na rua Eliseu Martins, N. 1291, Centro de Teresina-PI na área de interesse do IPHAN-PI, para a delimitação do Centro Antigo dessa cidade, assim como se encontra inserido na relação dos bens protegidos pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Teresina.

Por fim apresenta qual seria em si o objeto a ser preservado:

> Como premissa para as considerações, cabe-nos explicitar que a delimitação do Cetro Histórico de Teresina tem seu universo inicial de atuação no Plano urbanístico do Mestre João Isidoro, de meados do século XIX. Sua delimitação se ancora no desenho urbano implantado com suas praças e vias que as interligam, onde as edificações antigas ainda presentes temperam esses caminhos e logradouros com o gosto do tempo passado. (GONDIM, 2011)

O parecer também indica que há uma parceria estabelecida entre a SR/Iphan/PI e o Estado do Piauí, através da assinatura de um **Termo de Cooperação Técnica**.

> O reconhecimento da beneficência para o Estado do Piauí desse método é encontrado na assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado em 18 de outubro de 2008 entre o Governo do Estado e o Federal. Essa cooperação já vem dando resultados concretos para a **preservação dos aspectos culturais do Piauí** como vemos no tombamento federal da cidade de Parnaíba; da Ponte Metálica João Luís Ferreira e da Floresta Fóssil em Teresina; das notificações para tombamento das cidades de Oeiras e Piracuruca e das conclusões dos estudos para notificação e tombamento das cidades de Pedro II, Amarante e Teresina, assim como da Ig. N. S. de Lourdes na referida Capital. (GONDIM, 2011)

Além do mais, há o **Decreto nº 9619, de 29 de setembro de 2009** da Prefeitura Municipal de Teresina, o qual condiciona a aprovação de projetos pela prefeitura à anuência do Iphan.

> Os munícipes interessados em obter, desta Municipalidade, quaisquer documentos, tais como certidões, consultas prévias, licenças e afins com o fito de modificar, construir, reformar, demolir bens imóveis ou qualquer outro expediente que possa vir a alterar o patrimônio histórico e cultural de Teresina, nas zonas ZC1-01, ZC4-01 e ZES-01, deverão apresentar, obrigatoriamente, documentos comprobatórios de que o imóvel - objeto de reforma, construção, demolição, pintura ou qualquer tipo de modificação - não se encontra no rol de bens tombados ou autorização para a referida alteração pelas seguintes entidades: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, Conselho Municipal de Cultura, Fundação Cultural do Piauí e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (TERESINA, 2009)

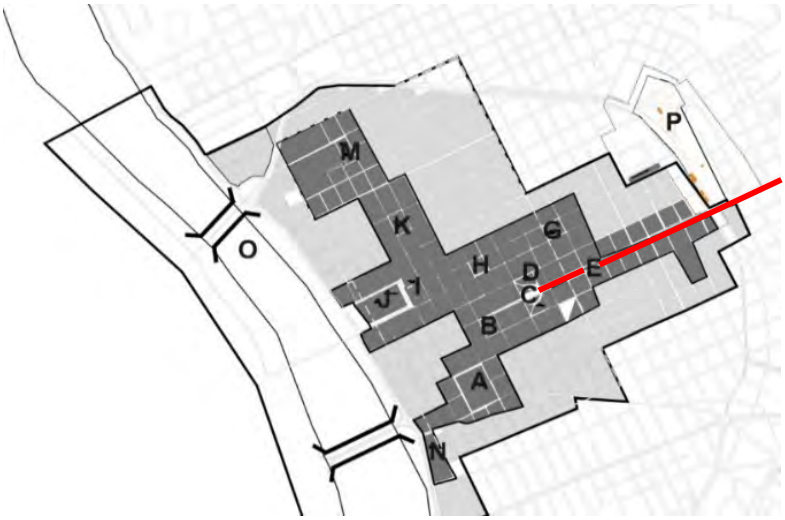
Em parte por consequência da publicação desse decreto é que foi criada uma parceria entre o Iphan e as esferas municipal e estadual para gerir o patrimônio do Centro de Teresina. Em virtude disso a SR/Iphan/PI fez um estudo preliminar do que seria a área de interesse do Iphan no Centro de Teresina (*mapa 29*, p. 92). No mapa, as áreas hachuradas em cinza representam os perímetros propostos para tombamento e as linhas pontilhadas representam os perímetros propostos para área de entorno. Cada área, identificada por uma letra, corresponde a uma praça: A: Praça da Costa e

Silva; B: Praça Saraiva; C: Pedro II; D: Igreja São Benedito; E: Praça da Liberdade; F: Av. Frei Serafim; G:Praça Demóstenes Avelino; H:Praça Floriano Peixoto; I: Praça João Luís Ferreira; J: Praça Marechal Deodoro; K: Praça Landri Sales. Esse mapa representa as mesmas áreas de tombamento propostas pela OP Arquitetura, porém dessa vez representadas num único mapa.

A partir da visualização do *mapa 29* (p. 92) e no contexto da parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina, com a Fundação Monsenhor Chaves e com a Fundac, a SR/Iphan/PI desenvolveu outros estudos do que viria ser sua área de interesse no Centro de Teresina. Havia-se notado que os perímetros desarticulados não consideravam o traçado urbano como elemento norteador. Então a SR/Iphan/PI propôs tratar a noção de "ambiência" de modo mais abrangente, incluindo dentro do perímetro proposto para tombamento as ruas que conectam as várias praças estudadas. Considerou-se importante também incluir na área de proteção a Av. Frei Serafim, avenida que conecta o núcleo do centro histórico à Estação Ferroviária (mapa 10, p.40), bem já tombado pelo Iphan. Embora parcialmente descaracterizada e com construções contemporâneas sem aparente valor histórico ou estético, a Av. Frei Serafim ainda resguarda vários bangalôs (ver *Levantamento Fotográfico* no apêndice, p.104).

Para chegar a definição de uma nova área de interesse, foram elaborados alguns estudos, que compreendem os *mapas 20* à *26* (p.87 à 89). Nesses mapas a cor cinza escuro corresponde à área proposta para tombamento e a cinza claro para entorno. A primeira opção corresponde ao *mapa 20* (p.87), notemos que essa proposta incorpora outras praças além daquelas citadas no **Processo 1402.000062/2007-36**, inclusive praças que estão fora do traçado original do Mestre Isidoro. Foram incluídas as praças: Demóstenes Avelino e João Gaioso. A inclusão de todas as praças do Centro de Teresina no perímetro de preservação revela uma ampliação da concepção de patrimônio urbano pela SR/Iphan/PI. As praças são entendidas como resultantes do traçado urbano, desse modo, adquirem valor patrimonial independente da arquitetura que as envolve.

Para o desenho desse mapa considerou-se parte da área tombada as praças, e as quadras envoltórias de cada praça e um possível caminho entre elas, de modo que todas fossem abarcadas em uma mesma poligonal. O limite do entorno a norte e a sul foi baseado no traçado original do Mestre Isidoro. A oeste considerou-se como referência o entorno da Ponte Metálica, bem já protegido pelo Iphan. Para leste, foram consideradas como entorno da Av. Frei Serafim (marcada em vermelho no *mapa 20*) as quadras paralelas, sendo 3 de um lado e 2 do outro.



A: Praça Saraiva
B: Praça D. Pedro II
C: Igreja São Benedito
D: Praça da Liberdade
E: Avenida Frei Serafim
F: Praça Demóstenes Avelino
H: Praça João Luís Ferreira
I: Praça Rio Branco
J: Praça Marechal Deodoro
K: Praça Landri Sales
M: Praça João Gaioso
N: Praça Costa e Silva
P: Estação Ferroviária

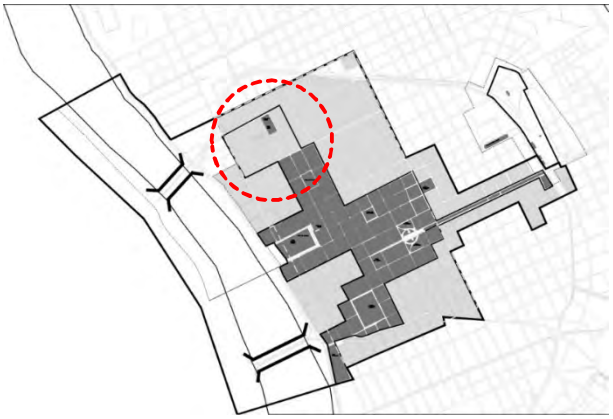
Mapa 20: Área de Interesse do Iphan, proposta 1.
Fonte: IPHAN, 2011

Na segunda proposta (*mapa 21*), bastante semelhante à primeira, excluiu-se as quadras seccionadas pela Av. Miguel Rosa (de amarelo no *mapa 21*) e diminuiu-se a área a ser preservada da Av. Frei Serafim. Nesse mapa considerou-se como área de valor patrimonial apenas o canteiro central da Av. Frei Serafim (ver no Apêndice: *Levantamento Fotográfico*, p. 104), por ser entendido como uma área urbana com características semelhantes as das praças, uma área verde e pública. Desse modo, as quadras que ladeiam a avenida foram consideradas área de entorno.



Mapa 21: Área de Interesse do Iphan, proposta 2.
Fonte: IPHAN, 2011

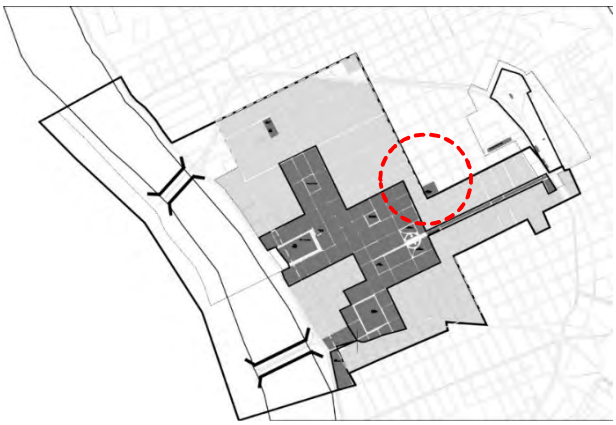
A terceira proposta (*mapa 22*) exclui as quadras de entorno da praça João Gaioso (observar região destacada pelo círculo tracejado e vermelho), onde hoje está alocado um ginásio esportivo, construção contemporânea considerada sem valor patrimonial. No mais, foram mantidas as mesmas áreas de proposta de tombamento e entorno do *mapa 21* (p.87). Já a proposta 4 (*mapa 23*), é derivada da proposta 3 e exclui as quadras a leste da Praça Demóstenes Avelino. A proposta 5 também é uma derivação da proposta 3, na qual as quadras que envolvem a praça Demóstenes não foram consideradas áreas de interesses para preservação, apenas a praça permaneceu como área proposta para tombamento e área de entorno da Av. Frei Serafim foi ampliada, incluindo-se duas fileiras de quadras de cada lado da avenida.



Mapa 22: Área de Interesse do Iphan, proposta 3.
Fonte: IPHAN, 2011



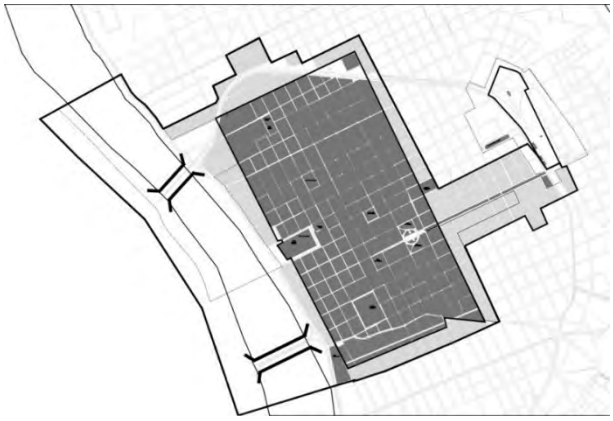
Mapa 23: Área de Interesse do Iphan, proposta 4.
Fonte: IPHAN, 2011



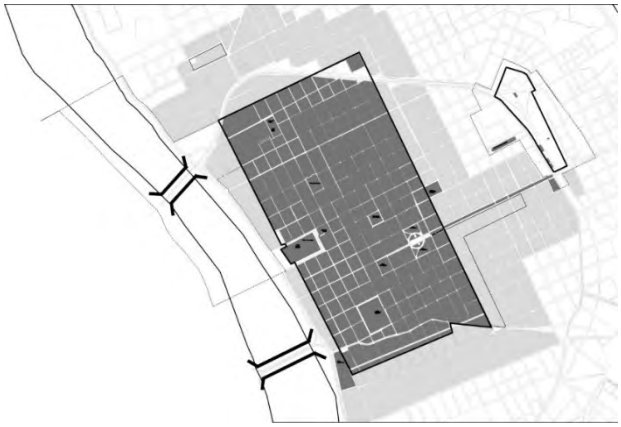
Mapa 24: Área de Interesse do Iphan, proposta 5.
Fonte: IPHAN, 2011

Há mais duas propostas (*mapas 25* e *26*, p.89), as quais se diferem das outras por terem uma área proposta para tombamento bem mais abrangente. Essas propostas consideram como objeto

patrimonial a malha quadriculada proposta pelo Mestre Isidoro e mantida quase intacta até os dias atuais. A proposta 7 difere da 6 por apresentar uma área de entorno maior.



Mapa 26: Área de Interesse do Iphan, proposta 6.
Fonte: IPHAN, 2011

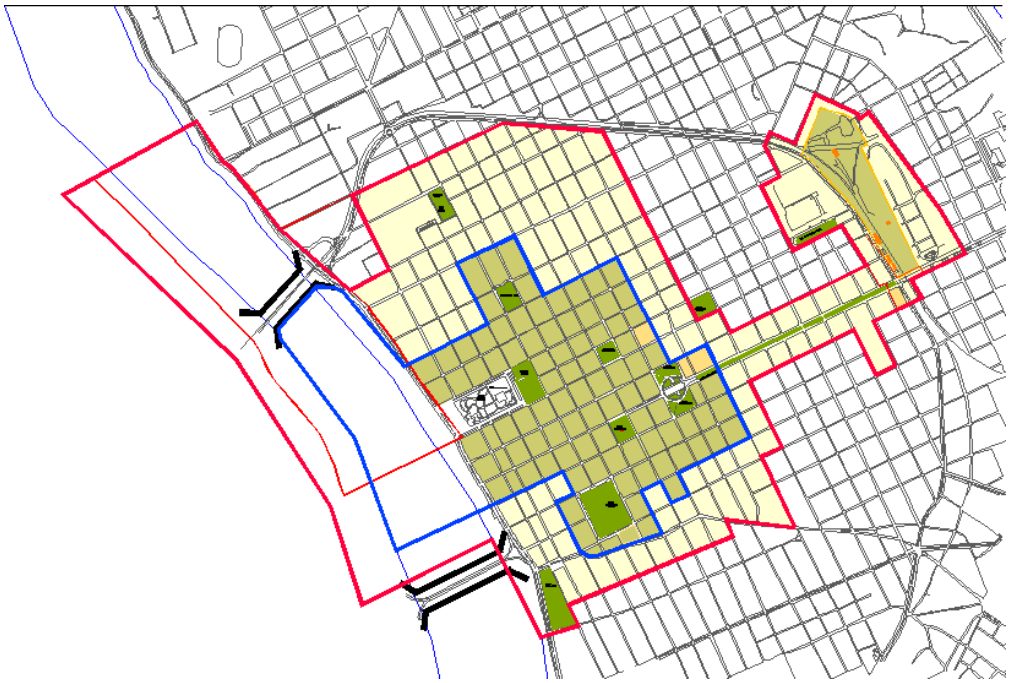


Mapa 25: Área de Interesse do Iphan, proposta 7.
Fonte: IPHAN, 2011

Para apresentar à prefeitura a SR/Iphan/PI elaborou o *mapa 30* (p.93), onde foram marcados os bens atualmente protegidos pelo Iphan e seus entornos, bem como perímetro do Centro de Teresina que foi considerado "área de estudo/interesse do Iphan". Nesse mapa não foi feita distinção do que é área proposta para tombamento e daquilo que é área proposta para entorno. O perímetro apresentado é igual ao aprestando na proposta 5 (*mapa 24*, p.88).

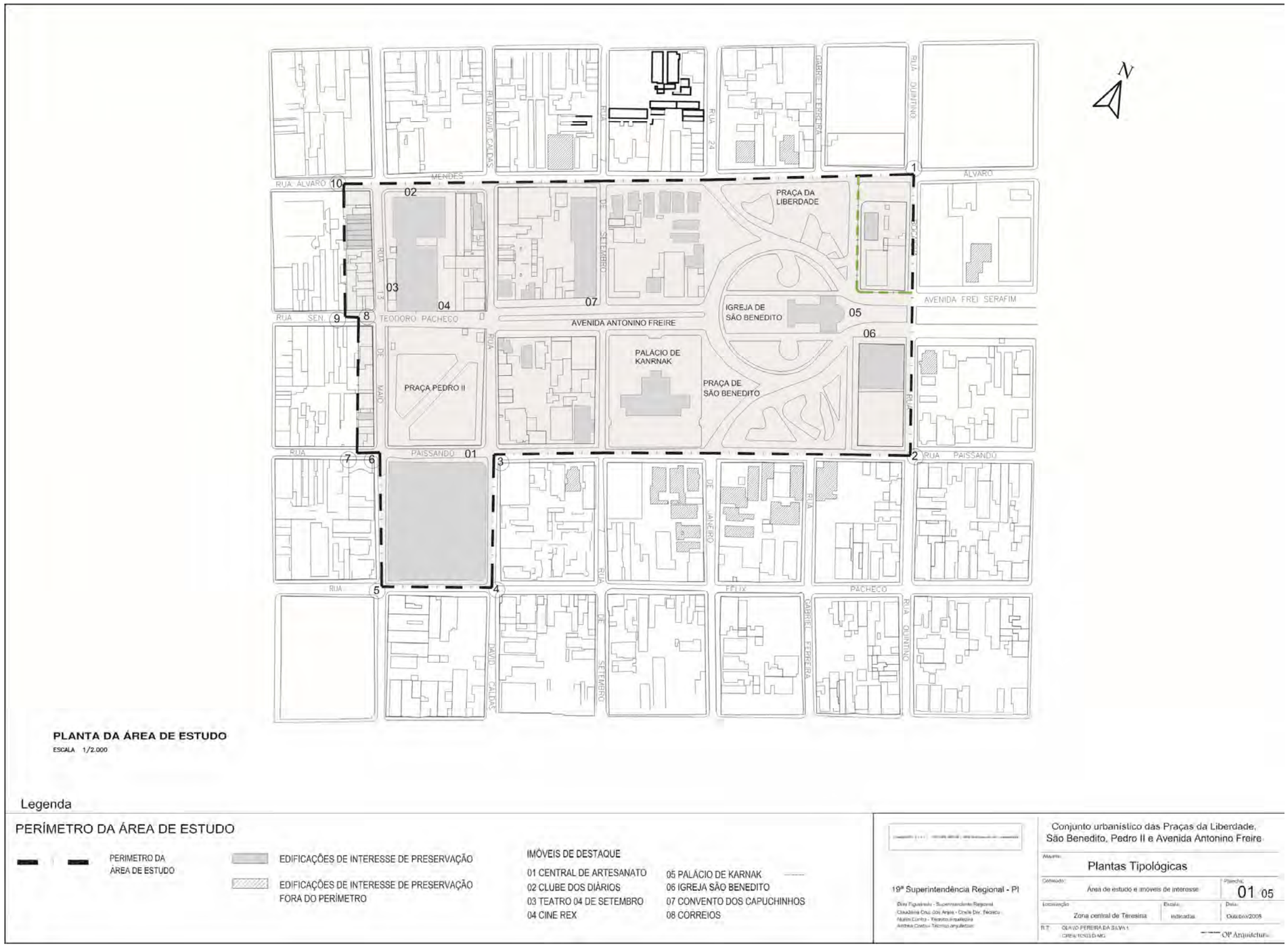
Os estudos para viabilizar a gestão compartilhada do Centro de Teresina prosseguiram e nesse contexto a SR/Iphan/PI, através do arquiteto e urbanista Raglan Gondim com a colaboração da bolsista, também arquiteta e urbanista, Larissa Tollstadius, construíram uma proposta de "Rotina Administrativa Consorciada para a tríplice gestão do Centro Histórico de Teresina", apresentada na **Informação Técnica nº 009/12**. Esse documento amplia o discurso da SR/Iphan/PI, demonstrando preocupação como temas como: a sustentabilidade, a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a conservação integrada. Além do mais, uma última proposta para área de tombamento e seu respectivo entorno é apresentada (*mapa 27*, p.90).

A rotina integrada parte do princípio de que a **Constituição Federal** incube concorrentemente à União, estados e municípios o dever de preservar o patrimônio cultural. Busca evitar a análise redundante das intervenções propostas no Centro de Teresina. Tendo em vista que cada instituição envolvida poderá ter visões diferentes sobre os métodos de conservação, foi proposta a criação de uma "mesa técnica", onde serão reunidos representantes de cada instituição para deliberar sobre os casos mais complexos.

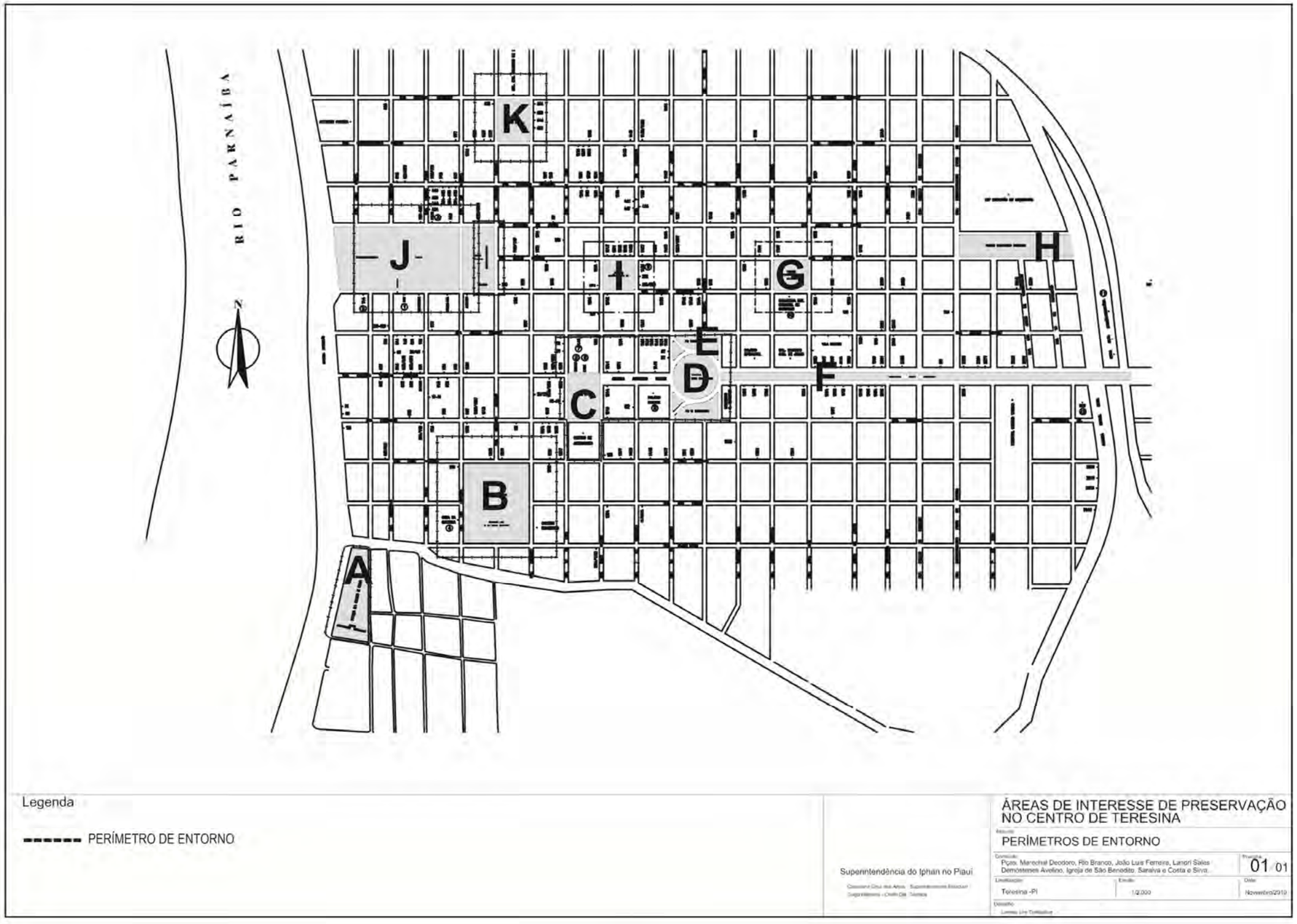


Mapa 27: Área de Interesse do Iphan, proposta 6.
Fonte: IPHAN, 2012

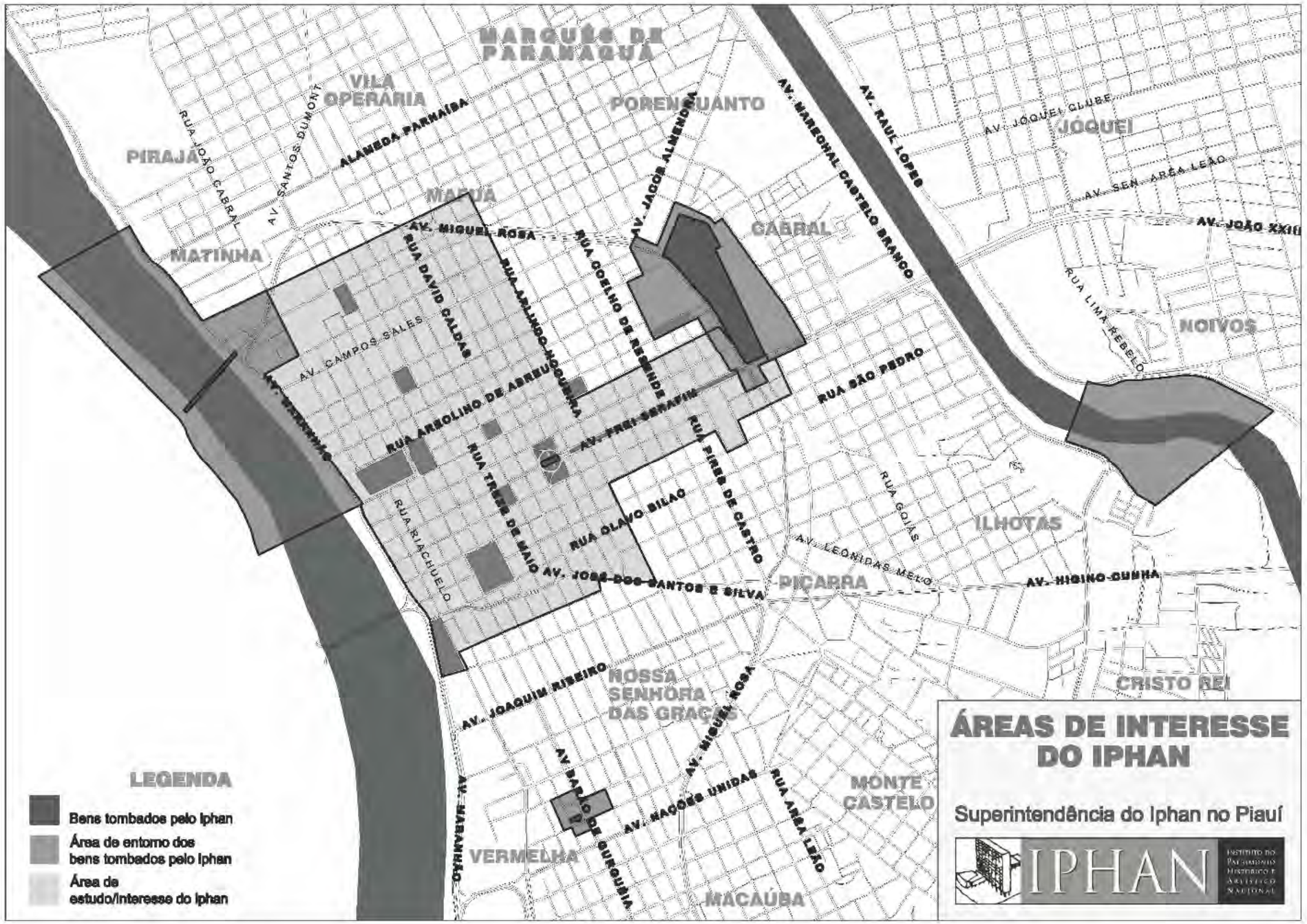
O processo de tombamento do Centro de Teresina até onde pude analisar demonstrou uma progressiva ampliação argumentativa. A preocupação inicial era a de proteger algumas praças e edifícios mais relevantes e atualmente existe uma preocupação com a gestão urbana desse território. Tanto que já há uma parceria firmada entre a prefeitura municipal e os órgãos de preservação patrimonial. O desenvolvimento de uma proposta de gestão integrada é exemplo de uma ação concreta que demonstra o interesse do Iphan na preservação do Centro de Teresina. O interesse de preservação é claro, a intenção de criar e consubstanciar parcerias locais também. Embora o Centro de Teresina ainda não tenha sido oficialmente tombado pelo Iphan, ele já é entendido e denominado como um Centro Histórico, um patrimônio urbano.



Mapa 28: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico das Praças da Liberdade, São Benedito, Pedro II e Av. Antonino Freire.
Fonte: OP ARQUITETURA, 2008. Editado pela autora.



Mapa 29: Áreas de Interesse de Preservação no Centro de Teresina
Fonte: IPHAN, 2010.



Mapa 30: Área de interesse de preservação do Centro de Teresina.
Fonte: IPHAN, 2011

Considerações Finais

Ao estudar o caso do Centro de Teresina pude perceber que os processos de patrimonialização podem ser entendidos como processos cíclicos. Em princípio, pensava na patrimonialização como um processo linear: um objeto após ser alvo de ações e estudos tornar-se-ia patrimônio cultural. Num entendimento linear seria possível apontar um fato que marcasse a transformação do *objeto comum* em *objeto patrimonial*. Talvez, dentro do *enfoque institucional*, e no caso dos *bens materiais*, esse fato seria o tombamento.

Defendo que, desde o momento no qual se volta o olhar para a cidade e decide-se estudá-la, pesquisá-la, reconhece-se um valor patrimonial inicial. Não de modo preciso, fechado, definitivo. Tão pouco é fácil precisar qual foi o momento exato em que o olhar sobre a cidade se revestiu da ótica patrimonial. Talvez nem sequer seja necessário demarcar esse ponto na cronologia do processo de patrimonialização de modo tão preciso. Com os estudos que fiz, diria que o primeiro momento no qual Teresina é vista sob a ótica patrimonial pelo Iphan, foi quando recebeu a visita da 2ª DR (*Anexo 02*). Porém, outro pesquisador poderá encontrar fato ainda mais antigo. Isso mudará o destino desse processo de patrimonialização? Ou importa mais a visão já interiorizada pela população e pelos técnicos da preservação sobre o valor patrimonial desse território?

A patrimonialização constitui-se construções narrativas, formas de explicar/justificar o anseio de um grupo (ou de vários grupos atuando conjuntamente) de preservar determinado bem. Torna-se difícil, num curto estudo, distinguir o que seria *mítico* ou *científico*, *invenção* ou *realidade* (supondo que tais conceitos são realmente dialéticos). Porém, acho mais importante apontar que após a construção inicial de uma narrativa, ela permanece inacabada e se o processo for democrático e participativo outros atores/autores trarão seus olhares específicos. As palavras serão ressignificadas e os objetos patrimoniais representarão as novas lógicas discursivas. Um exemplo destas mudanças de significados pode ser observado na evolução do conceito de *entorno de bens tombados* que quando a preservação do patrimônio foi institucionalizada no Brasil possuía acepção diferente daquela que entendemos hoje. Outro exemplo de conceito que tem sido reformulado e reapropriado é o de *paisagem*[62].

[62] Quando abordada dentro da discussão teórica da geografia, a paisagem será tratada aqui como um conceito científico, posto que tradicionalmente foi objeto de densa discussão a seu respeito, tendo sido considerado um conceito estruturante da disciplina dentro de algumas tradições da geografia. (RIBEIRO, 2007, p.14)

Percebi que há a necessidade de dar continuidade ao processo de patrimonialização aprofundando estudos históricos, urbanos e revendo alguns conceitos sobre a preservação patrimonial, mesmo que esses sejam feitos após o tombamento, pois entendo que a SR/Iphan/PI necessite agir com rapidez, a fim de que o território não sucumba a pressões por mudanças impulsionadas pelo capital e pelo desenvolvimentismo. Também é necessário dar início a um processo de gestão (do patrimônio), assim que seja concluído o tombamento. É preciso integrar os planos de preservação patrimonial às discussões sobre a cidade e sobre o planejamento regional.

Outra necessidade identificada é da criação de estratégias para efetivar a participação popular no processo de patrimonialização. Afinal, quem representa o Centro de Teresina, enquanto objeto patrimonial? *Patrimônio para quem?* Essa não é uma pergunta inédita, na verdade é bastante recorrente. Todavia, ainda se faz necessária e talvez nunca cesse de ser colocada. Hobsbawm (1984) apontou as tradições como elementos inventados a fim de fortalecer as identidades (igualmente inventadas) nacionais. Assim, o patrimônio nacional faria parte do rol de artifícios para a conformação[63] de um grupo. O Iphan, poder-se-ia dizer, tem feito uma reflexão crítica acerca do tema por intermédio de pesquisadores que integram (ou integraram em algum momento) o corpo técnico da instituição, como Lia Motta (2000), coordenadora de Pesquisa e Documentação do Iphan, cuja dissertação se chama **Patrimônio Urbano e Memória Social**: práticas e seletivas de preservação cultural (1975 a 1990) e Maria Cecília Londres Fonseca (2005)[64], pesquisadora do CNRC e membro do Conselho Consultivo, com sua tese **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil, ambas citada nesse trabalho.

A construção do conceito *patrimônio cultural* não teve participação de toda a sociedade. Na seção *A invenção do Patrimônio Urbano*, demonstro como Choay (2001) narrou a evolução do pensamento sobre a preservação de sítios históricos. Para apresentar essa narrativa a autora se

[63] "Conformação" foi escolhida justo por sua ambiguidade. Ao mesmo tempo que conformar significa "Dar determinada forma a; formar, dispor, configurar" (IDICIONÁRIO Aulete, Sd.), também significa: "Aceitar com resignação, resignar-se; acomodar-se, condescender" (IDICIONÁRIO Aulete, Sd.).

[64] "Apesar de tentar se manter à margem das ações do Estado Novo, os intelectuais alinhavam-se ao governo, ao considerarem o povo como massa, a qual não sabia se auto reger. Assim, o Iphan se considerava o responsável por definir o patrimônio nacional sem consultar a população. Todavia, enquanto a educação tornou-se instrumento da ditadura varguista que buscava dar a população uma educação massificada, a cultura conseguiu manter-se a margem desse processo. O Estado Novo concedia certa liberdade para o Iphan, pois a estruturação desse órgão concedia status para a nação" (FONSECA,2005).

utiliza de textos escritos por especialistas, numa demonstração de que o conceito foi formulado e discutido dentro de um grupo específico da sociedade ocidental. A princípio, a preservação do patrimônio urbano foi defendida por historiadores da arte, restauradores e arquitetos – no caso do patrimônio urbano, Choay (2001) cita Ruskin, Sitte e Giovannoni. No Brasil, a história que narra a evolução da preservação do patrimônio cultural também se dá mediante a apresentação das teses defendidas por intelectuais; folcloristas (Mario de Andrade), arquitetos (Lucio Costa) ou ainda advogados (Rodrigo Melo F. de Andrade). Apenas depois da ação oficial pela preservação do patrimônio cultural é que a população se apropriou desse conceito.

Na década de 1970, como relatado no *capítulo 02: O uso da Categoria Patrimônio Urbano na prática preservacionista do Iphan*, o discurso sobre o patrimônio cultural popularizou-se e passou a ser usado por pequenos grupos que desejavam fortalecer suas identidades. Registrou-se um aumento de pedidos de tombamento proveniente da sociedade. A importância da democracia foi ratificada pela constituição de 1988, a *participação popular* nas decisões políticas passou a ser reivindicada e prevista. Tanto que leis mais recentes já incorporam em seus artigos medidas que assegurem decisões mais democráticas, como é o caso **do Estatuto das Cidades** (BRASIL, 2001) que condiciona a aprovação dos *Planos Diretores* à realização de audiência públicas. Acredito que o primeiro passo para viabilizar a participação popular e uma maior aproximação do Estado da sociedade é estabelecer o diálogo.

Freire (1983) – que além de pedagogo pode ser visto como um relevante pensador brasileiro das ciências humanas – coloca a comunicação, o diálogo e o homem no centro da sua teoria. Para ele "A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial dêste mundo cultural e histórico" (p.44, 1983), bem como “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação" (p.44, 1983). Freire (1983) vai além da defesa da construção coletiva do conhecimento, afirma que o homem é incapaz de pensar sozinho[65]. E mais, é através da comunicação que construímos nossos pensamentos[66].

[65] “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sôbre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário".

[66] “Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação” (FREIRE, p.45, 1983).

A captação do vocabulário é uma das estratégias de Freire (1987) em seu método pedagógico[67]. Antes de iniciar o processo de alfabetização, deve-se ir até o grupo, observá-lo, captar os "temas geradores" (FREIRE, 1987, p.50) e a partir dos temas geradores preparar o "conteúdo programático" (FREIRE, 1987, p.50). Freire (1983) argumenta que a comunicação só ocorre quando os participantes do dialogo dominam o mesmo "quadro significativo"[68]. Assim sugerimos que a participação popular no processo de democratização da seleção dos bens patrimoniais em Teresina seja precedida da identificação do quadro significativo da população local ou seja, do que os sujeitos que fazem parte daquela cidade têm em comum em termos de referências culturais, modos de vida e patrimônios.

---

[67] "É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação.

O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores" (FREIRE, 1987, p.50).

[68] "É então indispensável ao ato comunicativo, para que êste seja eficiente, o **acôrdo entre os sujeitos**, recíprocamente comunicantes. Isto é, **a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito**.

Se não há êste acôrdo em tôrno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. Isto é tão verdadeiro que, entre compreensão, inteligibilidade e comunicação não há separação, como se constituíssem momentos distintos do mesmo processo ou do mesmo ato. Pelo contrário, inteligibilidade e comunicação se dão simultâneamente" (FREIRE, 1983, p.45-46) [grifo meu].

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mario de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 30, 2002.

BARRETO, Paulo Tedim. **O Piauí e a sua arquitetura**. 1938

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Rio de Janeiro: Iphan, 2010.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica.
Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 08 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>
Acesso em: 11 jan. 2013

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na colônia. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 Ed. Campus: 2010.

CARTA de Atenas. Atenas, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232> Acesso em: 23 fev. 2013

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade:

EdUNESP, 2001.
CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da Memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233> Acesso em: 02 mar. 2013

_____. **Carta de Machu Picchu**. Machu Picchu, 1977. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=250> Acesso em: 02 mar. 2013

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA & CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> Acesso em: 02 mar. 2013

COMPROMISSO de Salvador. Salvador, 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1654> Acesso em: 02 mar. 2013

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais:** Base para novas políticas de patrimônio. S.d. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf> Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba:** Cidades-Beira. Brasília: UNB: 2009. Tese de doutorado.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **Movimentos de educação e cultura popular dos anos 60**: uma análise a partir da concepção de "Estado Integral" de Antonio Gramsci. 2011. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_02/e02f_t001.pdf> Acesso em: 22 out. 2012.

GONDIM, Raglan. Parecer Técnico 015/2011 DIVTEC/Iphan/PI. 2011

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda:** Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric., RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=256> Acesso em: 25 mar; 2013

IDICIONÁRIO Aulete. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/> Acesso em: 12 jan. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. S.d-a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14677&retorno=paginaIphan> Acesso em: 28 nov. 2012-b.

_____. **O patrimônio cultural como estratégia para o desenvolvimento**: novas perspectivas. S.d.-b.

Sobre o tombamento. S.d-c. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Superintendência do Iphan no Piauí**. S.d-c. Disponível em <http://portal.Iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12757&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acessado em: 14 ago. 2011.

_____. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. 1980.

_____. **Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986**.

_____. **Processo 1402.000062/2007-36**. 2007

_____. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX**. 2008.

_____. **Memorando nº 095/09 Gab/IPHAN/PI** . 2009-a.

_____. **Paisagem Cultural**. 2009-b

_____. P**atrimônio, Desenvolvimento e Cidadania**. 2009-c

_____. **Planos de Ação para Cidades Históricas, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social:** Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. 2009-d. Disponível em: <http://www.Iphan.gov.br/ baixaFcdAnexo.do;jsessionid=CB944176AA0DF9970D5C1F476FEF2B2F?id=1188>. Acesso em: 27 jul. 2011.

_____. **Planos de Ação para Cidades Históricas – 1ª Oficina de Capacitação – Experiências de Preservação do Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social**. 2009-e. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=561F3D6CE45EB3E2A9ECAB645812EDEF?id=1185> Acesso em: 21 nov. 2012.

_____. **SICG:** Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília, 2009-f.

_____. **5º Edital de Seleção do PEP** (Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN). 2010

_____. **Manual Básico de Identidade Visual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2011

_____. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:** 1938-2009. 5 ed. 2012-a

_____. **Informação Técnica nº009/12:** Div. Téc. Iphan/PI. 2012-b

_____. **Orientações técnicas para formatação da dissertação:** 2ª turma do mestrado profissional do Iphan. Rio de Janeiro, 2012-c.

_____. **Projeto de educação patrimonial lança vídeo em Pernambuco**. 2012-d. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16965&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>
Acesso em: 04 dez. 2012

_____. **Relatório de Gestão 2011**: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2012-e. Disponível em < http://portal.Iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2119>. Acesso em: 22 out. 2012.

LACED. Inventário Nacional De Sítios Urbanos Tombados **– INBI-SU. S.d. Disponível em:** <http://laced.etc.br/site/projetos/projetos-executados/inventario-nacional/> Acesso em: 01 dez. 2012

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. 1995

LINHARES, Maria Yedda Leite. Da Revolução de 30 ao Estado Novo. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 Ed. Campus: S.d.

MICHAELLIS: Dicionário de Português Online. Disponível em:
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> Acesso em: 09 dez. 2012.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural (1975 a 1990). Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de mestrado.

PEREIRA, Julia Wagner. **O tombamento:** de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2009.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais:** O Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M. & NÓBREGA, Cláudia. **Gestão do Patrimônio através do Inventário.** O caso do sítio urbano da Praça XV/Rio de Janeiro – Brasil. S.d. Disponível em < http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=115&modo=1>. Acesso em: 20 nov. 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense. 2004. (Coleção primeiros passos; 203)

SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento:** A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1995.

SILVA, Olavo Pereira. Carnaúba, pedra e barro: **na Capitania de São José do Piauí.** 2007

SCHWARTZMAN, Simom, et. al. **Tempos de Capanema**. 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm> Acessado em: 07 dez. 2012.

TERESINA. **Decreto nº 9619, de 29 de setembro de 2009**. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, PI. Arquivo digital.

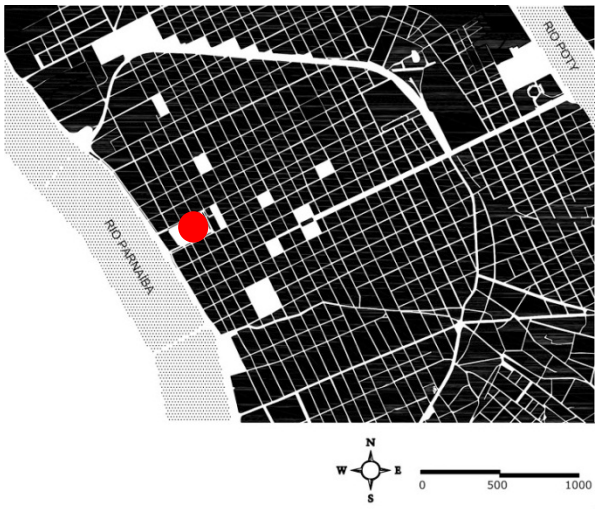
UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249> Acesso em: 03 fev. 2013

WEITZ, Morris. **O papel da teoria na estética**. 2004. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_teoriaestetica.html> Acesso em: 09 dez. 2012.

Apêndice

Levantamento Fotográfico

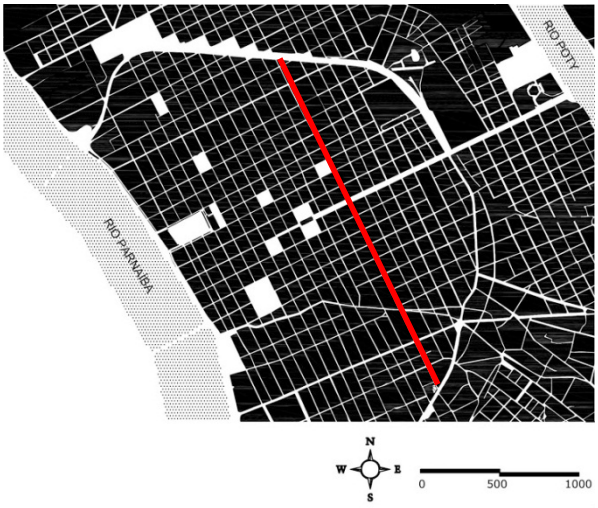
Praça Marechal Deodoro







Rua Área Leão




LOJINHA DOS PARAFUSOS
ATENDIMENTO DE PRIMEIRO MUNDO DAS 7:30 ÀS 12:30 HORAS
9425-2353/9491-4839
3232-2600






BCS
Seguros
BCS
Seguros



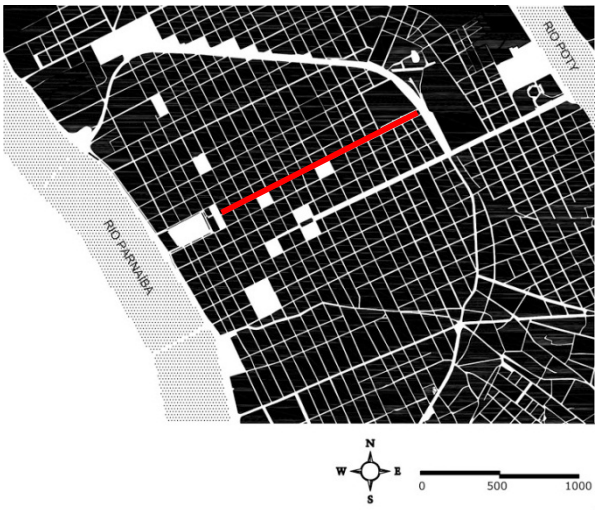



3217-3082
C.BRASIL
ENFERMAGEM
ENSMEDIO
COLEGIO BRASIL
3217-3082





Rua Elizeu Martins









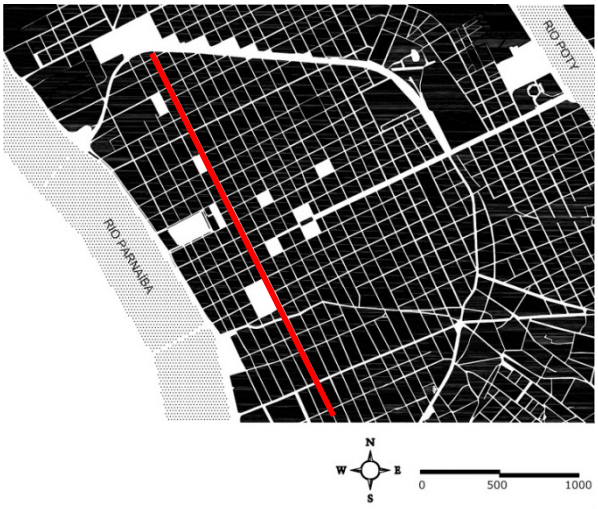

OLHE A BELEZA
DESTA CASA.
DESTRUÍDA


PETRONORTE
energia do mundo
3221-2232
AN HOUSE
40
ESTACIONAMENTO


CASAS DO SUL
CASAS DO SUL
Universitaria


ESTACIONAMENTO
Rotativo e Mensal
Mujo

Rua Barroso



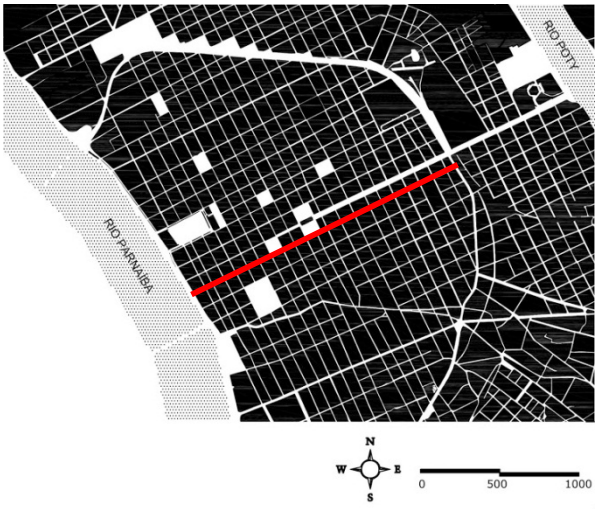








Rua Paissandu



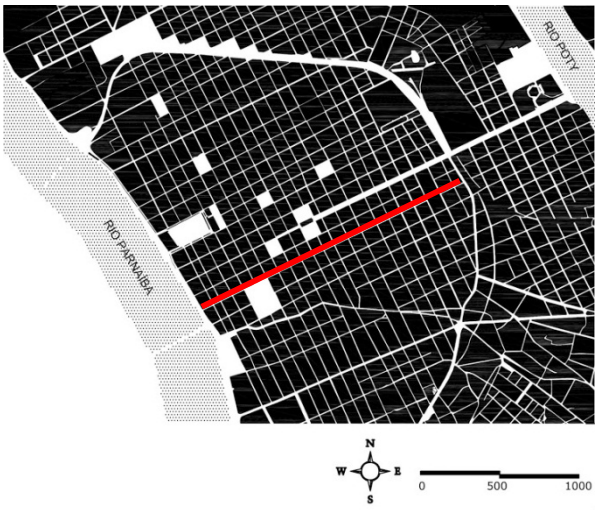








Rua Félix Pacheco



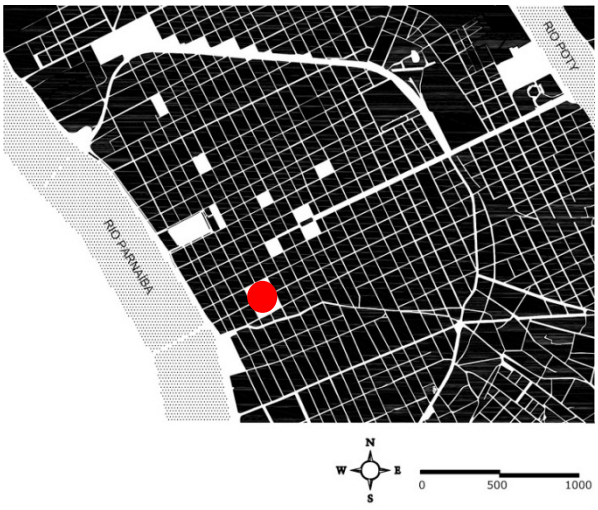








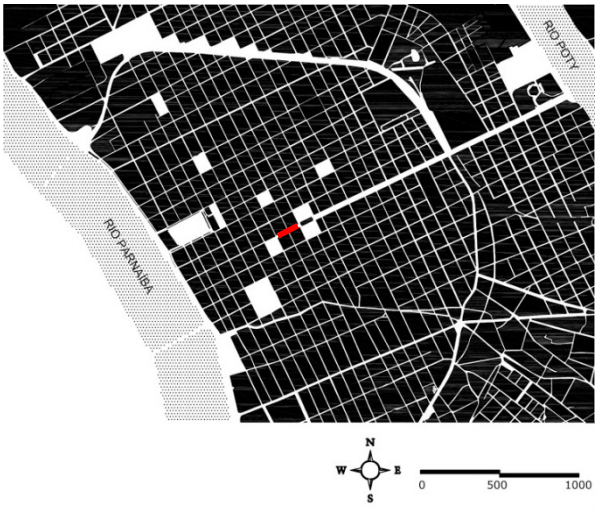
Praça Saraiva







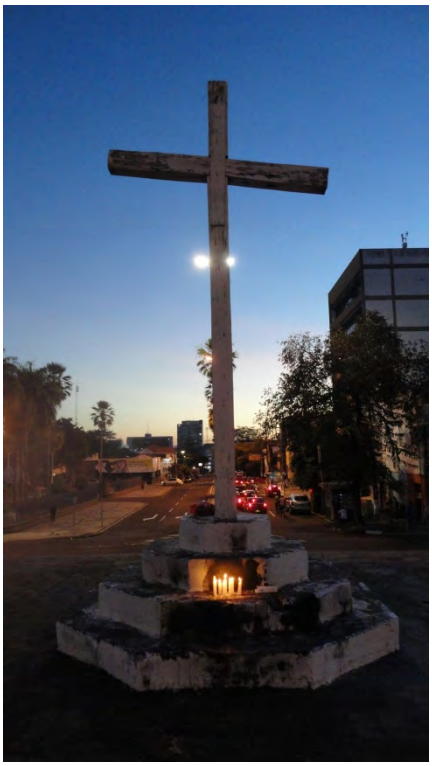
Avenida Antonino Freire

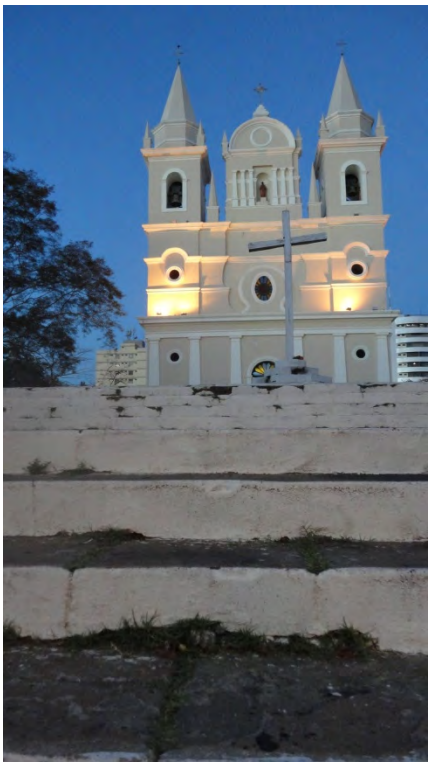












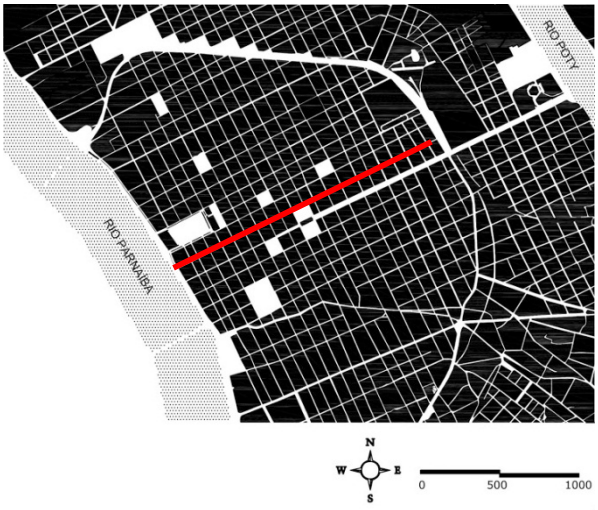

VENHA
PARA A




LOJA
JOEL
Enem



Rua Álvaro Mendes












ESTACIONAMENTO
ROTATIVO
ESTACIONAMENTO PRIVATIVO
GARAGEM
EDITORA
ACEITAMOS ENCOMENDAS
KITS FESTAS
KIT FORMATURA
BOLOS PERSONALIZADOS
DOCINHOS E SALGADOS

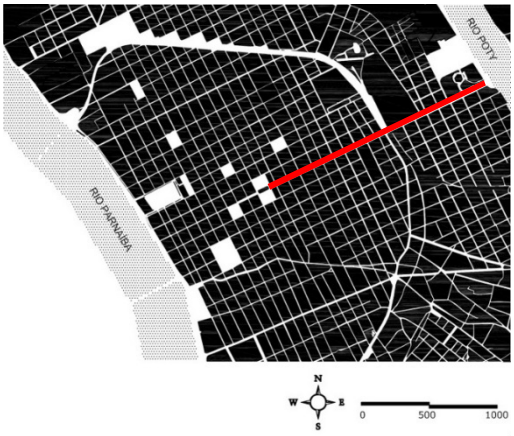



ASBRA


PASTELARIA
KINA KANA



Avenida Frei Serafim










Claro
Piauí
CONSULTORIA
Crédito Fácil,
Rápido e
Sem Burocracia
Servidor Municipal,
Federal, INSS e Exército
NOKIA
LG
SAMSUNG
iPhone
Beto Cell
Assistência Técnica Especializada
ALUGA-SE
NET






TIM
TIM MAIS


TIM


ALUGA

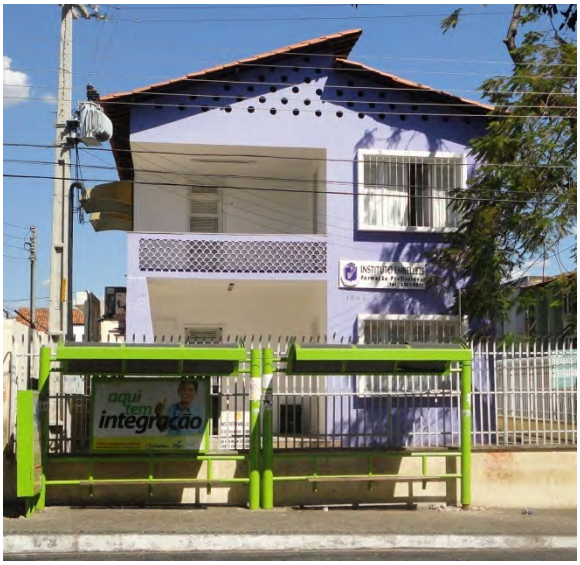

ALUGA


Ciaroc




prontomed
infantil




aqui tem
integração


ADMINISTRATIVO
COMERCIAL


JELTA MOTOS
SUZUK
JELTA
JELTA
ESTACIONAMENTO
PRIVATIVO


PANIFICADORA MODELO
1910


FETAG-PI




25




CURSO
&
COLÉGIO
GILBERTO
CAMPELO
3222.1622 | 3081.8778
BIG BEN
DESAFIO
HIGIENE + BELEZA


minds
ENGLISH SCHOOL
3301-7850
minds
www.mindsidiomas.com.br
minds







Mercado Público




oi
31





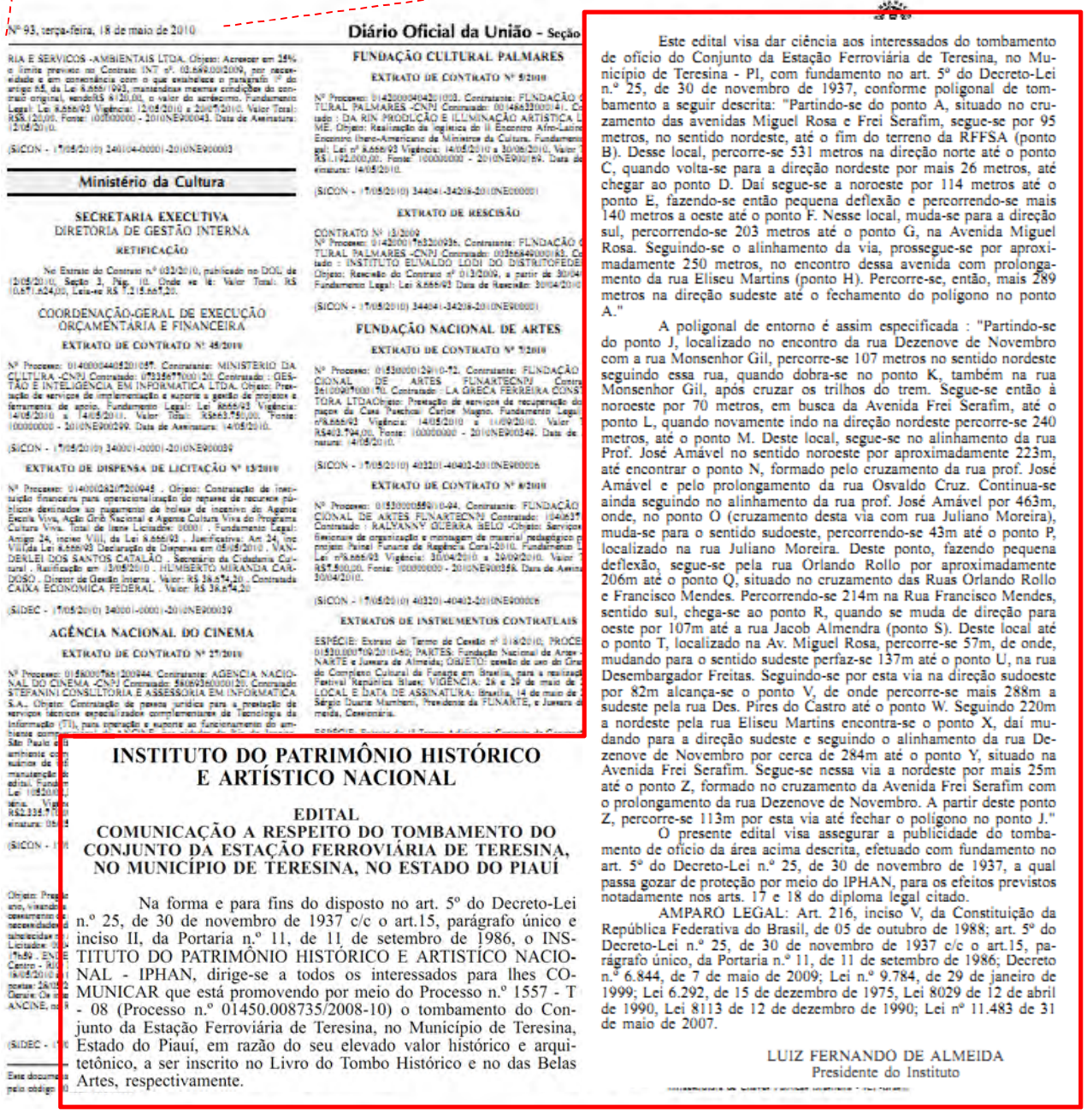




Anexos

Anexo 01: Comunicação do tombamento da Estação Ferroviária de Teresina

Nº 93, terça-feira, 18 de maio de 2010



Nº 93, terça-feira, 18 de maio de 2010 Diário Oficial da União - Seção

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

RETIFICAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2010

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2010

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2010

EXTRATO DE RESCISÃO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2010

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2010

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

EDITAL
COMUNICAÇÃO A RESPEITO DO TOMBAMENTO DO CONJUNTO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TERESINA, NO MUNICÍPIO DE TERESINA, NO ESTADO DO PIAUÍ

Na forma e para fins do disposto no art. 5º do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 c/c o art.15, parágrafo único e inciso II, da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTÍCO NACIONAL - IPHAN, dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que está promovendo por meio do Processo n.º 1557 - T - 08 (Processo n.º 01450.008735/2008-10) o tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina, no Município de Teresina, Estado do Piauí, em razão do seu elevado valor histórico e arquitetônico, a ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e no das Belas Artes, respectivamente.

Este edital visa dar ciência aos interessados do tombamento de ofício do Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina, no Município de Teresina - PI, com fundamento no art. 5º do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, conforme poligonal de tombamento a seguir descrita: "Partindo-se do ponto A, situado no cruzamento das avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim, segue-se por 95 metros, no sentido nordeste, até o fim do terreno da RFFSA (ponto B). Desse local, percorre-se 531 metros na direção norte até o ponto C, quando volta-se para a direção nordeste por mais 26 metros, até chegar ao ponto D. Daí segue-se a noroeste por 114 metros até o ponto E, fazendo-se então pequena deflexão e percorrendo-se mais 140 metros a oeste até o ponto F. Nesse local, muda-se para a direção sul, percorrendo-se 203 metros até o ponto G, na Avenida Miguel Rosa. Seguindo-se o alinhamento da via, prossegue-se por aproximadamente 250 metros, no encontro dessa avenida com prolongamento da rua Eliseu Martins (ponto H). Percorre-se, então, mais 289 metros na direção sudeste até o fechamento do polígono no ponto A."

A poligonal de entorno é assim especificada : "Partindo-se do ponto J, localizado no encontro da rua Dezenove de Novembro com a rua Monsenhor Gil, percorre-se 107 metros no sentido nordeste seguindo essa rua, quando dobra-se no ponto K, também na rua Monsenhor Gil, após cruzar os trilhos do trem. Segue-se então à noroeste por 70 metros, em busca da Avenida Frei Serafim, até o ponto L, quando novamente indo na direção nordeste percorre-se 240 metros, até o ponto M. Deste local, segue-se no alinhamento da rua Prof. José Amável no sentido noroeste por aproximadamente 223m, até encontrar o ponto N, formado pelo cruzamento da rua prof. José Amável e pelo prolongamento da rua Osvaldo Cruz. Continua-se ainda seguindo no alinhamento da rua prof. José Amável por 463m, onde, no ponto O (cruzamento desta via com rua Juliano Moreira), muda-se para o sentido sudoeste, percorrendo-se 43m até o ponto P, localizado na rua Juliano Moreira. Deste ponto, fazendo pequena deflexão, segue-se pela rua Orlando Rollo por aproximadamente 206m até o ponto Q, situado no cruzamento das Ruas Orlando Rollo e Francisco Mendes. Percorrendo-se 214m na Rua Francisco Mendes, sentido sul, chega-se ao ponto R, quando se muda de direção para oeste por 107m até a rua Jacob Almendra (ponto S). Deste local até o ponto T, localizado na Av. Miguel Rosa, percorre-se 57m, de onde, mudando para o sentido sudeste perfaz-se 137m até o ponto U, na rua Desembargador Freitas. Seguindo-se por esta via na direção sudoeste por 82m alcança-se o ponto V, de onde percorre-se mais 288m a sudeste pela rua Des. Pires do Castro até o ponto W. Seguindo 220m a nordeste pela rua Eliseu Martins encontra-se o ponto X, daí mudando para a direção sudeste e seguindo o alinhamento da rua Dezenove de Novembro por cerca de 284m até o ponto Y, situado na Avenida Frei Serafim. Segue-se nessa via a nordeste por mais 25m até o ponto Z, formado no cruzamento da Avenida Frei Serafim com o prolongamento da rua Dezenove de Novembro. A partir deste ponto Z, percorre-se 113m por esta via até fechar o polígono no ponto J."

O presente edital visa assegurar a publicidade do tombamento de ofício da área acima descrita, efetuado com fundamento no art. 5º do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, a qual passa gozar de proteção por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente nos arts. 17 e 18 do diploma legal citado.

AMPARO LEGAL: Art. 216, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988; art. 5º do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 c/c o art.15, parágrafo único, da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986; Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009; Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei 8029 de 12 de abril de 1990, Lei 8113 de 12 de dezembro de 1990; Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto

Anexo 02: Notícias sobre o Piauí no Boletim do Patrimônio Cultural

– dragagem do canal de acesso ao cais e afundamento do leito na faixa de atracação, obras que permitirão a abordagem independentemente dos movimentos de maré, que hoje obrigam a atracação dos barcos ao largo do cais, o transbordo de cargas e passageiros por meio de canoas menores até próximo da terra firme e uma marcha, na lama, até a margem;
– melhorias da faixa do cais, com instalação de um terminal para os barcos turísticos, de locais para estacionamento de veículos de carga, para distribuição de pescado, e equipamentos para melhoria das condições de higiene dos barcos, assim como o paisagismo integral da área, de forma a permitir que o cais de Praia Grande venha a fortalecer o já hoje grande interesse turístico que desperta, agregando-se condições para se transformar em área de lazer para a população local.

Os projetos de melhoria referentes ao porto pesqueiro vêm sendo articulados com o programa PESCARTE, da SUDEPE, de reestruturação da atividade pesqueira artesanal, compreendendo o suporte à produção, distribuição e comercialização do pescado. Expressamente no Porto de Praia Grande, esse programa se propõe a dirigir seus investimentos para a melhoria do desempenho dos barcos-geleiras, melhoria das condições de atracação, supressão da excessiva intermediação até a etapa de venda ao público pelo retalhista.

Os projetos de melhoria viária, acesso ao cais desde o anel viário, instalação de passarelas e de estacionamento, terão apoio financeiro da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU.

Projetos terão a colaboração da UFMa

Em contato com o professor José Maria Cabral Marques, reitor da Universidade Federal do Maranhão, foram acertadas importantes oportunidades de trabalho conjunto com a SPHAN, em diferentes projetos que estão sendo executados naquele estado.

Em primeiro lugar, a UFMa comprometeu-se a colaborar com os projetos de revitalização da Praia Grande e de Alcântara, colocando dois técnicos à disposição do Grupo Executivo. Um dos trabalhos será a realização de pesquisa para determinar as condições sócio-econômicas da população de Praia Grande, cujos resultados serão suporte imprescindível para futuras intervenções na área. A pesquisa será feita pelos Departamentos de Sociologia e Antropologia e de Serviço Social da UFMa. Além disto, professores e estagiários da Universidade estarão envolvidos na tarefa de sensibilização da comunidade para os trabalhos de revitalização de Praia Grande.

Um segundo ponto de trabalho comum surgiu com a hipótese de se comprar e restaurar ruínas existentes na cidade de São Luís, dando-lhes uma utilização social relevante através da instalação de repúblicas para estudantes.

Outro item de entendimento foi a necessidade da realização do Cadastro e Inventário das Edificações da Praia Grande, que reunirá os elementos para a seleção dos prédios de interesse histórico e ambiental da área para sua conservação, elaboração de projetos de restauração, reconstituição de prédios em ruínas, projetos de melhorias dos logradouros e paisagismo. Servirá ainda para o controle da aplicação das normas de uso do solo na área, pela Prefeitura de São Luís, para o exame de pedidos de demolição e edificação de novas construções. O inventário será realizado de maneira a permitir sua publicação como elemento informativo sobre o valor artístico e histórico da área e contará para sua elaboração com equipe composta pelo Departamento de Patrimônio da Fundação Cultural do Maranhão, sob orientação do Grupo Executivo do Projeto Praia Grande e Departamentos de Artes e de Engenharia, da Universidade do Maranhão.

Finalmente, tratou-se da negociação de um convênio entre a CEME – Central de Medicamentos e a UFMa para a montagem de um programa de pesquisa e treinamento de estudantes de farmácia utilizando as instalações do Laboratório Vital de Mattos, dentro do projeto de criação de um Museu de Farmácia e reativação econômica deste laboratório.

Nova Diretoria Regional

"Procuraremos o diálogo, o debate, com entidades públicas, com associação de classes, com entidades congregadoras de profissionais, e pretendemos um trabalho de sensibilização para adultos e de formação cultural para a juventude. Esse será, por certo, o trabalho mais árduo, por certo também o mais frutífero, pois pretendemos formar uma geração que possa, no futuro, ser a maior guardiã daquilo que ora defendemos".

Este é um trecho do discurso de Ivan Celso Furtado da Costa ao ser empossado como primeiro diretor-regional da recém-instalada 2ª Diretoria Regional da SPHAN, cuja jurisdição cobre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. O novo diretor é advogado, escritor e foi fundador e primeiro presidente da Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara.

À posse, na Delegacia Regional do MEC, em São Luís, estiveram presentes o professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; José Maria Martins, representante do governador maranhense; Bernardo de Almeida, Presidente da Fundação Cultural do Maranhão; Leda Tabajara, Delegada Regional do MEC e outras autoridades locais.

Fonte: **Boletim do Patrimônio Cultural, nº4, janeiro, 1980**

2ª DR integra planos de Piauí, Ceará e Maranhão

O recém nomeado diretor da 2ª Diretoria Regional da SPHAN, Ivan Celso Furtado da Costa, realizou sua primeira viagem aos estados do Piaui e Ceará que, juntamente com o Maranhão, formam a área de jurisdição daquela regional. Acompanhado pelo arquiteto da SPHAN Olavo Pereira da Silva Filho, realizou contatos e visitas nas cidades de Teresina, Oeiras, Amarante e Fortaleza.

Em Teresina foi feito contato com a Secretaria de Cultura e com a Fundação Cultural, verificando-se que o estado possui um programa de ação cultural que deverá ser adensado para atender às necessidades de pesquisa e integrado aos programas do Maranhão e do Ceará.

Ainda na capital piauiense, foi feita uma visita ao prédio onde será instalado o Museu do Piauí, restaurado com recursos do Programa de Cidades Históricas e do governo estadual e cujas obras acabam de ser concluídas. Além disto, procurou-se identificar edificações isoladas ou em conjunto que sejam de interesse para preservação.

Em Oeiras realizou-se vistoria nas três obras que estão sendo restauradas com recursos do Programa de Cidades Históricas: o sobrado do Major Selemério, a igreja Nossa Senhora da Vitória – cujas obras estão em fase de conclusão – e o Palácio Episcopal. Foi feita ainda visita de reconhecimento nos sobrados do Ferraz e do Visconde da Parnaíba, que são obras incluídas nas prioridades para este ano.



Fundação Cultural do Estado do Piauí

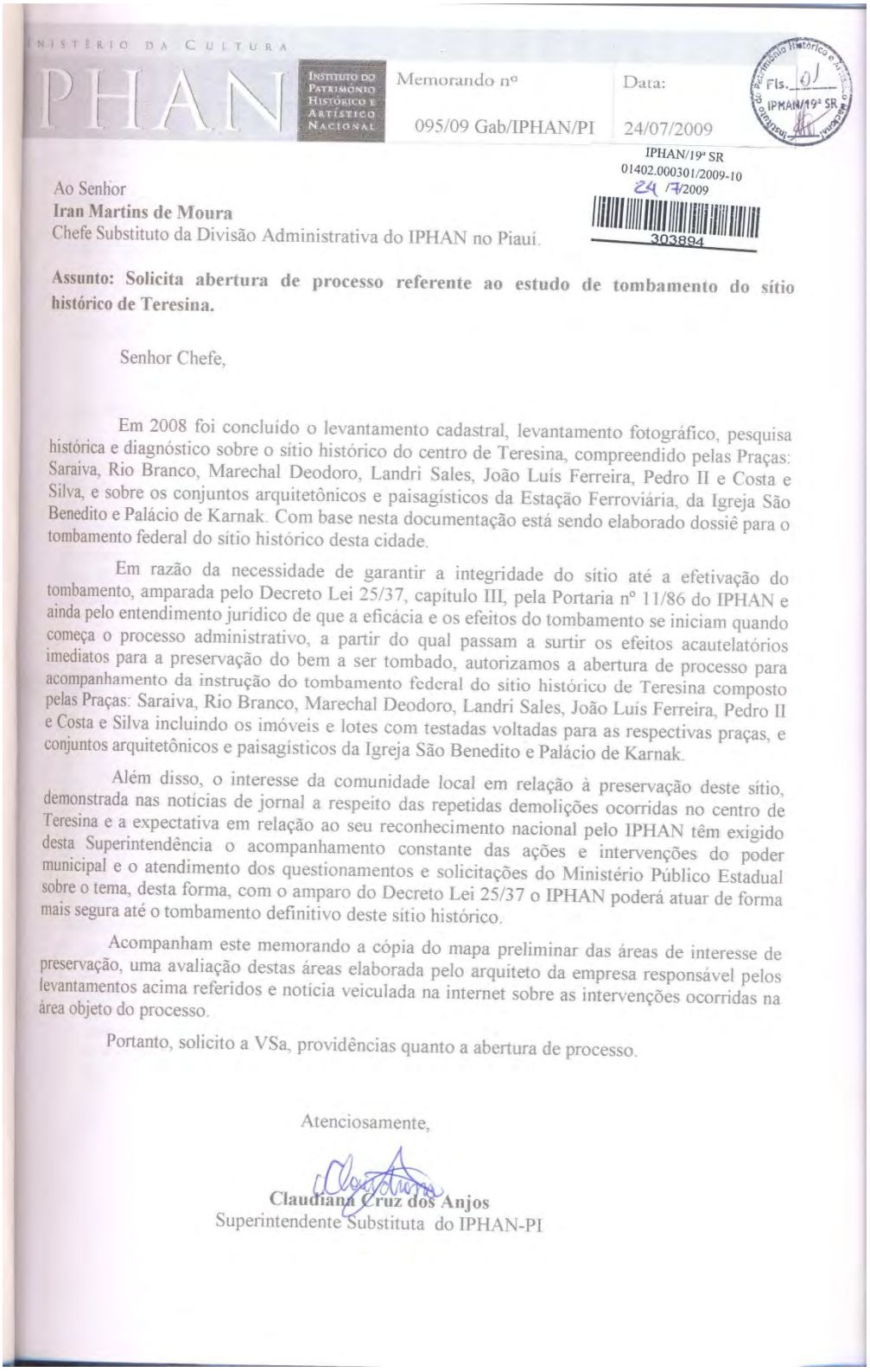
Palácio Episcopal: uma das três obras de restauração em Oeiras.

Em Amarante os técnicos da SPHAN fizeram um levantamento preliminar do acervo arquitetônico da cidade, que tem expressivos conjuntos a serem preservados.

Na capital cearense foi mantido contato com a Secretaria de Cultura, para conhecimento dos planos estaduais sobre patrimônio cultural. O estado está concluindo o processo de pedido de tombamento estadual de um grande conjunto que define o perímetro da cidade no fim do século XIX e, na área cultural, está desenvolvendo um grande programa que será integrado aos planos de ação cultural da SPHAN–Pró-Memória nos três estados daquela Diretoria Regional.

Fonte: **Boletim do Patrimônio Cultural, nº6, maio, 1980**

Anexo 03: Texto de abertura do Processo de estudo de tombamento do sítio histórico de Teresina



MINISTÉRIO DA CULTURA

PHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Memorando nº 095/09 Gab/IPHAN/PI — Data: 24/07/2009

Fls. 01 — IPHAN/19ª SR

IPHAN/19ª SR
01402.000301/2009-10
24/7/2009
303894

Ao Senhor
Iran Martins de Moura
Chefe Substituto da Divisão Administrativa do IPHAN no Piauí.

Assunto: Solicita abertura de processo referente ao estudo de tombamento do sítio histórico de Teresina.

Senhor Chefe,

Em 2008 foi concluído o levantamento cadastral, levantamento fotográfico, pesquisa histórica e diagnóstico sobre o sítio histórico do centro de Teresina, compreendido pelas Praças: Saraiva, Rio Branco, Marechal Deodoro, Landri Sales, João Luís Ferreira, Pedro II e Costa e Silva, e sobre os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Estação Ferroviária, da Igreja São Benedito e Palácio de Karnak. Com base nesta documentação está sendo elaborado dossiê para o tombamento federal do sítio histórico desta cidade.

Em razão da necessidade de garantir a integridade do sítio até a efetivação do tombamento, amparada pelo Decreto Lei 25/37, capítulo III, pela Portaria nº 11/86 do IPHAN e ainda pelo entendimento jurídico de que a eficácia e os efeitos do tombamento se iniciam quando começa o processo administrativo, a partir do qual passam a surtir os efeitos acautelatórios imediatos para a preservação do bem a ser tombado, autorizamos a abertura de processo para acompanhamento da instrução do tombamento federal do sítio histórico de Teresina composto pelas Praças: Saraiva, Rio Branco, Marechal Deodoro, Landri Sales, João Luís Ferreira, Pedro II e Costa e Silva incluindo os imóveis e lotes com testadas voltadas para as respectivas praças, e conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Igreja São Benedito e Palácio de Karnak.

Além disso, o interesse da comunidade local em relação à preservação deste sítio, demonstrada nas notícias de jornal a respeito das repetidas demolições ocorridas no centro de Teresina e a expectativa em relação ao seu reconhecimento nacional pelo IPHAN têm exigido desta Superintendência o acompanhamento constante das ações e intervenções do poder municipal e o atendimento dos questionamentos e solicitações do Ministério Público Estadual sobre o tema, desta forma, com o amparo do Decreto Lei 25/37 o IPHAN poderá atuar de forma mais segura até o tombamento definitivo deste sítio histórico.

Acompanham este memorando a cópia do mapa preliminar das áreas de interesse de preservação, uma avaliação destas áreas elaborada pelo arquiteto da empresa responsável pelos levantamentos acima referidos e notícia veiculada na internet sobre as intervenções ocorridas na área objeto do processo.

Portanto, solicito a VSa, providências quanto a abertura de processo.

Atenciosamente,

Claudiana Cruz dos Anjos
Superintendente Substituta do IPHAN-PI